



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROARQ – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
ÁREA DE HISTÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**Na fronteira da Revolução. A formação do patrimônio
arquitetônico histórico de Uruguaiana – RS**

JEANNE LAÍSA PEREIRA DE LIMA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura, área de concentração em História e Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof^a. D^a Elizabete Rodrigues de Campos Martins

Rio de Janeiro
Março – 2006

Na fronteira da Revolução. A formação do patrimônio arquitetônico histórico de Uruguaiana – RS

JEANNE LAÍSA PEREIRA DE LIMA

Orientadora:

Prof^a. D^a Elizabete Rodrigues de Campos Martins

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura, área de concentração em História e Preservação do Patrimônio Cultural.

Aprovada por:

Prof^a. D^a Elizabete Rodrigues de Campos Martins

Prof^a. D^a Rosina Trevisan M. Ribeiro

Prof^a. D^a Ana Lúcia Vieira dos Santos

Rio de Janeiro
março - 2006

Lima, Jeanne Laísa Pereira de.

Na fronteira da Revolução. A formação do Patrimônio Arquitetônico Histórico de Uruguaiana – RS / Jeanne Laísa Pereira de Lima. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2006.

ix, 155f. : il.; 29,7cm.

Orientadora: Elizabete Rodrigues de Campos Martins

Dissertação (mestrado) – UFRJ/PROARQ/ programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2006.

Referências Bibliográficas: f. 147-151.

1. Uruguaiana no tempo e no espaço. 2. Patrimônio cultural e centro histórico. 3. Patrimônio Arquitetônico Histórico de Uruguaiana (Elenco dos bens imóveis). I. Martins. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. III. Título.

RESUMO

Na fronteira da Revolução: A formação do patrimônio arquitetônico histórico de Uruguaiana – RS

JEANNE LAÍSA PEREIRA DE LIMA

Orientadora:

Prof^ª. D^a Elizabete Rodrigues de Campos Martins

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

O trabalho analisa a formação do patrimônio arquitetônico da cidade de Uruguaiana – Rio Grande do Sul, a partir da história de seu desenvolvimento e a consolidação de seu patrimônio cultural, identificando os valores através dos fatos que constituíram sua arquitetura.

A diversidade cultural intensificada pela localização da cidade, fronteira com a República Argentina e a República Oriental do Uruguai, bem como a sua estreita relação com a Revolução Farroupilha e sua participação na Guerra do Paraguai, empregaram o seu devido valor na construção da cidade, que se constituiu numa área densa e ativa, onde gerações diferentes mantêm vivo o processo cultural de sua identidade, desenhando o seu núcleo histórico.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico histórico, Patrimônio cultural, Centro Histórico, Uruguaiana – RS.

Rio de Janeiro

março – 2006

ABSTRACT

In the border of the Revolution: The formation of the patrimony historical architectural of Uruguaiana - RS

JEANNE LAÍSA PEREIRA DE LIMA

Orientadora:

Prof^ª. D^a Elizabete Rodrigues de Campos Martins

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

The work analyzes the formation of the patrimony architectural of the city of Uruguaiana - Rio Grande do Sul, from the history of its development and the consolidation of its cultural patrimony, identifying the values through the facts that had constituted its architecture. The cultural diversity intensified by the localization of the city, border with the Argentina Republic and the Eastern Republic of Uruguay, as well as its narrow relation with the Farroupilha Revolution and its participation in the War of Paraguay, had used its due value in the construction of the city, that if constituted in a dense and active area, where different generations keep living creature the cultural process of its identity, drawing its historical nucleus.

Key Words: Patrimony Historical Architectural, Cultural Patrimony, Historical Center, Uruguaiana - RS.

Rio de Janeiro

march – 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

Agradeço a todos que colaboraram na elaboração deste trabalho, pequena ou grandiosa toda informação foi, sem distinção, de infinita relevância.

Sempre presente, com seu infinito amor, minha eterna gratidão a minha família. José Caetano, Maria do Carmo, Alexandro e Daiana. Allan, que mesmo sem compreender esteve presente em momento importante e decisivo deste trabalho.

Ao meu marido Gláucio, cérebro de todo começo, pedra fundamental desta iniciativa, sem dúvida o maior responsável pelo despertar de um sonho. Companhia de muitas etapas concluídas com sua presença amiga e fiel.

Aos amigos e professores do departamento BAR/EBA/UFRJ, pelo incentivo e por, muito antes, fomentarem meu aperfeiçoamento. Anita, Cristina, Maria Helena, Álvaro, Luis Neves, Cláudio e Beth.

Ao secretário de cultura de Uruguaiiana, em exercício, Miguel Ramos, pelas primeiras direções.

A coordenadora do Centro Cultural Dr. Pedro Marini, Rosana, pela distinta atenção, paciência e inteira disposição para obtenção de material histórico necessário à pesquisa.

A todos os funcionários da Prefeitura de Uruguaiiana, pela atenção, disposição e boa vontade. Jane Gonçalves, Prof. Dagoberto, Profª Oneida, Profº Daniel Fanti.

Aos amigos e funcionários do PROARQ, Dionísio e Maria da Guia.

Aos colegas de turma que por várias vezes dispuseram seus preciosos tempos para ajudar-me nas freqüentes dúvidas.

Aos professores do PROARQ/UFRJ, por todo conhecimento e amor à arquitetura e seu aprendizado. Em especial a Rosina que sempre esteve ao meu auxílio, a profª Ana Lúcia Viera dos Santos, por ter aceitado fazer parte desta banca e a orientadora Elisabete, por tudo.

ETERNAMENTE GRATA.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	09
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1.	
URUGUAIANA NO TEMPO E NO ESPAÇO	17
1.1 - Delimitações geográficas e administrativas	19
1.2 - O cenário histórico	22
1.2.1 - A região	22
1.2.2 - Os interesses	26
1.2.3 - Monarquia, Farrapos e República	30
1.2.4 - Na fronteira da Revolução: Uruguaiana	33
1.3 - A evolução urbana	37
1.3.1 - A lenda do rio dos pássaros	37
1.3.2 - Uma capela e uma praça: o centro	39
1.2.3 - Marcha paraguaia rumo à Vila	42
1.2.4 - A reconstrução	48
CAPÍTULO 2.	
PATRIMÔNIO CULTURAL E CENTRO HISTÓRICO	67
2.1 - Patrimônio cultural – definição e conceitos	69
2.2 - Centro histórico – definição e conceitos	77
2.3 - Centros históricos – formação e gestão	83
CAPÍTULO 3.	
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO DE URUGUAIANA (ELENCO DOS BENS IMÓVEIS)	90
3.1 - Os valores	93
3.2 - Centro histórico e Uruguaiana	97

3.2.1 – Características do urbanismo espanhol e do urbanismo português na formação da cidade de Uruguaiana	97
3.2.2 – O núcleo histórico de Uruguaiana	102
3.3 - Os imóveis tombados	112
3.3.1 – A praça, a prefeitura, o centro cultural e a catedral exemplificando o patrimônio arquitetônico histórico de Uruguaiana	117
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
ANEXO 1 RELAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL DE URUGUAIANA	152
ANEXO 2 MEMORIAL DESCRITIVO	154

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Vista Aérea da cidade de Uruguaiana	17
FIGURA 2	Mapa rural do Rio Grande do Sul	18
FIGURA 3	Ponte Internacional ligando Uruguaiana – Brasil à Passo de Los Libres – Argentina.	19
FIGURA 4	Brasão de Uruguaiana	20
FIGURA 5	Mapa do Rio Grande do Sul - Uruguaiana ao extremo oeste	21
FIGURA 6	<i>Tierras em posesion de las misiones jesuistas al mediar el siglo XVIII</i>	23
FIGURA 7	Localização das Sesmarias e propriedades rurais no território de Uruguaiana	28
FIGURA 8	A Batalha dos Farrapos	31
FIGURA 9	Praça do Porto 1859. Local da Capela de Nossa Senhora da Conceição	38
FIGURA 10	Obras de construção da Igreja Matriz em 1872	39
FIGURA 11	Porto de Uruguaiana	44
FIGURA 12	Aterramento para construção de estradas e Obras de saneamento	48
FIGURA 13	Aterramento para construção de estradas e Obras de saneamento	48
FIGURA 14	“Maria Fumaça” chegando em Uruguaiana	49
FIGURA 15	Prédio da Câmara Municipal, construído ao lado da Escola em 1890	51
FIGURA 16	Construção da Ponte Salso	52
FIGURA 17	Construção da Ponte Salso	52
FIGURA 18	Fábrica de cimento em construção	53
FIGURA 19	Construção de fábricas	53
FIGURA 20	Praça da Rendição com o Clube Comercial ao fundo	54
FIGURA 21	Usina Elétrica da família Barbará	55
FIGURA 22	Postal do Clube Comercial. - Início do século XX	57
FIGURA 23	Bomba de gasolina	59



FIGURA 24	Praça da Rendição no início do século XX, com a Igreja Matriz, atual Basílica de Sant'Ana	60
FIGURA 25	Avenida Duque de Caxias.- Início do século XX	61
FIGURA 26	Rua General Bento Martins.- Início do século XX	61
FIGURA 27	Praça D. Pedro II – Início do século XX	62
FIGURA 28	Mapa de localização da cidade de Uruguaiiana	64
FIGURA 29	Catedral de Santana	67
FIGURA 30	Mapa urbano da cidade de Uruguaiiana	68
FIGURA 31	Edifícios históricos no início do séc. XX, patrimônio histórico e cultural de Uruguaiiana	76
FIGURA 32	Mapa de localização dos edifícios históricos de Uruguaiiana – Núcleo histórico	82
FIGURA 33	Mapa da Rendição de Uruguaiiana	103
FIGURA 34	Mapa de localização de Uruguaiiana – Local de sua fundação e o atual centro da cidade	106
FIGURA 35	Primeira Estação Ferroviária de Uruguaiiana	108
FIGURA 36	Mapa de localização da cidade de Uruguaiiana	109
FIGURA 37	Foto aérea da cidade de Uruguaiiana	110
FIGURA 38	Mapa de localização do núcleo histórico de Uruguaiiana	111
FIGURA 39	Mapa de localização dos edifícios históricos de Uruguaiiana	113
FIGURA 40	Clube Comercial	114
FIGURA 41	Prédio Rua Santana, nº 2588 esquina com a Rua XV de Novembro (Casarão)	114
FIGURA 42	Edifício da Câmara Municipal	115
FIGURA 43	Residência da Família Barbará, localizada à Rua Vasco Alves, 2756. Atual Solar – Casa de Festas	115
FIGURA 44	Clube Caixeral	116
FIGURA 45	Residência Vila Dolores, atual sede do Consulado Argentino	116
FIGURA 46	Mapa de localização dos edifícios históricos de Uruguaiiana (estudo de caso)	118
FIGURA 47	Praça da Rendição, ainda sem edificações, com vista ao rio Uruguai	119



FIGURA 48	Praça da Rendição, atual Barão do Rio Branco, já arborizada	120
FIGURA 49	Praça da Rendição	121
FIGURA 50	Praça da Rendição – vista do vértice das ruas XV de Novembro e Santana, com a Igreja Matriz	122
FIGURA 51	Coreto da Praça Barão do Rio Branco, com vista para o suntuoso edifício do clube comercial	122
FIGURA 52	Planta da Catedral de Santana	123
FIGURA 53	Primeira Igreja Matriz de Uruguaiana	124
FIGURA 54	Igreja Matriz de Uruguaiana após o incêndio	125
FIGURA 55	Igreja Matriz de Uruguaiana, após incêndio, vista da rua XV de Novembro	125
FIGURA 56	Construção da Catedral de Santana	126
FIGURA 57	Término da construção da Catedral de Santana	127
FIGURA 58	Catedral de Santana	128
FIGURA 59	Catedral de Santana	129
FIGURA 60	Interior da Catedral de Santana	130
FIGURA 61	Detalhe das colunas e vitrais do interior da Catedral de Santana	130
FIGURA 62	Detalhe do vitral no interior da Catedral de Santana	131
FIGURA 63	Detalhe da pintura mural no interior da Catedral de Santana	131
FIGURA 64	Edifício da Intendência Municipal	133
FIGURA 65	Prédio da Prefeitura Municipal	134
FIGURA 66	Planta de situação do Prédio da Prefeitura Municipal	135
FIGURA 67	Prédio da Prefeitura Municipal	135
FIGURA 68	Centro Cultural Dr. Pedro Marini	136
FIGURA 69	Centro Cultural Dr. Pedro Marini	137
FIGURA 70	Interior do Centro Cultural – Detalhe do vão do salão principal	139
FIGURA 71	Detalhe da decoração do teto e janelas - Centro Cultural	139
FIGURA 72	Escada em mármore com gradil em bronze - Centro Cultural	140
FIGURA 73	Entrada principal vista interna - Centro Cultural	140
FIGURA 74	Detalhe da pintura na parede do hall de entrada - Centro	



Cultural	140
FIGURA 75 Detalhe da Escada - Centro Cultural.	140
FIGURA 76 Mezanino com grade em bronze – Centro Cultural – Centro Cultural	141
FIGURA 77 Detalhe do piso, ladrilho hidráulico importado da Itália — Centro Cultural	141
FIGURA 78 Vitral na base da cúpula, vista interna – Centro Cultural	141
FIGURA 79 Fachada lateral – Centro Cultural – Centro Cultural	142
FIGURA 80 Detalhe dos elementos decorativos da fachada e cúpula em bronze	142

APRESENTAÇÃO

Apresentar este trabalho é colocar a cidade de Uruguaiana como expositora da arquitetura histórica do interior do Rio Grande do Sul, Cidade fronteira com dois países, Argentina e Uruguai, cuja arquitetura se desenvolveu nos limites do urbanismo espanhol e português.

O Rio Grande do Sul, conhecido pela acentuada colonização européia e pelas belíssimas cidades serranas do norte do estado, possui ainda um grande repositório de cidades interioranas que a julgar pela sua formação e desenvolvimento, trazem a luz do conhecimento fatos históricos de nosso país como legado de um povo acostumado com guerras e revoluções.

Apesar de muito nos contar histórias, o Rio Grande do Sul possui ainda uma historiografia limitada em relação à arquitetura de suas cidades.

A cidade de Uruguaiana, situada no extremo oeste do estado, muito distante da capital, e por isso muitas vezes esquecida, orgulha-se por ter sua fundação realizada pelos líderes da Revolução Farroupilha. A história desta Revolução recapitula parte relevante da história nacional. Desta Revolução, pouco se comenta, que dela resultou Uruguaiana, pousada sobre as margens do rio Uruguai.

A maior parte dos relatos sobre a cidade foi escrita por historiadores memorialistas, filhos da própria terra, que como muitos, ufanam um imenso amor por ela. Apesar disto, ao abordarem sobre a especificidade do nosso tema, a arquitetura, constatamos que não há praticamente nada documentado.

Na própria revisão bibliográfica da história da cidade, nossa principal fonte de pesquisa, verificamos que em nenhuma das obras constava o assunto arquitetura. Tão pouco os jornais da cidade, no acervo do arquivo histórico,, esclareceu-nos sobre o tema desta pesquisa, embora todas as outras informações sobre seu desenvolvimento tivessem se constituído em importantes fontes de análise.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a formação da arquitetura histórica tombada pelo patrimônio histórico municipal da cidade de Uruguaiana – RS, a partir da bibliografia específica e relatos sobre o processo de construção da história cultural da cidade, identificando os valores e os fatos que constituíram essa arquitetura, e também compreender o processo de formação de seu centro histórico.

Nesse sentido, o trabalho pretende descrever o processo de formação e desenvolvimento da cidade de Uruguaiana, trazendo a conhecimento fatos históricos que transformaram a arquitetura, dando-lhe uma ‘qualificação’ cultural distinta, afirmando-a como patrimônio histórico e cultural da cidade.

Compreendendo os edifícios históricos como objetos carregados de valores, podemos afirmar a veracidade da relevância histórica e cultural que este representa para sua sociedade. Os valores destes edifícios estão conscientizados na memória de seus expectadores.

Conforme Argan (1998), as cidades antigas possuem um valor na sociedade contemporânea justamente por serem antigas “A cultura moderna tem ou deveria ter a capacidade de compreender na sua estrutura histórica tanto o valor de uma memória, presença do seu passado, como uma previsão-projeto do seu futuro”. (ARGAN, 1998, p. 80). O que intenta Argan ressaltar é, no entanto, a relação entre cidade contemporânea e cidade antiga, ambas com suas especificidades, porém como um conjunto.

É neste cenário composto pela cidade moderna e cidade antiga que surgem os centros históricos, onde não podemos negar o prestígio deste espaço, seja no sentido de valorização de algo que se constituiu no passado ou como parte integrante da vida contemporânea.

Uruguaiana teve sua fundação diretamente relacionada com a Revolução Farroupilha, servindo-se da política adotada pelos líderes da Revolução que

num ato de estratégia funda a cidade na fronteira oeste na recém declarada independente São Pedro do Rio Grande.

O povoamento da região se realizou inicialmente, após sua fundação, nas proximidades do rio Uruguai, se deslocando posteriormente para um local mais elevado devido as constantes cheias do rio Uruguai. A partir de então a região iniciou desenvolvimento, interrompido logo em seguida pela invasão das tropas paraguaias. Somente após a retomada da cidade pelas tropas da Tríplice Aliança, Uruguaiana pôde retomar seu crescimento, iniciando um rápido processo de urbanização.

A questão que se colocou na pesquisa foi sobre a constituição dos edifícios de valor histórico, tombado pelo patrimônio histórico e cultural do município diante do conjunto de relações na consolidação de seu patrimônio, considerando os fatos históricos ocorridos durante todo processo de construção da cidade como analisados no capítulo 1.

Para se estabelecer uma discussão sobre o assunto, houve a necessidade de se definir o conceito de patrimônio cultural e centro histórico, como também sua dinâmica de formação e gestão, tratados no capítulo 2.

No capítulo 3 enfocamos diretamente os edifícios tombados como patrimônio histórico da cidade, com destaque para a compreensão dos valores que os qualificaram nesta categoria, em especial os edifícios da Catedral de Santana, do prédio da prefeitura e do Centro cultural Dr. Pedro Marini, todos agrupados localizados em torno da praça Barão do Rio Branco, considerada como elemento gerador da malha urbana da cidade.

A consolidação dos edifícios históricos de Uruguaiana está atrelada a concepção física, de uma construção realizada no passado que retém características arquitetônicas e históricas que valorizam a estética empregada bem como sua concepção como objeto memorável de um fato de que se tem relatado a história. Sem esquecer da importância do espaço construído como essência para este cenário que pode ser definido como centro histórico.





CAPÍTULO 1

URUGUAIANA NO TEMPO E NO ESPAÇO

Neste capítulo mostraremos a cidade de Uruguaiana, seu limite físico, situação geográfica, social, política e econômica.

Buscaremos nos fatos históricos ocorridos ao longo do idealismo farroupilha para a formação de uma cidade a extremo oeste da fronteira do Rio Grande do Sul, até aproximadamente metade do século XX, quando a cidade efetivamente constituiu seu patrimônio arquitetônico histórico.

Objetivando compreender a importância histórica na formação e consolidação do patrimônio cultural da cidade de Uruguaiana, a partir da pesquisa bibliográfica e iconográfica, analisamos os fatos históricos, narrados por escritores, historiadores e memorialistas, bem como todos os aspectos de formação da sua cultura. Analisamos também os arquivos de jornais e documentos do arquivo municipal como as atas das assembleias de vereadores de Uruguaiana. A importância destes fatos e a busca aos mesmos são um exercício contínuo de investigação do passado vivo de uma cidade, como explica Bloch:

Os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas. A sua presença ou a sua ausência, em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que de maneira alguma escapam à análise, e os problemas que a sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercícios técnicos, respeitam, eles mesmos, ao mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações. (BLOCH, 1965, p.66)

A pesquisa sobre a história da cidade foi importante para responder a questão sobre a perpetuação dos mitos e crenças de natureza coletiva de seus



habitantes, bem como a dinâmica de passagem destes fatos, através dos edifícios arquitetônicos, patrimônio histórico.

Cada geração conta de maneira diferente e acrescenta novos elementos ao patrimônio recebido do passado. Mas por trás desta realidade que muda de uma época para outra, há uma realidade permanente que, de algum modo, consegue furtar-se à ação do tempo.(ROSSI, 2001, p.7)



Fig. 1 - Vista Aérea da cidade de Uruguaiana
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br - 2004.



1.1. Delimitações geográficas e administrativas

A cidade de Uruguaiana está situada a extremo oeste do Rio Grande do Sul, na micro-região campanha ocidental, limitando-se ao norte com o município de Itaqui, ao sul com Barra do Quaraí e com a República Oriental do Uruguai, a leste com os municípios de Alegrete e Quaraí, e a oeste com a República Argentina.

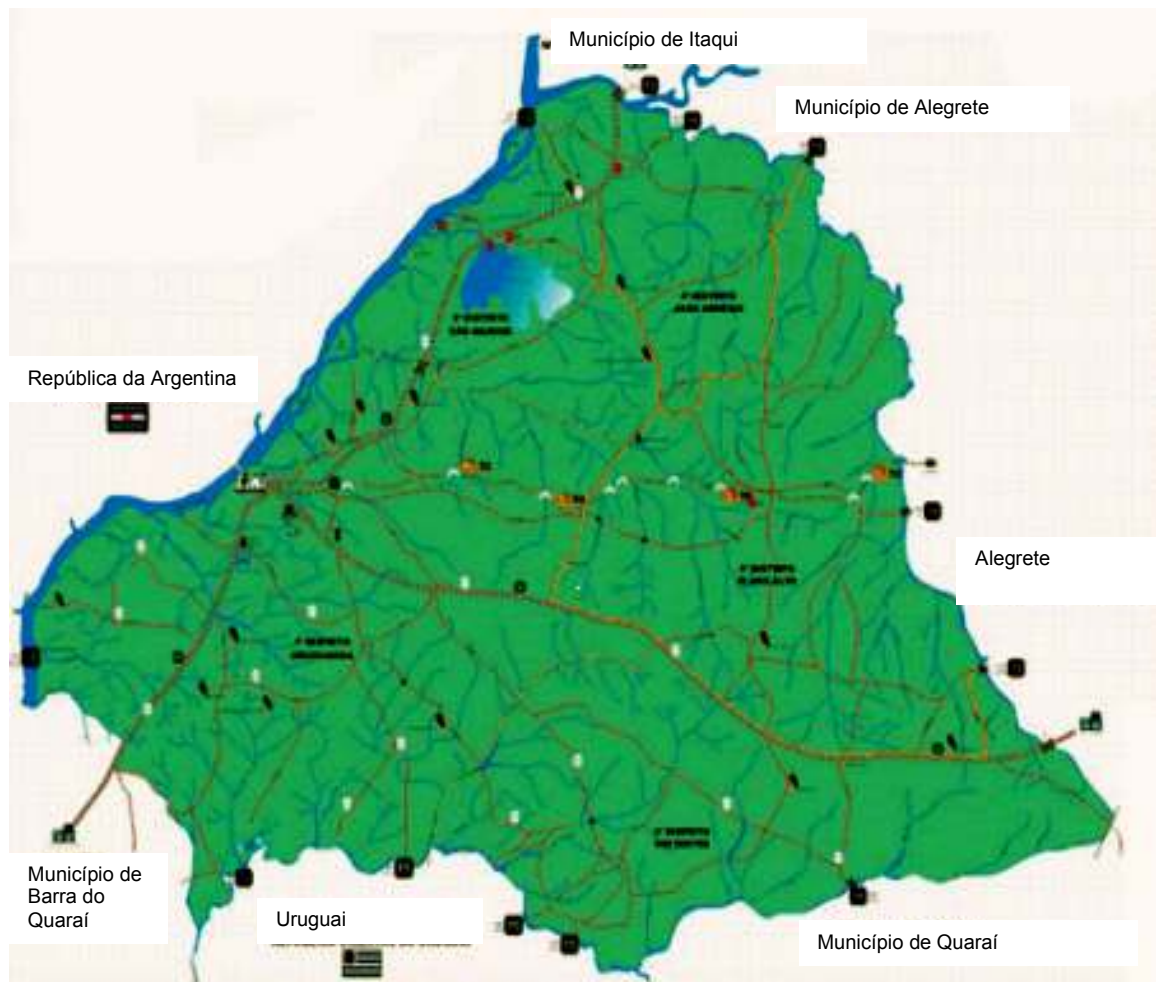


Fig. 2 - Mapa rural do Rio Grande do Sul
Fonte: www.Uruguaiana.rs.gov.br



O município possui área total de 5.562 Km² distribuída em cinco distritos¹ e população aproximada de 126.936 habitantes².

O clima da cidade é subtropical e sua vegetação é formada por pequenas árvores espinhosas, chamadas espininhos, e por gramíneas típicas. É banhada pelo rio Uruguai, que forma o vigamento mestre da bacia de mesmo nome.

As principais culturas agrícolas do município são o arroz e o sorgo³ e, na pecuária predomina a criação de gado de corte e de reprodução.

A situação geográfica de Uruguaiiana, limítrofe com o Uruguai e a Argentina, favorece o intercâmbio cultural entre os residentes dos três países, bem como o comércio de importação e exportação, feitos através do maior porto seco fluvial do Brasil, além do seu acesso terrestre pelas rodovias federais BR290 e BR472.



Fig. 3 - Ponte Internacional ligando Uruguaiiana – Brasil à Passo de Los Libres – Argentina.
Fonte: www.portaluruguaiiana.com.br

1 1° Distrito: Zona Urbana: Uruguaiiana; Zona rural: Imbaá; 2° Distrito: Vertentes; 3° Distrito: Plano Alto; 4° Distrito: João Arregui; 5° Distrito: São Marcos.

2 Fonte: IBGE, 1996.

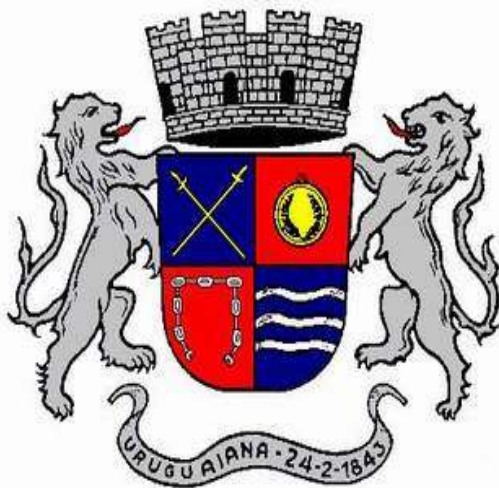
3 Sorgo: s. m. Bot. Gênero de gramíneas economicamente importantes, semelhantes ao milho. Dicionário Eletrônico Michaelis.



Uruguaiana, em 1735 pertencia à Província de São Paulo época em que o brigadeiro José da Silva Pais assumindo o comando da província do Rio Grande de São Pedro, constrói uma fortificação na entrada do canal que liga a lagoa dos patos ao atlântico.

Em 1738, passa a pertencer à jurisdição do governo constituído em Santa Catarina, que abrangia os atuais territórios deste estado e do Rio Grande do Sul, porém na dependência da capitania do Rio de Janeiro.

Em 1760, com a nomeação do coronel Inácio Eloi de Madureira, para o governo do Rio Grande de São Pedro, esta região foi desligada da jurisdição de Santa Catarina, passando, no período do Brasil colônia, a formar uma província autônoma.



Uruguaiana foi fundada em 24 de fevereiro de 1843, conforme seu próprio brasão, emancipada em 29 de maio de 1846 e em 24 de maio de 1847 tem instalada sua Câmara Municipal.

Fig. 4 - Brasão de Uruguaiana⁴
Fonte: [www. Uruguaiana.rs.gov.br](http://www.Uruguaiana.rs.gov.br)

⁴Escudo português esquartelado. No primeiro quartel, em campo de Blau, duas lanças de ouro cruzadas significando a fundação da cidade durante o período farroupilha; No segundo, em campo de Goles, a Medalha da Rendição de Uruguaiana, de ouro; No terceiro, em campo de de Goles, uma corrente de prata partida significando a libertação dos escravos, em Uruguaiana quatro anos antes da Lei Áurea; No quarto, em campo de Blau, três faixas ondeadas de prata simbolizando o Rio Uruguai, que deu nome a cidade. Coroa mural da cidade, com quatro torres de prata. Como suportes, dois leões de prata aramados e lampassados de Goles, significando a situação excepcional do Município, lidando com dois países americanos. Listel de prata com o nome da cidade em Blau e data de sua fundação – 24/02/1843.

Fonte: Prefeitura Municipal de Uruguaiana.



1.2. O cenário histórico

1.2.1. A região

Uma imensa planície verde entre o rio Ibicuí e o rio Quaraí formam um trapézio com base no rio Uruguai, uma terra estepe⁵, inicialmente ocupada por índios Guenoas, um ramo da família tupi-guarani, que segundo Urbano Lago Villela (1982), eram descritos pelo padre Teschauer como:

Um grupo étnico diferente dos demais grupos existentes pelo Brasil afora, em virtude das condições do meio, onde os temores e as emboscadas não encontravam lugar, porque se perdiam na vastidão dos horizontes longínquos. Destes guenoas duas tribos ocupavam as pradarias verdejantes: uma delas, a dos Charruas, que possuíam seus acampamentos ou toldos, em uma área que se aprofunda para além das margens do rio Uruguai, mais ou menos umas vinte léguas; a outra, a dos Minuanos que tinham por “pago”⁶ os campos que se estendem dessa linha para além até a terra dos Tapes, que começava, mais ou menos, na altura das nascentes dos rios Vacacai e Camaquã e se prolongava pelo litoral riograndense até Santa Catarina. (CAMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, 1982, p.14)



Fig. 5 – Mapa do Rio Grande do Sul - Uruguaiana ao extremo oeste.
Fonte: www.uruguaiana.rs.gov.br

5 Estepe. f. Geogr. Grandes zonas de campos, mais ou menos planas, secas, com árvores de pouco crescimento, de vegetação herbácea onde predominam as gramíneas. Dicionário eletrônico Michaelis.

6 “Pago”.sm. Bras. RS O lugar natal. Holanda, Aurélio Buarque de. Mini Aurélio. O minidicionário da língua portuguesa, século XXI, escolar. Editora Nova Fronteira 2000.RJ, pág. 508.



Segundo a missão jesuítica que foi para esta região fundar as Reduções⁷, as duas tribos, os Charruas e os Minuanos, possuíam características diferentes, mas não ofereceram resistência e aceitaram facilmente suas intervenções.

Os Charruas também se estabeleceram na Província de Entre Rios, na Argentina, demonstrando os mesmos hábitos daqueles que habitavam a região do Rio Grande. A relação entre Charruas de Entre Rios e Charruas do Rio Grande era realizada pela travessia do rio Uruguai pelo *vau*⁸ do Passo de Santana Velha, atual município de Uruguaiana.

Os Minuanos, embora formassem uma tribo independente, historiadores acreditam que era uma divisão dos Charruas, visto que as duas tribos viviam pacificamente e se relacionavam com facilidade. O tupi-guarani era a língua falada por ambas as tribos.

A miscigenação nesta região se realizou, primeiramente, com a invasão espanhola deste território durante a constituição da Província do Paraguai, seguida da portuguesa.

Os primeiros espanhóis chegaram de Assunção do Paraguai e os jesuítas, a serviço deles, tinham a missão de evangelizar e transmitir a fé e a cultura ibérica aos índios, ampliando as fronteiras das terras da Espanha até o Oceano Atlântico.

Assim, Yapeyu teria sido a maior estância jesuítica, fundada pelo padre Roque Gonzáles, na margem direita, abaixo da foz do rio Ibicuí, em 1626 aproximadamente. Hoje esta área é formada pelo município de Uruguaiana, Alegrete, Quaraí e os Departamentos de Artigas, Salto, Paysandú e Rio Negro, na República Oriental do Uruguai. Na Argentina abrangia ainda a região onde nasceu José de San Martín, conhecido como o “General de Los Andes”, libertador de vários povos americanos. Gonzáles fundou também a segunda povoação à margem esquerda, denominada de São Francisco Xavier. Yapeyu é a mais antiga Estância da Fronteira Sudoeste e a mais antiga Redução

7 Redução: Ação jesuítica de confinar, reduzir, os índios num determinado espaço. Também chamado de aldeia ou pueblo. SILVA, Lucia Silva e. Uruguaiana e os coronéis. Porto Alegre: L.S.S. Evangraf, 2001.

8 *Vau*. s. m. 1. Lugar em um rio no qual se pode passar a pé. Dicionário eletrônico Michaelis.



Missioneira, que tinha como superior da ordem missioneira o Padre Pedro Romero.

Os jesuítas formaram, até aproximadamente metade do século XVIII, 20 reduções e 12 estâncias⁹, dentre as quais Yapeyu era a maior, e por onde se podia chegar a Buenos Aires, como nos esclarece os escritos sobre as reduções missioneiras do Padre Mastrilli Duran: “do Passo de Yapeyu, por onde se pode subir ou descer a Buenos Aires.”¹⁰ e, por onde entraram gados de toda a espécie, valendo-se do vau primitivamente utilizado pelos Charruas.

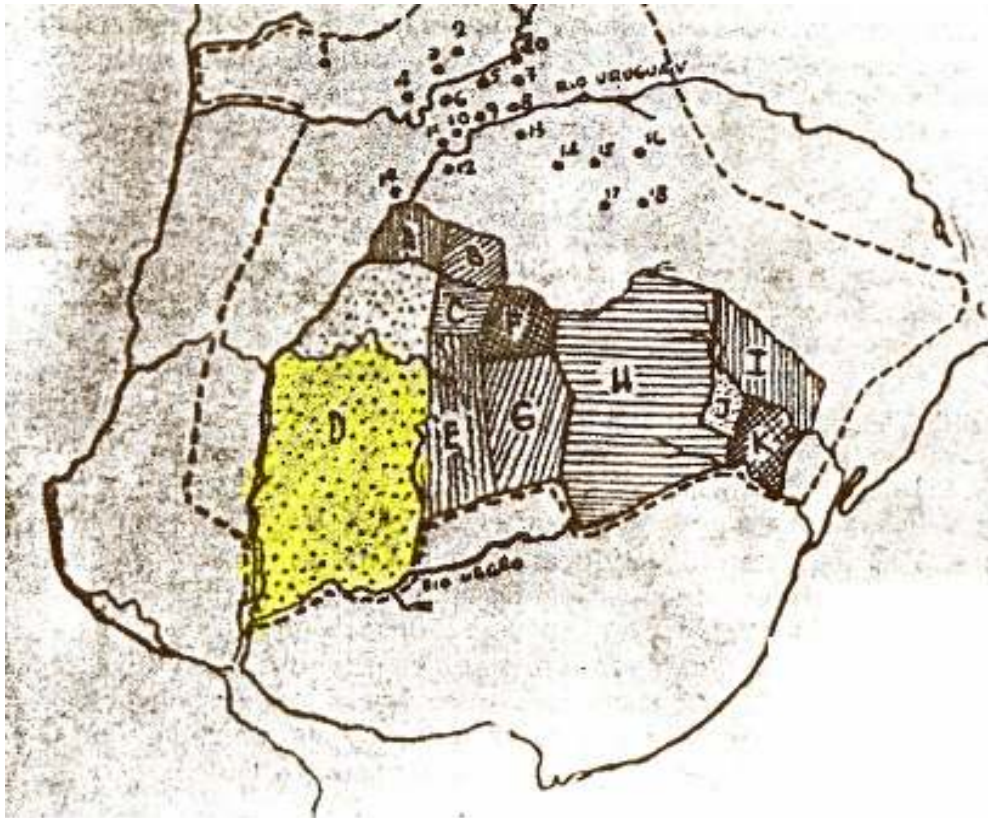


Fig. 6 - *Tierras em posesion de las misiones jesuistas al mediar el siglo XVIII*
Fonte: Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. *História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha*. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg. 23.
Em destaque Estância “D” - Yapeyu

⁹ Estância. Extensa área destinada à criação de gados.s.: Fazenda. Dicionário eletrônico Michaelis

¹⁰ Citado em: Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. *História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha*. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg.23. Dicionário eletrônico Michaelis.



Yapeyu era naturalmente limitada, ao norte pela margem esquerda do rio Ibicuí, a menos de uma légua¹¹ do rio Japejú, ao leste margeava toda extensão do rio Ibirapuitã, que vadeava ao sul o rio Quaraí e entrava por campos orientais, seguindo para o rio Negro.

Yapeyu ficou conhecida entre os jesuítas por a chave do Alto Uruguai. A região era a preferida, segundo J.A. Pio de Almeida, pois:

Facilitavam o pastoreiro do gado, e por isso a área foi preferida por situações fundamentais – alta qualidade das pastagens e a circunstância peculiar de ser naturalmente fechada, ao norte pelo rio Ibicuí e ao oeste pelo rio Uruguai, diante do “pueblo do Yapeyu”, em linha tangente entre a Redução e a Estância, oferecia seguro vau, facilmente vadeável a cavalo, com pequeno nado no talvegue do rio. Por esse passo vadeavam as tropas.(CAMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, 1982, p. 24)

A parte central da Estância de Yapeyu formou-se, como explica Raul Pont (1982): “No contexto telúrico, Uruguaiana foi o coração da imensa Estância de Yapeyú, criatório de vastas gadarias¹² correntinas e entrerrianas”.

Dois anos após a formação da Estância de Yapeyu, em 15 de novembro de 1628, Roque Gonzáles é assassinado pelo cacique da tribo Nheçu, origem lenda, descrita por Carlos Fonttes e Ricardo Duarte:

Os índios de Nheçu cobiçavam o cavalo meio sangue Andaluz que Hernandárias, parente de Roque, lhe presenteara; que não teriam tetubeado em matar o padre para rouba-lhe o cavalo “oscuro azabache tapado, com solo um lucero a manera de corazón em la frente”; mas depois de sua morte o animal não se deixou montar, nem mesmo pelos mais destros cavalheiros. Ao simples nome do padre emitia um grunhido, que não chegava a ser relincho, e todo o seu corpo estremecia. Chamaram-no “o cavalo do diabo”, até que o Conselho da tribo se reuniu e Nheçu aconselhou que buscassem um pedaço da sotaina queimada do padre dentre os restos do incêndio da Missão e, colocado este no lombo do animal que, docilmente se deixou montar. (DUARTE E FONTTES, 2000, p.13)

¹¹ Uma légua – Brasil: 6.600m.

¹² Gadaria. As reses em grupo. Gado vacuum, boiada, porção de gado.



1.2.2. Os interesses

A região do Rio Grande do Sul forma-se da mescla entre índios e brancos, sendo este último, como já visto, formado inicialmente pelos jesuítas missionários que fundaram reduções apropriando-se das terras para a Espanha. Em seguida as terras foram apropriadas por bandeirantes, vindos de São Paulo, a procura de índios para trabalhar como escravos na construção de engenhos e lavouras de cana no centro do país, destruindo então as Estâncias e as Reduções.

Foi neste cenário que espanhóis e portugueses se enfrentaram lutando pela posse das terras pertencentes a seus países no Tratado de Tordesilhas. E ambos os países ocupavam e tomavam posse do que podiam.

Apesar do enfrentamento, por mais de um século, estes povos iberos conviveram sem que se explicitasse uma guerra de interesses. Entretanto, a chegada de Raposo Tavares na parte noroeste do Rio Grande do Sul, foi o estopim para ruir a pacífica relação entre Portugal e Espanha.

A área de interesse desta pesquisa pertencia em 1680, segundo o Tratado de Tordesilhas, a coroa espanhola. Apesar da presença jesuítica, a região, muito extensa, ficou, por muito tempo, abandonada, despertando o interesse de expansão da coroa portuguesa, que avançando sobre o meridiano de Tordesilhas, na direção dos Andes, constrói um estuário¹³ no rio Prata, e funda uma povoação batizada de Colônia do Sacramento, em frente a Buenos Aires. O então governador de Buenos Aires, D. José Garro, mandou que se destruísse esta povoação, após sete meses de sua fundação. (1º de janeiro a 7 de agosto de 1680).

D. Pedro, príncipe regente de Portugal, então preparou um exército para invadir a Espanha, exigindo explicações sobre o incidente da Colônia do Sacramento, originando assim o Tratado Provisional, que obrigava a Espanha a reconstruir a Colônia do Sacramento. Apesar desta exigência, novo desentendimento entre

¹³ Estuário. s. m. Braço de mar formado pela desembocadura de um rio. Dicionário Eletrônico Michaelis.



os ibéricos, fez com que, anos mais tarde, a Colônia do Sacramento fosse novamente atacada, e desta vez incendiada pelo governador Veiga Cabral.

Embora, o Tratado de Utrecht de 1715, obrigasse a restituição desta colônia aos portugueses, na qual os espanhóis cumprindo parte do Tratado permaneceram ainda por 27 anos, prejudicando sobremaneira seu desenvolvimento.

Mais tarde, com o matrimônio das casas reais de Espanha e Portugal, foi então assinado o Tratado de Madri, estabelecendo a troca da Colônia do Sacramento pela dos Sete Povos das Missões. Este tratado foi a causa da explosão da Guerra Guaranítica, na qual o cacique Sepé Tiarajú, famoso guerreiro e chefe indígena que lutou para expansão das terras do Rio Grande do Sul foi morto, fazendo cair toda resistência missioneira. O Tratado de Madri em pouco tempo foi substituído e anulado pelo Tratado do Pardo.

Mais uma vez, no Tratado de Paris de 1763, a Colônia do Sacramento passa a pertencer a coroa portuguesa. Mas o descontentamento da coroa espanhola frente à expansão portuguesa fez desta região um ambiente de desavenças e adversidades, até 1777, quando então o Tratado de Santo Idefonso, entrega, definitivamente, esta região à coroa espanhola, como explica Guilhermino César:

Havia se transformado em um quartel, onde a tropa, em permanente estado de alerta, vivia de armas na mão, correndo ora para o sul, a fim de socorrer a Colônia do Sacramento, ora para oeste a fim de expulsar os espanhóis dos Sete Povos das Missões.(CAMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, 1982, p. 30)

A faixa de terra compreendida entre as duas nações, não seria ocupada, permanecendo assim, como um território neutro, conforme determinação do Tratado Idefonso: “ficará também reservado no restante da linha divisória (...) um



espaço suficiente entre os limites de ambas as nações, ainda que não seja de igual largura”.¹⁴

Apesar da intenção de um pacto de paz contida no Tratado de Idefonso, esta faixa de terra neutra facilmente propiciou a formação de uma área de contrabando.

A conquista do território das Missões em 1800, os campos ao sul do Ibicuí abriram-se para os portugueses, e posteriormente ao recuo dos contingentes espanhóis, as concessões das terras adiante do rio Ibicuí se iniciaram.

Em 1810, com o estabelecimento do acampamento de São Diogo, na costa do rio Inhanduy, devido à chegada do Marechal Joaquim Xavier Curado, o governo da recém criada Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, inicia a concessão de terras, denominadas de sesmarias, ao sul do Ibicuí, preferencialmente aos oficiais do exército de El Rei, padres, detentores de influência e nobreza, e cavaleiros milicianos.

No período das concessões de terras, chegam à região os casais açorianos¹⁵, tornando-se posteriormente grandes proprietários de terra.

As sesmarias¹⁶ que foram divididas na fronteira oeste de Rio Grande do Sul, na Coxilha¹⁷ de Yapeyú, numa das quais situavam-se as ruínas da antiga Estância, foi entregue ao casal de açorianos D. Manuel José de Carvalho e Custódia Maria Carvalho.

As concessões pretendiam a povoação do interior do Rio Grande, para facilitar justamente o comércio com Portugal, como relata Moacyr Flores:

O sistema colonial luso consistia em ocupar o litoral com cidades para facilitar o comércio com Portugal e povoar o interior com sesmarias. Com menos gente, os portugueses avançaram rapidamente e cada sesmeiro era um soldado que defendia sua casa e conseqüentemente o Reino de Portugal, contra os ataques espanhóis. O território do Rio Grande do sul foi conquistado

14 Parte do Tratado transcrita por César, Guilhermino. Em: Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg.32.

15 Açoriano. Natural da ilha de Açores, na Europa Meridional.

16 Sesmarias: lotes de terra cedidos pelos reis de Portugal para cultivo.

17 Coxilha: campina com pequenas e grandes elevações, em geral coberta de pastagem.



lentamente, formando-se uma sociedade guerreira, com base econômica na pecuária, que se adaptava melhor ao tipo de fronteira móvel. (FLORES, 1996 apud SILVA, 2001, p.13)

As sesmarias que hoje formam o município de Uruguaiana estavam desde 1814 ocupadas. E as novas transformações surgidas no século XIX não mudariam muito o contexto dos habitantes de Rio Grande de São Pedro, que incessantemente buscavam por segurança face as constantes ameaças dos castelhanos.

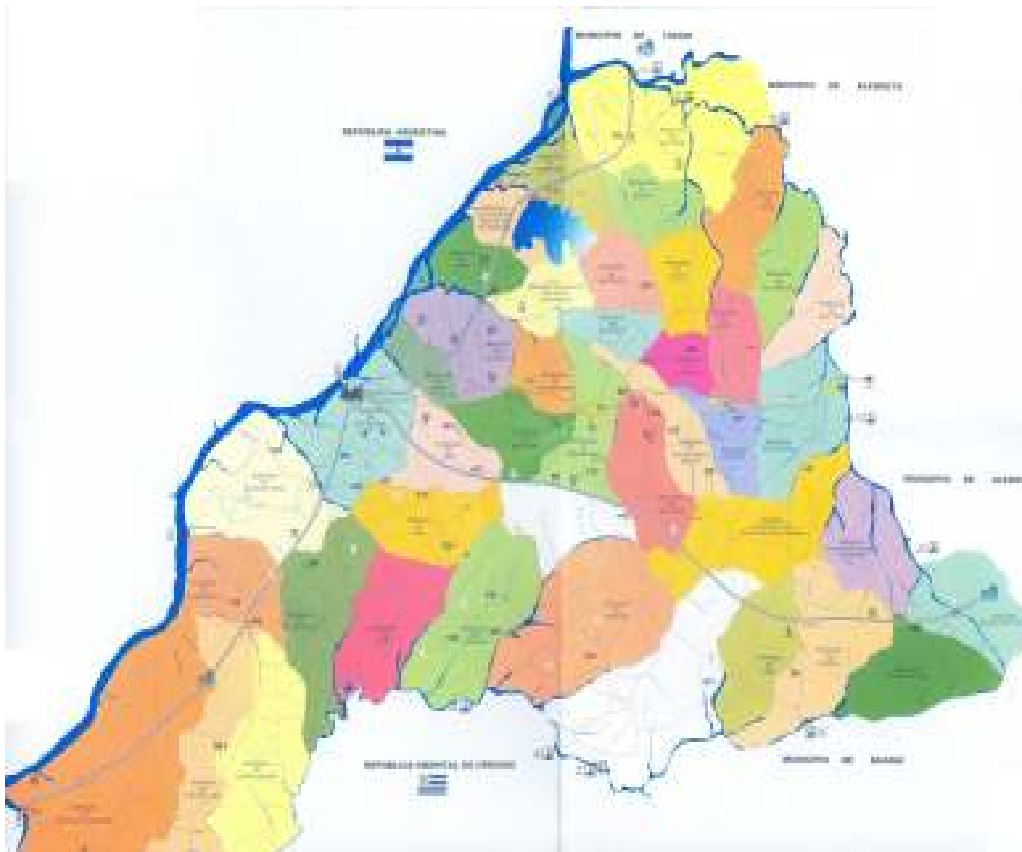


Fig. 7 - Localização das Sesmarias e propriedades rurais no território de Uruguaiana
Fonte: DUARTE E FONTTES, Ricardo P. e Carlos. As estâncias contam a história. Santa Maria: 2002. Anexo.



1.2.3. Monarquia, Farrapos e República

A insatisfação gerada pelo poder central monarquista que em 1824 contagiava, por um lado os ânimos dos jovens riograndenses, e do outro despertava na burguesia o desejo da instalação da República, pode ser exaltada no perfil do gaúcho, como mostra os escritos de Urbano Lago Villela:

O gaúcho, como elemento de predestinação histórica definida, começou a povoar a campanha riograndense aos gritos bélicos dos charruas, sob o tropel das cavalgadas que riscavam o chão do Rio Grande em todos os sentidos... Possuindo no sangue elementos acentuados de nomadismo charrua, não se fixou logo ao solo, embora o amasse acima da própria vida. O gaúcho das estepes verdes da campanha riograndense nascia da terra e tinha de embalar-se, de crescer, de educar-se ao som do alarido dos toques de rebate e dos ímpetos de guerra. (CAMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, 1982, p.15).

Neste ímpeto as idéias republicanas fervilhavam e no Rio Grande ganhava cada vez mais adeptos.

Numa evocação aos revolucionários franceses, um grupo de 200 homens, chefiados por Bento Gonçalves da Silva, Gomes Jardim e Onofre Pires, ajudados pelos comandantes Bento Manoel Ribeiro e João Manoel de Lima e Silva, em 20 de setembro de 1835, tomam a cidade de Porto Alegre, iniciando a Revolução Farroupilha. O presidente da Província, instituído pela Regência, foge para o Rio Grande, e a capital fica em poder dos revolucionários. O comandante da Revolução, Bento Gonçalves escreve ao Regente do Império:

“E em nome do Rio Grande eu lhe digo que nesta Província extrema, não toleramos imposições e humilhações, nem insultos de qualquer espécie. O pampeiro destas paragens tempera sangue riograndense, preferimos a morte em campo áspero da batalha às humilhações nas salas blandiciosas do Paço do Rio de Janeiro. O Rio Grande é a sentinela do Brasil e olha vigilante para o rio Prata.



Merece, pois, consideração e respeito. Não pode, nem deve ser oprimido por déspotas. Exigimos que o Governo Imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro, e com a espada na mão saberemos morrer com honra ou viver com liberdade. É preciso que V.Sa. saiba, senhor regente, que é obra difícil, senão impossível, escravizar o Rio Grande, como brasileiro, eu lhe digo, senhor regente, reflita bem antes de responder porque da sua resposta depende talvez o sossego do Brasil.

Dela resultará a satisfação dos justos desejos de um punhado de brasileiros que defendeu contra a voracidade espanhola uma nesga fecunda da Pátria; e dela também poderá resultar uma luta sangrenta, a ruína de uma província, ou a formação de um novo Estado dentro do Brasil".¹⁸

Em meio à agitação, o coronel Bento Manoel Ribeiro decide passar para o lado do Império, que havia rejeitado todos os apelos da carta enviada pelo líder revolucionário Farroupilha. Após um ano, em 11 de setembro de 1836 é proclamada a República Rio Grandense, estabelecendo em Piratini a nova capital dos farrapos. Várias batalhas desenharam a história do Rio Grande do Sul. Numa delas Bento Gonçalves é preso, Diogo Feijó passa a liderar. Com ajuda dos maçons, Bento Gonçalves é libertado e conhece Giuseppe Garibaldi, italiano adepto dos ideais republicanos, viaja pelo mundo em auxílio à causa. A revolução contava ainda com o apoio de Domingos José de Almeida, Ministro da Fazenda do Governo Farroupilha e cérebro da revolução.

¹⁸ Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg. 49-50.



Fig. 8 - A Batalha dos Farrapos.

Fonte: Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg. 48.

A revolução farroupilha, em 1838, após muitas vitórias, ganhava mais força e envia então Garibaldi e David Canabarro a província de Santa Catarina para incorporar a região à nova República. Em Laguna, no mesmo ano, é decretada a República Juliana, pela derrota das tropas legalistas no Rio Grande, Porto Alegre e São José do Norte.

Os farrapos assinam então sua Constituição, em 1842, embora

o movimento já não tivesse a mesma união, mas, o desentendimento entre vários de seus integrantes. Enquanto isso o Governo Central nomeava o marechal-de-campo Luis Alves de Lima e Silva para combater os revoltos. Como explica Ramiro Frota Barcellos:

Assim foi a rapsódia gauchesca da fronteira sudoeste dos primitivos dias. Executada entre perigos e ameaças pelo gaúcho, tipo de etnia inconfundível, pela destreza, pela bravura e pela força. Tipo humano que herdou as caracteres somáticos do índio, do mameluco e do português. Do hispânico herdou costumes e usos. Tem no sangue e na alma o ímpeto do aventureiro nômade. A soberba visigoda, a fidalguia berbere e a rebeldia do autóctene¹⁹. (CAMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, 1982, pp. 49-50)

¹⁹ Autóctene: adj. m. e f. Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígine, indígena. Dicionário eletrônico Michaelis.



1.2.4. Na fronteira da revolução: Uruguaiana

Antes da Revolução Farroupilha, a região onde seria fundada Uruguaiana havia suas estâncias e povoados saqueados por bandos de salteadores que cruzavam o rio Uruguai nos seus vaus. Os moradores, sesmeiros, fazendeiros e criadores, reclamavam a falta de segurança ao Governo da Província. O que, somente surtiria efeito com a Revolução Farroupilha, que sob a liderança de Bento Gonçalves, recomendou a Domingos José de Almeida, que fundasse uma povoação para instaurar um posto fiscal e também posto de milícia.

Com perda do poder bélico os Farroupilhas mudam a capital de sua República para a vila de Alegrete, região na qual se inscrevia o município de Uruguaiana.

Tendo por base a margem esquerda do rio Uruguai, indicada por Domingos José de Almeida, Joaquim dos Santos Prado Lima, então procedeu a escolha do local. Como já existia um posto fiscal na fronteira do Passo de Santana, onde o rio Uruguai dá vau, Fortunato Pimentel escreve sobre o local escolhido:

Na confluência do Guarupuitã estabeleceu-se um acampamento militar e uma agremiação de mais ou menos cem ranchos; quase nenhuma casa de alvenaria. Não havia uma capela, mas o povoado chama-se Sant'Ana. A data da fundação deste núcleo não é bem certa, mas pode-se afirmar que era novo quando em 1839, apareceu a idéia de transferi-lo para melhor local (PIMENTEL, _____.)

O local já havia sido indicado pelo General David Canabarro, então a coxilha do Capão do Tigre foi aceita por tratar-se de um local mais alto e livre das constantes enchentes do rio Uruguai. Assim, o General Bento Gonçalves da Silva, então presidente da República de Piratini, em 24 de fevereiro de 1843, sanciona por Decreto, a resolução da Assembléia Constituinte e Legislativa de Alegrete a 13 de janeiro do mesmo ano, autorizando a criação de uma Capela Curada no local. E imediatamente ocorrera a translação das moradias do Passo de Sant'Ana para este local. Definido no Decreto n° 21, como:



Nº 21 – DECRETO. Alegrete 24 de fevereiro de 1843. 8º da Independência e da República.

Sendo o local imediato ao Capão do Tigre sobre as margens esquerdas do Arroio Salso, e do Rio Uruguay, na Fazenda do Cidadão Manoel Joaquim do Couto, preferível para a criação da Povoação a muito projetada na costa daquelle Rio comparativamente ao terreno a esquerda do Itapitocay junto a sua barra no mesmo Uruguay, segundo parecer unânime da comissão creada para examinar os logares, na conformidade da Resolução da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa comunicada em officio de 13 de janeiro próximo findo, o Prezidente Constitucional da República Riograndense, autorizado pela mencionada Resolução, decreta o seguinte:

Art. 1º - Fica creada junto ao Capão do Tigre na margem esquerda do Uruguay uma Capella curada com a denominação de Capella do Uruguay.

Art. 2º - A Capela do Uruguay terá por limites lbirocahy da sua barra no Ibicuy até a barra do Jiquiquá, por este acima seguirá a vertente a rumo Sul, que confronta com outra ao mesmo rumo, que vai ao Garupa e por este abaixo e feixar na referida barra do lbirocahy, e gosará de todas as vantagens attribuidas por lei as demais Capellas curadas da República.

Francisco de Sá Brito, Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça e interinamente dos do Interior e tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários.

Bento Gonçalves da Silva e Franciso de Sá Brito.²⁰

Nesta região, segundo historiadores, foram construídas casas toscas e provisórias, sem alvenaria e próximas ao rio Uruguai, região que forma hoje parte do Centro da cidade de Uruguaiana (entre as ruas 15 de novembro e Domingos José de Almeida). Assim, no município de Bagé, o Ministro Domingos José de Almeida instruíra o engenheiro da comissão, em 18 de novembro de 1841, que gostaria de que a povoação a ser fundada à margem do rio Uruguai chamasse Uruguaiana. Logo, em 29 de maio de 1846, por lei provincial de n.º 58, a povoação de Santana do Uruguai foi elevada a categoria de Vila²¹, denominando-se Uruguaiana, que a 24 de abril de 1847

20 DECRETO Nº 21. Alegrete, 24 de fevereiro de 1843. 8º da Independência e da República, em: Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg. 54.

21 Vila: equivalente a uma cidade com sua Câmara e todos os poderes dela derivados.



terá a instalação de sua Câmara Municipal. A trajetória da “nova” Uruguaiana, assim se esboça nos escritos de Raul Pont:

A formação da Fronteira Sudoeste nestas paragens esquecidas de terra de ninguém, teve seu início possessório entre as tribos nômades do Pampa. Foi esquecida no primeiro tratado. No seu chão se cravaram os marcos da Coroa de Castela, posteriormente substituídos pelo das Quinas...

Dois séculos de lutas caudilhescas estratificaram uma definição, que foi mantida a ferro e sangue. Ora vencida, as “fronteiras” eram as de Rio Pardo, ora vencendo, levavam as suas raias até o Rio Negro...

Com formação tão belicosa, sua História, através dos tempos, sentiria, por certo, a influência quase permanente de acampamentos volantes e de guerrilhas incertas.

Sucedendo a conquista espanhola e o poderio teocrático da civilização missioneira, as sesmarias trouxeram o pioneirismo até as margens do rio Uruguai. As estâncias foram postos avançados que se transformavam a todo instante, em trincheiras de defesa.

Santana Velha já se instituía como pórtico das lendas cisplatinas, por onde passou a guerrilha castelhana, tantas vezes.

Mais ou menos definidas, a mercê do caudilhismo, as lindes se foram desdenhando, tomando feições nacionais.

As circunstâncias históricas estabeleciam a Vila de Alegrete, o último reduto farroupilha. Ela se insurge como Capital Farrapa e estrategicamente, toma posse da fronteira oeste, com vistas a um obrigatório exílio, no Prata, se o insucesso exigisse.

A Assembléia e o Estado Maior, se sediaram na Vila de Alegrete, David Canabarro voltava à Estância São Gregório, enquanto que Antonio Souza Neto acampava em Santana Velha, em busca de cavalos para fortalecer as hostes republicanas.

Nestes rincões, já estavam Joaquim dos Santos Prado Lima, Serafim Joaquim de Alencastro e Teodolino Francisco de Oliveira Fagundes.

Os fogões de Santana Velha – módulo inicial da fundação de Uruguaiana – foram assim de inspiração farrapa, como um “posto fiscal” estratégico e necessário à Revolução.

O Governo Farrapo ficava senhor de uma vasta região de fronteira com dois países, preparados para quaisquer emergências. Criou-se o segundo Distrito da Vila de Alegrete, com vistas ao aproveitamento do único “porto” sobre o rio Uruguai. Santana Velha era o único lugar que dava “vau”, permitindo travessia do rio.

Os Farrapos haviam enviado para esse povoado, a José Pinto Cezimbra com o fim de exercer a função de “Lançador e coletor de impostos” e Teodolino Francisco de Oliveira Fagundes para ser o “juiz



de paz”. Já estes pioneiros se haviam dirigido ao Ministro Domingos José de Almeida planejando a criação da povoação. “Uruguai-Ana”, foi, pois, filha dileta da Revolução Farroupilha. Nascia sob o signo das lutas republicanas. Sob sua influência foi criada “junto ao Capão do Tigre”, na margem esquerda do rio Uruguai. Seu Decreto de criação da Capela Curada termina dizendo:... ”e gozará de todas as vantagens atribuídas por lei às demais Capelas Curadas da República...”

Assinalara seu destino histórico, irmanando-se aos republicanos.

Fez-se o reduto dos acampamentos pátrios, que vinte anos depois, a colocaram como refém da Pátria.

A Retomada de Uruguaiana, constitui-se num marco de experiências e de vitórias, mas acima de tudo, assegurou daí por diante, a soberania nacional.(CAMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, 1982, pp. 58-59)

O desmembramento da área, a construção de casas e cercas inicia-se a partir de 1847, ficando os primeiros habitantes instalados na beira do rio Uruguai.

As primeiras casas comerciais funcionavam como armazém, farmácia, ferragens e vestuário ao mesmo tempo e espaço. O desenvolvimento da vila era a essência de uma portaria que garantia a exploração dos recursos naturais da vila e incentivava a criação de outros ramos, como o da olaria, pedreiras e navegação. E o intercambio entre o Brasil e Argentina garantia a permanência e a sobrevivência da população na vila de Uruguaiana. Apesar disto, os deputados provinciais, em 1853, se manifestam ressaltando as urgentes necessidades do Município, como providências para navegação no Rio Uruguai e a construção de estradas para o desenvolvimento do comércio, por exemplo. A precária situação da vila impulsiona seus vereadores a reivindicar obras públicas, a construção de uma igreja, pontes e de estabelecimentos para a instrução pública.



1.3. A evolução urbana

1.3.1. A lenda do rio dos pássaros

Uruguaiiana retirou do rio Uruguai seu nome, nome cuja lenda, dentre tantas que cresceram junto ao povo missioneiro, são reveladas por memorialistas como Hugo Ramirez:

“Numa das muitas confrontações havidas entre o diabo vermelho dos índios, - o Anhangá-pitã, - e São Pedro, certo dia, o diabo cansado de caminhar pelas matas, porque, nesse tempo, tudo isto aqui era só mato a perder de vista, o caaguaçu, o mato grande, de água não existindo, nem lagoas, nem o Jacuí, nem o Guaíba, nem o Ibicuí, - decidiu tirar uma sesta, para refazer as forças e continuar sua caçada de almas malvadas. E tratou de se espichar num tapete de quanxuma alta. Caiu bem ao pé de uma figueira carregadinha de frutos maduros.

Nesse tempo, povoava essas atarias que se estendiam longe, a fazer limites com Santa Catarina e as terras do rei da Espanha, uma raça de passarinhos, pequenos e cantadores, chamada URU. Aquele dia, depois de a passarada tratou de se cambiar, atirando-se espaço a fora, num movimento único. Depois pensaram, que se o diabo não queria que eles cantassem no fofo dos galhos e ramagens, então cantariam no ar mesmo, fora de seu alcance. E lá em riba recomeçaram seus gorjeios, ainda mais bonitos e mais alegres do que antes.

Furioso o diabo resolveu matar todos, duma só vez. Ouviu-se uma explosão, era como um tiro de canhão. E um horrível fedor de enxofre se propalou, na terra e no ar, deixando a bicharada tonta de cair.

Com aquele canhoço que se ouviu por miles de léguas ao redor, o velhinho São Pedro, que também andava cá na terra, desconfiou que aquilo não podia ser coisa boa.

Nisso, o relampejo do sol, sobre as asas dos mies de passarinhos que começavam a cair do céu, a imitar uma chuva transparente, daquelas do tipo casamento de raposa, alertou o santo de vez.

Levantando as mãos para o céu, pediu a benção do Espírito Santo – que também é uma ave, pois sempre aparece disfarçado de pombinha branca – numa tentativa para salvar os bichinhos da sanha malvada que os estava exterminando aos miles.

Ergueu a mão direita na direção da passarada que caía e a medida que o poder mágico de seus dedos ia atingindo os uruzinhos, foi acontecendo um milagre. As avezinhas que ainda tinham qualquer sopro de vida no corpo foram se transformando em gotas d’água, e as aves que já tinham morrido se despencaram do alto para o chão, mudadas em pequenas pedras redondas e chatas, hoje conhecidas pelo nome de chanteiras e que lembram pelo formato um passarinho de asas abertas.



O volume de água foi tanto, a prosseguir pelo chão, por vales, matarias e campos que o limite seco que separava o Rio Grande de Santa Catarina e da Argentina se tornou um rio enorme.

Foi assim que nasceu o rio Uruguai, o Uri-aa-i, rio dos passarinhos que outros chamam "rio dos pássaros pintados".

Se o rio não tem mais o nome antigo é porque os brancos logo o deturparam, com sua mania de acastelhanar tudo, em vez de Uru-aa-i, dizendo Uruguai.

Deslizando dos alcantilados revestidos de pinheirais, lá nas alturas de Santa Catarina, desceu até nossos campos rasos, a se entreverar com os campos platinos, para depois ir desaguar, cantando, na fofa cama de paina do Rio Prata.

Deste modo, ele forma a fronteira molhada do oeste das terras gaúchas. Se ficou estirado, num grande arco de cristal, a lembrar para os viventes destes pagos tanto as armas de guerra e de caça dos índios Tapes, do tempo dos Sete Povos, como a intervenção de São Pedro, o padroeiro destas plagas, já no princípio dos tempos da ocupação a liberar a paisanada das velhacarias e maldades do diabo".(CAMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA, 1982, pp. 20-21)

A mítica lenda da luta dos urus sobrepõe-se a dos índios, das reduções jesuíticas, das missões e da própria região em que se enraizaram novos e velhos habitantes da antiga Santana Velha a recém criada vila de Uruguaiana.



1.3.2. Uma capela e uma praça: o centro da história

Na Vila de Uruguaiiana, existia em 1849, a capela de Nossa Senhora da Conceição, situada na Praça do Porto, local da atual Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Esta capela, segundo o relatório da Câmara Municipal ao governo Provincial, era “extremamente pequena, baixa e edificada abaixo do nível do terreno, o que a torna úmida, e é destituída de parâmetros” (FANTI, 2002, p.104). A praça era um descampado chamado praça da Matriz, uma alusão à construção no local da Igreja Matriz.

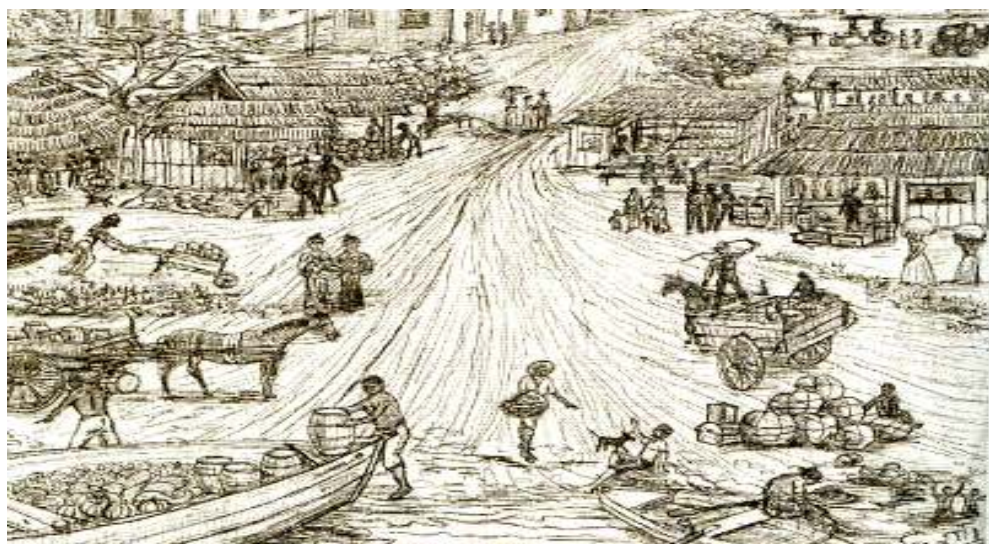


Fig. 09 - Praça do Porto 1859. Local da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Desenho de Daniel Fanti.

A religião católica, oficial do Império do Brasil, o obrigava a financiar a construção de igrejas e custear sua manutenção. Provisoriamente, os cultos católicos se realizavam em galpões de madeira até a construção efetiva do templo. Na Vila de Uruguaiiana estes cultos eram realizados na pequena Capela de Nossa Senhora da Conceição, enquanto a Igreja Matriz estava sendo erguida pelos moradores, “Na Praça-mór, de tijolo e barro a altura de 100 palmos, mais ou menos e começando alicerce de todo o edifício”.²²

²² Transcrito do Livro de Correspondências da Câmara por Daniel Fanti em: FANTI, Daniel. Nos tempos das diligências e lampiões de rua: A formação do município de Uruguaiiana século XIX e início do século XX – volume I. Uruguaiiana, Editora Gráfica Universitária, 2002. Pg. 104.



Segundo o livro de correspondências da Câmara Municipal de Uruguaiiana, a Igreja Matriz teve sua construção iniciada em 1845, e suspensa por falta de recursos. Em 1849, a Câmara solicita ao governo da Província verbas para a conclusão das obras, relatando que a planta da edificação não havia sido localizada e que algumas paredes estavam desniveladas.

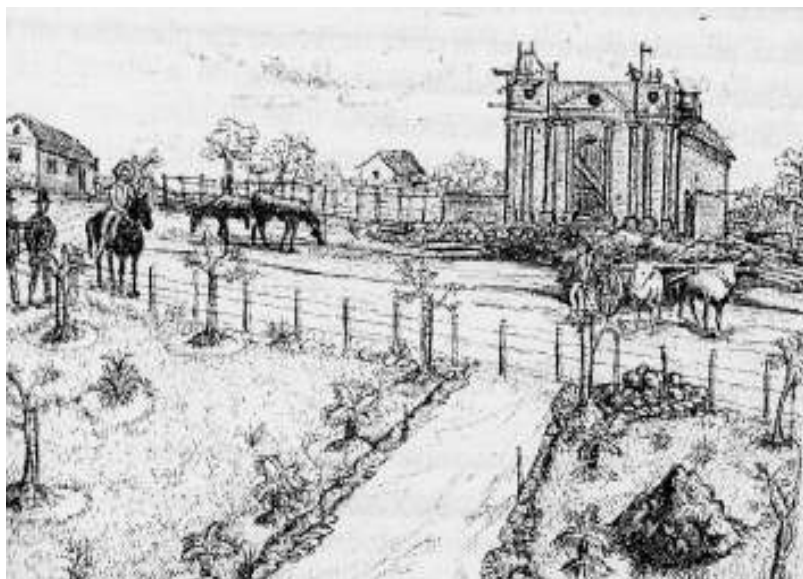


Fig. 10 - Obras de construção da Igreja Matriz em 1872.
Fonte: Desenho de Daniel Fanti.

Segundo os historiadores, a recém criada Capela Curada de Santana do Uruguai, depois Vila de Uruguaiiana, era uma povoação despida de recursos, a igreja para realização dos cultos católicos se resumia num pequeno galpão, a praça era um descampado, a maior parte das casas eram toscas e provisórias, aglomeradas próximas ao rio Uruguai. Somente depois da construção de olarias é que as casas foram edificadas em alvenaria. Na primeira carta ao Presidente da Província, enviada de Uruguaiiana por Francisco José de Souza Soares de Andréa, o Barão de Caçapava, em 3 de abril de 1849, pode-se observar na descrição da recém criada Uruguaiiana, a depauperação da região:

“Ao Tnte. Gen. Francisco José de Souza Soares de Andréa;



1° - O principal ramo é a criação de gado *vacum*, contando-se 83 estâncias e em algumas, há criação de cavalos e, em pequena escala, muares e ovelhas;

2° - Há carestia de braços que faz com que o Município deixe de implementar a agricultura. No entanto, há algumas lavouras de milho, cultivado em porções consideráveis nas Ilhas do Uruguai. A terra contudo, é favorável ao cultivo da uva, trigo, feijão, cevada, mandioca e arroz, segundo a opinião de alguns poucos plantadores;

3° - Nem cana, nem café são cultivados neste Município;

4° - Consta que existe mineral de ferro nas margens do rio Imbaá e de cobre nas margens do Capivari, sem, no entanto, haverem tido exploração desses minerais.

Nas costas do Imbaá, observam-se produtos calcários em São Marcos tem se observado indícios de outros de melhor quilate, tão pouco existe, se saiba nenhuma, mina de carvão de pedra;

5° - Atualmente existem somente três olarias de tijolo e telha, tendo sido abandonado diversas vezes, desde que começou a decair esta Vila em 1847;

6° - Exceto as olarias, não há nenhuma outra fábrica, a não ser de farinha, em pequena escala, com braços cativos e olarias com braços livres;

7° - Não há notícias de água mineral. Quanto às vias principais de transportes, são os rios. O rio Uruguai com a República Argentina, o Ibicuí que divide com São Borja, o Ibirapuitã com o Alegrete e o rio Quaraí, que faz divisa com o Estado Oriental (Uruguai). O rio Uruguai é bastante explorado como navegação..." 23

23 Transcrito por Daniel Fanti em: FANTI, Daniel. Nos tempos das diligências e lampiões de rua: A formação do município de Uruguaiana século XIX e início do século XX – volume I. Uruguaiana, Editora Gráfica Universitária, 2002. Pg. 4 e 5.



1.3.3. Marcha paraguaia rumo a Vila

“O município de Uruguaiana é um repositório de glórias que necessitam ser aviventadas pelos responsáveis por nossa história para que o povo, e principalmente a mocidade desta gleba siga, pelo exemplo, a trilha que seus maiores abriram a pata de cavalo e fio de espada, com sacrifício da própria vida”.
Urbano Lago Vilella²⁴

O “repositório de glórias” declarado por Urbano Lago Vilella nesta epígrafe sublinha justamente a história de uma cidade marcada por várias revoltas, dentre elas a Guerra do Paraguai.

O ditador Manoel Ortiz de Rosas, que passa a comandar o governo argentino a partir de 1829, incluía em seus propósitos, a incorporação do Estado Oriental do Uruguai, o Paraguai e o Rio Grande do Sul à sua República.

Já em 1828, Rosas se colocava contra o tratado que estabelecia a livre navegação pelos rios Paraguai e Paraná, que davam acesso à Província do Mato Grosso. Neste mesmo tratado o Brasil ficava comprometido em garantir a autonomia da República Oriental do Uruguai, contrariando justamente os propósitos do ditador argentino Rosas.

O Brasil intervêm contra o governo constituído da República Oriental do Uruguai, em 1864, por ter no comando do governo Atanazio Aguirre, um forte aliado do ditador Rosas, interventor dos interesses brasileiros com aquele país. Atos de violência contra brasileiros são praticados e Aguirre se mostra indiferente às reclamações brasileiras, fomentando a revolta dos mesmos.

Em dezembro de 1864, o exército brasileiro invade o Uruguai, a pedido de Venâncio Flores, com as tropas comandadas pelo General Mena Barreto.

A República Oriental do Uruguai estava politicamente dividida entre *blancos* e *colorados*, estando o chefe do partido colorado exilado na Argentina, após

24 Vilella, Urbano Lago. Em: Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg. 57.



transpor o rio Uruguai e invadir seu país com contingente armado, enfrentando às forças de Aguirre.

A República do Paraguai era governada pelo ditador Francisco Solano Lopes, que como Rosas, desejava expandir suas fronteiras integrando terras do Rio Grande do Sul, Norte da Argentina e do Uruguai. Solano Lopes aguardava, atento, o momento próprio para acionar seu ambicioso ideal de expansão. Quando o Brasil ocupava o Uruguai, Lopes envia ao governo brasileiro um protesto, propondo mediação para diminuir as pendências entre o Brasil e o Uruguai. Diante da negativa, Solano Lopes confisca um navio brasileiro que navegava rumo ao Mato Grosso.

Com este ato, estava declarada a guerra.

As tropas de Solano Lopes invadem o Mato Grosso e seguem marcha rumo a fronteira do Rio Grande do Sul, com um exército comandado pelo Coronel Antonio Estigarribia, que invade São Borja em 10 de junho de 1865, saqueando e depredando a Vila. Após, Estigarribia e seu exército seguem para Itaqui, que a 5 de agosto do mesmo ano, é invadida pela tropa paraguaia.

Em Uruguaiana, o General Canabarro determina a evacuação do povoado para a Vila de Alegrete aguardando a chegada de reforços de todas as partes da Província, que já se mobilizavam perante a impertinência dos paraguaios.

A 5 de agosto de 1865, um grupo de militantes comandados pelo General Bento Martins de Menezes, chegava a Vila de Uruguaiana. Este grupo vinha escoltando os passos dos inimigos paraguaios, tentando atrasar a marcha até a Vila. Ao entrarem na cidade anunciavam o terror que os sucederia.

Entre a rua Santana e a rua Direita (atual rua Bento Martins), o grupo do General Bento Martins, se confronta com os paraguaios matando o capitão paraguaio Diogo Alvarenga e alguns de seus soldados. Os paraguaios com muito mais homens (estimado em 7.300) aprisionavam soldados brasileiros e os degolavam, entravam nas residências e as saqueavam, retiravam todo o tipo de madeira que nelas existiam para fabricar combustível e fortificações, também para incendiar e destruir.



Paralelamente um forte exército se formava, composto de contingentes remetidos de todos os cantos do Rio Grande. Sob comando do General João Frederico Caldwell e do Cabo de guerra Barão do Jacuí (inimigo ferrenho dos farrapos), acampavam as margens do rio Uruguai.

Doze dias da ocupação paraguaia, em 17 de agosto de 1865, o exército do General Caldwell, rapidamente mobilizado, como explica Urbano Lago Villela, “graças ao espírito abnegado e patriótico dos gaúchos”,²⁵ estendia-se frente à Vila de Uruguaiiana, surpreendendo o inimigo. Os confrontos sucederam em 19 de agosto, o General Bento Martins com sua cavalaria, investe sobre o exército do paraguaio de Estigarribia que tentava contra-atacar pelo lado leste da Vila, obrigando-os a recuar.

Formava-se um outro exército. A tropa conjunta de contingentes do Brasil, Uruguai e Argentina, comandada por Manoel Marques de Souza, o conde de Porto Alegre, identificada como a Tríplice Aliança

O porto é bloqueado a 21 de agosto pelo Almirante Tamandaré e uma pequena frota comandada pelo Tenente Floriano Peixoto, dificultava o avanço de novas tropas paraguaias e a permanência dos soldados inimigos na Vila.

25 Villela, Urbano Lago em: Câmara Municipal de Uruguaiiana, coletânea. História de Uruguaiiana imagem viva da terra gaúcha. Uruguaiiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg. 64.



Fig. 11 - Porto de Uruguaiana- sem data
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br

Enquanto as estratégias para o enfraquecimento do 'sitio paraguaio' na Vila de Uruguaiana, uma comitiva Imperial, com a presença de D. Pedro II se deslocava para a Vila, chegando aos 11 dias de setembro, recebendo ainda o Presidente da República Argentina, o General Bartolomeu Mitre e o presidente do Uruguai, General Venâncio Flores, que em reunião em nome da Tríplice Aliança, enviam um ultimato ao comandante paraguaio Estigarribia, finalizado pela seguinte afirmativa:

"Toda a proposição que V. Excia. fizer, que não seja a da rendição das tropas de seu comando sem condições, não será aceita, visto que V. Excia. Repeliu as mais honrosas que lhes foram pelas forças



*aliadas oferecidas. Acampamento junto aos muros de Uruguaiana, 18 de setembro de 1865. Ass. Barão de Porto Alegre”.*²⁶

Em resposta escreve Estigarribia:

*“Comando da Divisão Paraguaia na Vila de Uruguaiana, 18 de setembro de 1865. O abaixo assinado aceita as proposições de V. Excia. O Ministro da Guerra e deseja unicamente que sua Majestade o Imperador do Brasil seja o melhor garante deste ajuste. Ass. Antonio Estigarribia”.*²⁷

Comemora-se então a Retomada de Uruguaiana a 18 de setembro de 1865, quando por suas ruas desfilava, em retirada, o exército paraguaio que outrora imponente invadira e destruíra a Vila de Uruguaiana, como explica Urbano Lago Villela:

Uruguaiana sofrera a sanha vandálica do invasor, mas vista daquela distância, sob a claridade diáfana da manhã, aparecia coroada pelo halo de uma névoa que representava a segurança de seu futuro radioso entre comunas riograndenses. (VILELLA, 1982, p.63)

Após a sanha vandálica do invasor, o imperador coloca a cidade sob a guarda de três corpos do exército. E durante a rendição estiveram presentes o general Mitre, chefe das forças da Argentina, o general Venâncio Flores, chefe das forças uruguaias, o Barão de Porto Alegre, general e comandante de exército das províncias, o Imperador Dom Pedro II e o Estado Maior do Exército Brasileiro.

26 Transcrito por Urbano Lago Villela em: Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg. 63.

27 Transcrito por Urbano Lago Villela em: Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pg. 63.



Após a invasão paraguaia à Vila de Uruguaiana, honrada da presença do Imperador do Brasil embora arruinada pelo estado de guerra, é então descrita por Pedro Calmon: “Os chefes aliados entraram lentamente em Uruguaiana, deserta, revolvida, inabitável, tão depredada e imunda que preferiu D. Pedro II voltar para sua barraca, no descampado”.

Nestas palavras ilustra-se o cenário, da nova e, triste Uruguaiana, uma Vila imunda, destruída, insalubre. Os soldados, feridos e os doentes infectados pela epidemia da varíola, caracterizaram os personagens que habitavam justamente Uruguaiana.



1.3.4. A reconstrução...

Após a rendição dos paraguaios o brio gaúcho não deixaria que morresse, junto às baixas das tropas e aos corpos da varíola, o ideal de reconstruir a Vila.

Uma Vila sitiada por corpos dos soldados brasileiros, paraguaios e aliados que amontoados desenvolviam doenças rapidamente transformadas em epidemias. O saneamento era urgente. O Governo da Província solicitava relatórios e levantamentos sobre os prejuízos causados pela invasão paraguaia, com objetivo de atender as solicitações, reuniram-se as autoridades e os funcionários públicos, encontrando muita dificuldade para executar inventários, face a precariedade da Vila.

Os vereadores decidiram em 1866, pôr em arrematação os impostos sobre os diversos passos de rios e arroios do município, a fim de obter verbas para a reconstrução urgente da Vila.

Os habitantes ao retornarem às suas residências, as encontraram saqueadas, sem mobílias, telhados, forros, etc, até mesmo as residências situadas na zona norte do município, e as casas comerciais próximas da região central, às margens do rio Uruguai, não ficaram ilesas.

Como medida preventiva da epidemia de cólera que se alastrava pelas cidades vizinhas foram criadas em 1868 as Comissões Sanitárias que, apesar dos esforços, não poupou a Vila do assolamento da doença, causando pavor e morte.

Aos poucos Uruguaiana ia se reerguendo e em 1870 a Câmara desejando homenagear os feitos dos seus heróis da guerra do Paraguai, re-nomeia algumas ruas e praças com seus nomes. Neste mesmo ano, é fundado o Colégio União, primeiro estabelecimento de ensino particular, pelo francês Aleixo Vurlod. Dois anos após é criada a primeira escola pública, hoje Escola Romanguera Corrêa. Muitas edificações foram erguidas, e a Vila de Uruguaiana retomava o rumo de seu desenvolvimento.



Fig.12 - Aterramento para construção de estradas e Obras de saneamento
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br



Fig.13 - Aterramento para construção de estradas e Obras de saneamento
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br



Com lei provincial nº 898/74, de 1874, a Vila de Uruguaiiana é elevada à categoria de cidade inaugurando a sua primeira agência telegráfica. Apesar do feito, neste mesmo ano, a população da cidade seria vítima de varíola. Todos os infectados foram recolhidos numa casa a fim de evitar mais contágios e instituída a obrigatoriedade da vacinação de todas as crianças.

O Ministério da Guerra autoriza em 1875 a Câmara construir olarias para o desenvolvimento e expansão das casas e a criação de uma fortificação em torno do município e cria a Comarca Jurídica da cidade. Nos anos seguintes fundam-se na cidade várias sociedades estrangeiras como a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e a Sociedade Italiana Unione Beneficanza, comprovando a existência de uma sociedade de cultura diversificada.

Inicia-se então em 1879 a arrecadação de fundos para urbanização e saneamento da cidade. E, apesar da guerra e epidemias, no final deste século, Uruguaiiana apresentava claros sinais de evolução, intensificando a navegação fluvial, que facilitava o desenvolvimento das relações comerciais internacionais, gerando justamente subsídios para o desenvolvimento da cidade.

A empresa inglesa “Brazil Great Southen Railway”, inicia em 1883 a construção da Estrada de Ferro ligando Uruguaiiana a Barra do Quaraí, construída da capital da província para o interior, como também a primeira ponte ferroviária internacional ligando a cidade à parte Oriental do Uruguai.

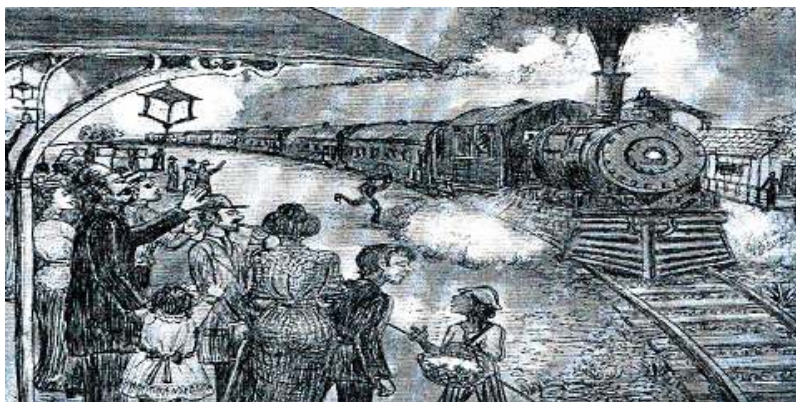


Fig. 14 – “Maria Fumaça” chegando em Uruguaiiana.
Fonte: Desenho de Daniel Fanti.



Quatro anos antes da promulgação da Lei Áurea, Uruguaiana liberta em 1884, seus escravos. Na Argentina, país vizinho, não escravizou negros vindos da África como era comum no Brasil, escravizaram aborígenes, habitantes do local, embora desde 1843 considerassem a escravidão incompatível aos seus ideais de liberdade, proclamada em 1810. Esta atitude em muito influenciara a vizinhança brasileira que fomentava uma ambiência abolicionista. Vários proprietários de escravos os alforriavam, enquanto o tabelião oferecia serviços gratuitos para os moradores do município que os emancipassem.

A Câmara Municipal de Uruguaiana, de posse da relação de todos os escravos e seus senhores fez, em 1884, campanha contra o regime escravocrata e recolheu assinaturas de adesão ao movimento abolicionista, concedendo cartas de alforrias. Este grupo era formado na maioria por maçons que nutriam o ideal de liberdade, desde a construção de sua primeira loja maçônica, na cidade, em 1856. Estes seguiam a filosofia do Grande Oriente do Brasil²⁸, que determinava a obrigatoriedade da abertura do orçamento de suas despesas, reservando uma verba ao alforriamento de crianças negras.

Finalmente, em 31 de dezembro de 1884, é decretada por Lei Municipal, a libertação de todos os escravos negros no município, colocando Uruguaiana na vanguarda abolicionista.

E a cidade crescia...

Em 1885 foi construído o prédio do Teatro Carlos Gomes, nos anos seguintes é inaugurada a estação férrea, a linha ferroviária ligando o Município a Barra do Quaraí e o hospital de caridade.

Os ideais republicanos começaram novamente a transformar o cotidiano dos uruguaienses já em 1887, e na vanguarda pela liberdade, é desenvolvida na cidade uma união republicana, como um centro de resistência à política Imperial. E a cidade, em muita euforia festejava em 1889 a Proclamação da República no Brasil.

28 Grande Oriente do Brasil ou Grande Oriente do Passeio: Órgão máximo e supremo que administrava as lojas maçônicas de todo o Brasil. Em: FANTI, Daniel. Nos tempos das diligências e lampiões de rua: A formação do município de Uruguaiana século XIX e início do século XX – volume I. Uruguaiana, Editora Gráfica Universitária, 2002. Pg. 292.



Distante da capital o progresso continuava a se desenvolver apesar de não impulsionar Uruguaiiana da estagnação interiorana, que ocupava seu devido lugar no tempo e na memória.

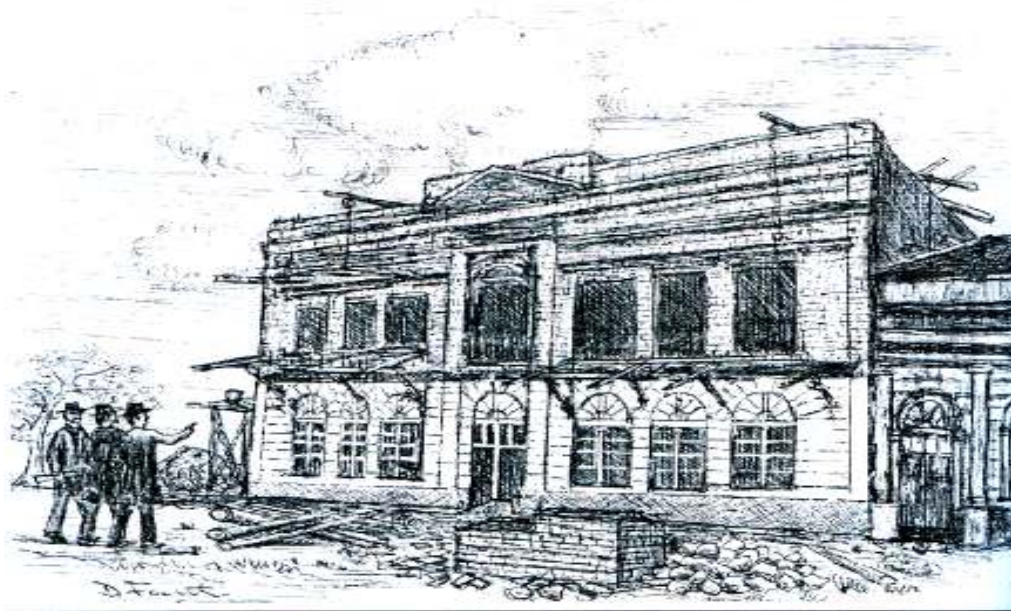


Fig. 15 - Prédio da Câmara Municipal, construído ao lado da Escola em 1890.
Fonte: Desenho de Daniel Fantí

O traçado de suas ruas, embora não seguisse o adotado pelos arquitetos do Movimento Moderno, como aquele que mais tarde caracterizaria a capital Brasília ou o bairro da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, atribuía a cidade de um modernismo invejável; possivelmente pela influencia das lembranças daqueles que deixaram a Europa para habitar esta terra. Uruguaiiana teria suas ruas largas, cortadas por vias que cruzavam a cidade num breve passeio diligente.

O desenvolvimento de Uruguaiiana foi marcado pela construção do matadouro público, o primeiro edifício público da Intendência Municipal, os Clubes Comercial e o Caixerai. Além da construção das pontes, diminuindo distâncias e facilitando o trânsito de pedestres e de mercadorias.



Fig. 16 - Construção da Ponte Salso.
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br

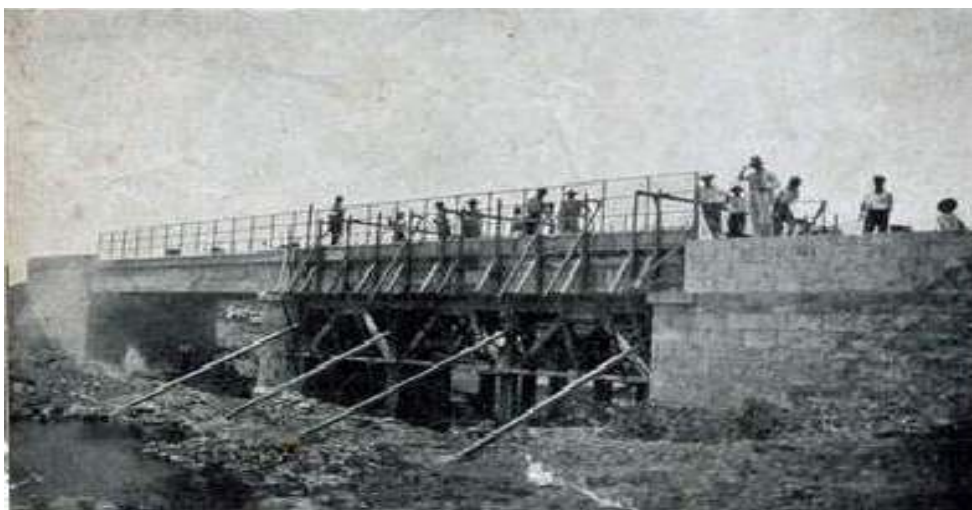


Fig. 17 - Construção da Ponte Salso.
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br

Já no início do século XX, a cidade possuía uma linha férrea que fazia escalas regulares em povoações argentinas e cidades brasileiras do Rio Grande do Sul. Organizou-se inclusive uma linha de navegação privada da família do argentino, Baldomero Bárbara, estabelecendo a ligação entre a cidade e a capital do estado.



Indústrias e agroindústrias se estabeleciam e, entre 1901 e 1903, somavam 138 fábricas e oficinas. O artesanato através do trabalho de ferreiros, prateiros, ourives, tropeiros, domadores de cavalo, aramadores e tosadores se desenvolvia.



Fig. 18 - Fábrica de cimento em construção.
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br

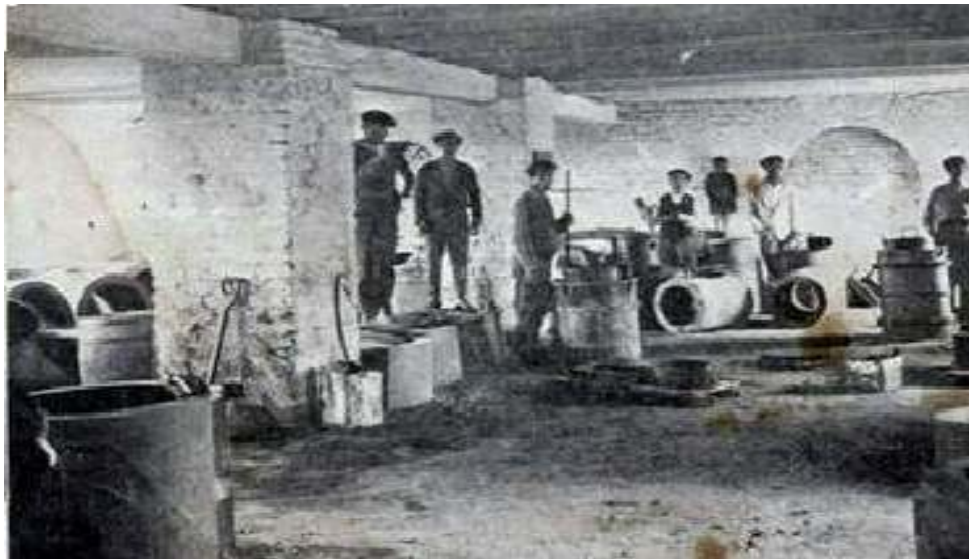


Fig. 19 - Construção de fábricas.
Fonte: www.potaluruguaiana.com.br



Ao progresso do século XX acompanhava o desenvolvimento social. Além dos Clubes citados ainda foram fundadas as sociedades recreativas: Soirée, Terpsichore e Iracema, promovendo bailes no Teatro Carlos Gomes. Desses bailes, os carnavalescos eram os mais procurados e os mais divulgados no jornal da cidade indicando quem seriam os ocupantes dos camarotes que se dividiam em primeira e segunda ordem. Essa cultura carnavalesca é até hoje acentuada, pelos desfiles na Avenida Presidente Vargas com os quais só disputa liderança às comemorações da semana farroupilha.



Fig. 20 - Praça da Rendição com o Clube Comercial ao fundo.
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br

Várias escolas públicas de nível primário e secundário e associações filantrópicas foram criadas, principalmente na administração Dr. Afonso Martins de Menezes. Na administração seguinte foi executado o projeto de saneamento para rede de água e esgoto, concluídos anos mais tarde

Em 1903, foi instalada pelo argentino Bárbara e filhos a Usina Elétrica. E o jornal local “A Notícia”, em 23 de maio de 1905, noticiava: “A cidade é iluminada à luz elétrica, possuindo a rua principal poderosos focos de distancia



em distancia”²⁹. Assim, aos poucos a cidade foi sendo construída e desenvolvida, inicialmente pelos edifícios principais como os Clubes, a Intendência Municipal, o teatro, o mercado público e as associações e sociedades filantrópicas iluminada.

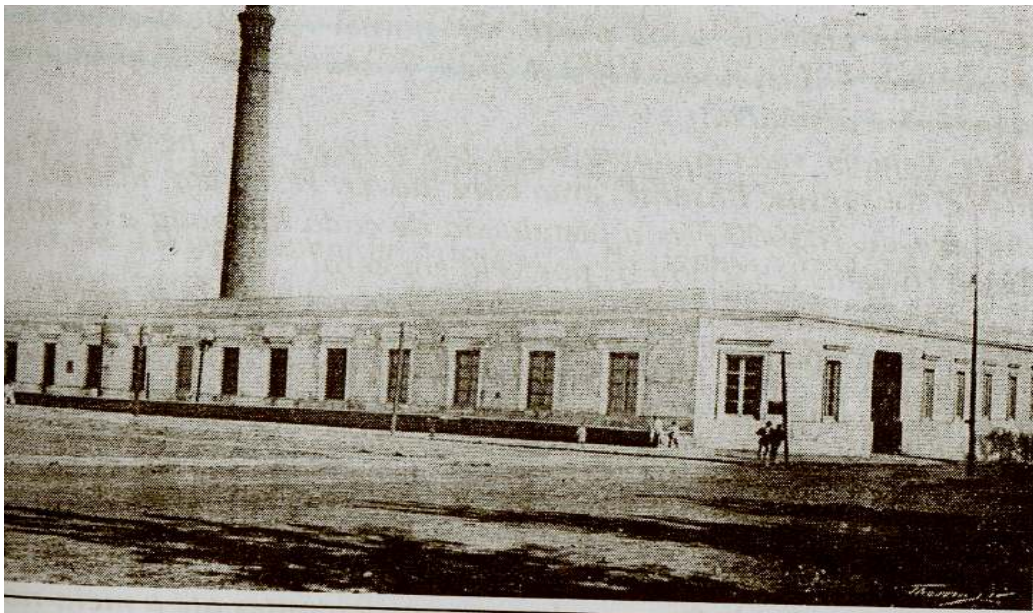


Fig. 21 - Usina Elétrica da família Barbará.
Fonte: Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini

O que foi, pouco a pouco, tornando-se o quadro com os tons das impressões dos habitantes locais como o registrado pelo cronista do jornal estadual, “O Taquariense”, que apenas assinando O.M, retratou as contradições em sua passagem por Uruguaiiana em 1904:

“À tardinha chegamos a soberba Uruguaiiana que desde algumas léguas nos aguçava a curiosidade com sua bonita perspectiva. O tráfego provisório da estrada de ferro torna mais comodante a viagem de Alegrete a Uruguaiiana.

Ao desembarcar, vendo aquela quantidade de carros, aquela multidão de pessoas que se apinham na gare, somos tomados de certa admiração e sentimos um cheirinho de capital de departamento, porque só ouvimos falar de espanhol e vemos pessoal corretamente vestido, o que nos dá uma idéia de luxo daquela gente.

29 Transcrito por: FANTI, Daniel. Nos tempos das diligências e lampiões de rua: A formação do município de Uruguaiiana século XIX e início do século XX – volume I. Uruguaiiana, Editora Gráfica Universitária, 2002. Pg. 354.



De fato Uruguaiana é uma cidade onde há mais luxo do que na capital.

Tratamos de procurar o hotel, que nos fora recomendado como o melhor; mas não adiantamos nada, porque este é igual aos outros três. Nenhum merece o nome de bom: dois deles são mais ou menos bonitos, e nada mais, porque os aposentos, apesar de bem arrumadinhos, e a cozinha, apesar de asseada, não são para agradar ninguém; nas camas, percevejos e baratas, e à mesa, o infalível puchero – prato predileto dos castelhanos, a galinha cortada em pedacinhos e frita na panela e o insípido borriquete, peixe que abunda no Uruguai.

Há uns dois restaurantes, onde se tomam bebidas geladas, diversas fábricas de cerveja, uma de gelo, uma boa fábrica de carruagens e muitos outros estabelecimentos fabris, bem montados.

É muito importante o comércio. Diversas casa são importadoras, mantendo relações diretas com as praças de Monteviedeu, Buenos Aires, Paris, com algumas do norte do Brasil, de onde recebem café, açúcar e álcool.

A praça da Rendição é ajardinada e muito bem cuidada. Tem bonitas alamedas que partem dos quatro ângulos, convergindo para o centro e formando um X. São de um belíssimo efeito de perspectiva.

No centro da praça há um bom quiosque e tanto aí como ao longo das alamedas, encontram-se muitos bancos, que quase sempre estão ocupados pelos “habitues” do jardim.

Em uma esquina da praça, ostenta-se majestoso o edifício do Clube Comercial, de lindíssima arquitetura, coberto de ardósias, edifício de grande luxo, tanto no exterior como no interior. Talvez que no Estado não haja meia dúzia de edifícios tão importantes. Dizem que a construção desta custou cerca de 300 contos.

Infelizmente o Clube forma um contraste bem notável com todo o conjunto de construções da cidade, porque apesar da grandeza, da opulência comercial de Uruguaiana, ela é, na sua maior parte, constituída de prédios antigos, escuros, sem gosto arquitetônico.

A propósito, dizem que um visitante indagado como achara o Clube, respondeu: Acho tudo muito lindo penso que somente o que falta é construir uma cidade para edifício tão rico.

Publicam-se ali, quatro ou cinco jornais, existem duas livrarias, diversas farmácias, uma casa de caridade, uma fotografia bem montada. A cidade é servida por uma boa rede telefônica, é entretanto, iluminada ainda por querosene.

A indústria pastoril é aperfeiçoada no município, onde os fazendeiros cuidam muito do cruzamento de raças animais.

O cultivo da vinha vai tendo algumas pessoas que se dedicam com esmero à agricultura como, por exemplo, o Sr. Luiz Betinelli, abastado



comerciante e que possui, a poucos quilômetros da cidade, uma riquíssima quinta, onde os visitantes tem ocasião de admirar o bom gosto, o capricho daquele cavalheiro, que tem ali empregado um capital considerável. O Sr. Betinelli, homem inteligente, trabalhador infatigável, sabe, como poucos, aliar o bom gosto à conveniência comercial. Seu estabelecimento acha-se em condições de proporcionar verdadeiros encantos àqueles que, entediados pela vida agitada dos grandes centros, procuram na campanha um pouco de sossego, uma distração confortável, que lhes permita esquecer as misérias que atrofiam quase todos os meios sociais.

Em diversos pontos da Quinta Betinelli, existem bocas de fogo assentadas para o ar e que servem para fazer provocar a chuva em ocasiões de seca, quando a atmosfera achar-se carregada de eletricidade.

Há duas estações de estrada de ferro...³⁰.



Fig. 22- Postal do Clube Comercial. .- Início do século XX
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br

Entretanto, foi na gestão do Coronel Vasquez em 1908 que o município se organiza nos moldes modernos, criando várias escolas e realizados a melhora das estradas.

³⁰ Transcrito em: Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982. Pp. 83 -84.



Apesar da organização mais moderna que, aos poucos se desenvolvia, o período de 1920 foi marcado pela intensa agitação política com a renúncia de seus sucessivos administradores. No mesmo período, a cidade é assolada por diferentes surtos endêmicos: varíola, tifo, tuberculose e sífilis o que ocasionou o desenvolvimento de uma política de saúde, intensificada com o auxílio da administração da cidade vizinha Argentina, Passo de Los Libres. O tumultuado período de problemas políticos e epidemiológico, não abalou a intensa vida cultural e social da cidade com grande assistência nas peças teatrais, concertos e recitais, sublinhando inclusive seu desenvolvimento comercial também nesta década.

Após a Revolução de 1923, se inicia na década de 1930, a construção da Ponte Internacional ligando Uruguaiana a cidade Argentina de Passos de Los Libres, concluídos dez anos depois. Na década de 1940, a cidade já se encontrava consolidada, tinha profissionais, hospitais, especialistas, saneamento e escolas, com influências culturais de imigrantes italianos, franceses e espanhóis. O instituto União, fundado por imigrante francês, de ensino religioso metodista, abrigava alunos internos das diversas regiões vizinhas, assim como o Ginásio Santana que teve em seu internato o aluno João Goulart, mais tarde Presidente do País, de 1930 a 1934.



Fig. 23 - Bomba de gasolina.
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br

Neste mesmo período o setor industrial se aquecia com a Destilaria Riograndense de Petróleo, aumentando as expectativas de desenvolvimento econômico da cidade, fortalecendo os empreendimentos e o requinte social. Este último pelos jogos de azar, permitidos em toda cidade e, também, por diversas reuniões das distintas famílias uruguaienses, nas casas comerciais Café Farroupilha e Víspera Alaska. Embora o local preferido para estas reuniões fosse a Confeitaria Campana, um estabelecimento modelar com decoração e mobiliário inspirado

nas cafeterias de Buenos Aires e Montevidéu.

Já a gestão de Flodoardo Silva, nomeado pelo Estado Novo, é marcada pela inauguração dos monólitos da Ponte Internacional Brasil-Argentina, assistida pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Presidente Argentino Augustín Justo. Apesar do ato progressista e da estreita ligação com o governo federal, Flodoardo Silva renuncia em 1939 e é substituído por Francisco Piquet, que executou a pavimentação asfáltica nas ruas da cidade e construiu o novo Mercado Público.

A administração subsequente, ainda na vigência do Estado Novo, foi a do Dr. Bayard Lucas de Lima, nomeado em 1944. Em sua gestão foi inaugurado, em 1945, o Parque Teatro Brasil que dividiu espaço com as sessões de cinema e as rádio-novelas brasileiras e argentinas.

A antiga Praça da Rendição, atualmente denominada Barão do Rio Branco, tinha ao seu redor os edifícios públicos como a prefeitura municipal, a câmara de vereadores, a delegacia de polícia, o quartel general e algumas casas comerciais e residenciais.



Fig. 24 - Praça da Rendição no início do século XX, com a Igreja Matriz, atual Basílica de Sant'Ana.

Fonte: www.portaluruguaiana.com.br

A administração de Uruguaiana concentrava sua gestão na construção da Ponte Internacional, que com o fim do Estado Novo e do ato político gestor da queda do então Presidente Vargas teve sua inauguração adiada.

Porém a Ponte Internacional foi finalmente inaugurada em 21 de maio de 1947, na presença dos chefes de Estado brasileiro Presidentes Eurico Gaspar Dutra e da Argentina Perón, acompanhado de sua esposa Evita Perón.

Três anos após, já na década de 50, a cidade contava com aproximadamente 50.000 habitantes. Neste período a cultura tradicional gaúcha predomina na cidade inaugurando dois centros de tradições gaúchas, denominados CTG's.

Na década seguinte, em Alegrete, é impulsionado seu desenvolvimento funcional com o início da obra para a construção de uma termoeletrica que abasteceria a cidade de Uruguaiana, além da expansão do seu setor hoteleiro.



Fig. 25 - Avenida Duque de Caxias.- Início do século XX
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br



Fig. 26 - Rua General Bento Martins.- Início do século XX
Fonte: www.portaluruguaiana.com.br



Fig. 27 - Praça D. Pedro II – Início do século XX
Fonte: www.portaluruguaiiana.com.br

Durante a primeira metade do século XX, pôde-se observar a importância histórica da trajetória uruguaiianense. A arquitetura seguia os mesmos padrões estéticos do ecletismo desenvolvido nas capitais brasileiras, tal como podemos observar nos escritos de Eliane Veiga:

Passando por qualquer rua remanescente do final do século passado (XIX) e início deste (XX), na maioria das cidades brasileiras, o observador verifica como o ecletismo era respeitado e até exagerado nas habitações comuns, nos palacetes burgueses ou nos prédios públicos. O estilo eclético prevaleceu até nas casas das classes mais pobres, tanto na aplicação das cores quanto na adoção de elementos decorativos. (VEIGA, 1990, p. 153)

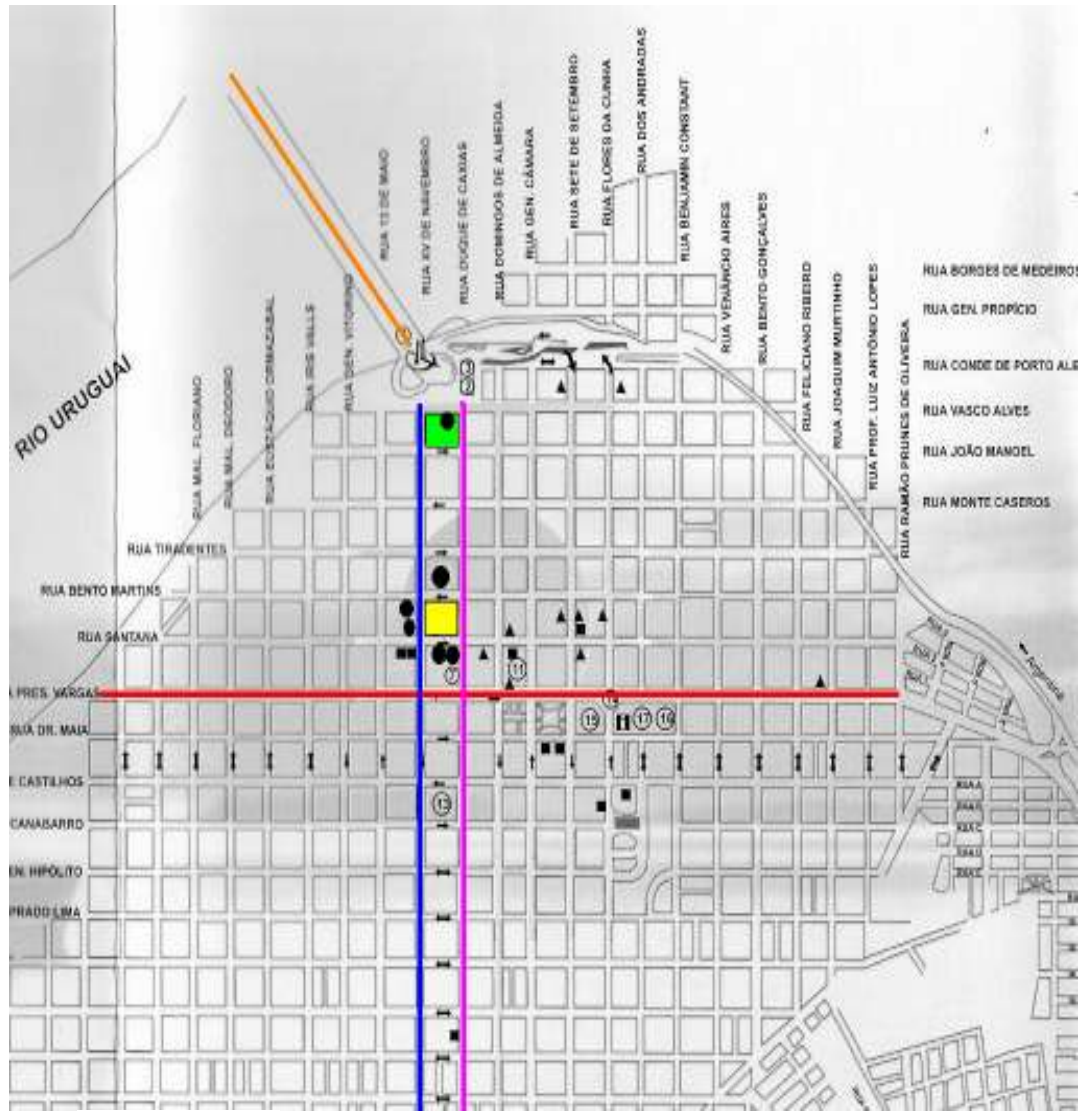
Apesar do belo conjunto arquitetônico eclético, o progresso e os ideais modernistas inflamavam o discurso, alcançando cidades do interior como Uruguaiiana. Os aspectos ‘modernistas’ presentes em Uruguaiiana, como na



maior parte das cidades brasileiras, podem ser compreendidos na descrição de Sônia Nogueira:

O século XX definiu modernidade em todos os planos considerados vitais na organização social, enfatizando a conotação de progresso, que por sua vez, significou: na economia, a passagem do artesanato para a indústria e a incorporação da racionalidade como princípio fundamental da produção; na política, substituição da monarquia pela república; na mentalidade, novos hábitos em função de progressos materiais, sua formulação enquanto disciplina para ordenação racional do espaço habitado. (NOGUEIRA, 2000, p.14)

Neste século (XX) Uruguaiana já havia edificado. E assim como no curso do rio, com o progresso, com o tempo, nasceu e cresceu, tomou vida, corpo, abriu a fio de espada, a campanha extremo oeste do Rio Grande de São Pedro, misturou o branco, o índio que submetido aos conquistadores da América, deixaram seus cavalos, seus vaus e até seus gados, diminuir. Teve sangue, teve força, e as estradas se abriam e os imigrantes habitavam, construíram a jamais pacata Uruguaiana.



LEGENDA:






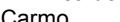
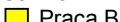
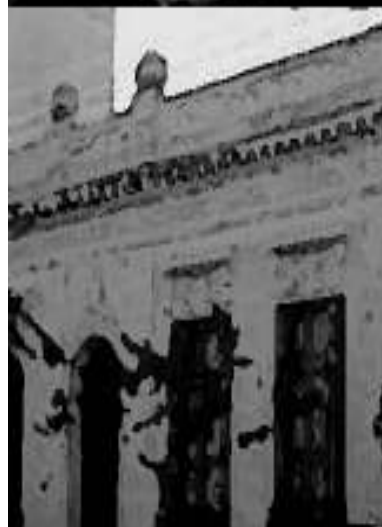
-  Ponte Internacional
-  Via Principal de acesso
-  Via principal secundária – mão única do centro para interior
-  Via principal secundária – mão única do interior para o centro
-  Área de fundação da cidade – Atual local da Igreja Nossa Senhora do Carmo
-  Praça Barão do Rio Branco
-  Edifícios históricos – Patrimônio histórico de Uruguiana

Fig. 28 - Mapa de localização da cidade de Uruguiana

Fonte: Prefeitura Municipal – Gestão 2001/2004 – Desenho e legenda da autora - 2006.





CAPÍTULO 2

PATRIMÔNIO CULTURAL E CENTRO HISTÓRICO

Este capítulo privilegiou compreender os termos patrimônio cultural e centro histórico, uma vez que a cidade de Uruguaiana apresenta características peculiares como as descritas nas definições de centro histórico, apesar da inexistência de uma fronteira física ou mesmo representativa na qual se reconhecesse claramente esse termo.

O conjunto arquitetônico que forma a área central da cidade expressa características peculiares do século XIX, cuja estrutura adquiriu um valor especial por sua característica histórica e arquitetônica constituindo seu patrimônio cultural, particularmente os desenvolvidos nos exemplares arquitetônicos dispostos numa área central.



Fig. 29 Catedral de Santana – Patrimônio Cultural da cidade
Fonte: Foto da autora – Dez/2005



Assim, as definições de centro histórico e de patrimônio cultural, que na diversidade de seus conceitos, exemplificam com clareza a área limitada por este trabalho como o patrimônio arquitetônico da cidade de Uruguaiiana.

Analizamos nas “cartas patrimoniais”, ambos conceitos, revisando as diversas recomendações definidas em tempos distintos e pontuais, para esclarecer e imprimir a devida importância do patrimônio cultural da cidade de Uruguaiiana objetivando a construção de um “saber” comum para seus habitantes, a fim de estruturar um consenso sobre a formação de seu “centro histórico”, na visão de escritores e historiadores, a identificação necessária para este trabalho.

Por último foi visto como estes conceitos estão interligados, diretamente relacionados com a história da construção da cidade, de sua arquitetura e seu patrimônio. Como descrita na carta de Atenas (1933), “A História está inscrita no traçado e na arquitetura das cidades”.



Fig. 30 Mapa urbano da cidade de Uruguaiiana – Traçado das ruas da cidade.
Fonte: www.Uruguaiiana.rs.gov.br



2.1.– Patrimônio cultural – definição e conceitos

A cidade de Uruguaiiana, apesar de sua formação revolucionária e idealista, constituiu-se de uma diversidade cultural intrigante. Seus habitantes descendem desde os líberos até os árabes, empregando suas particularidades culturais nos mais diversos ramos e atividades. O que pode justamente se expressa no ecletismo de sua arquitetura.

Conforme a carta de Nara (1994) “A diversidade de culturas e patrimônios do nosso mundo é insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade”. Neste sentido podemos compreender que as distintas culturas determinam uma interminável fonte de informações sobre a historicidade dos lugares e seus habitantes ainda constituem uma descrição realista do desenvolvimento de seu patrimônio arquitetônico.

Françoise Choay, (2001) em seu livro “A Alegoria do Patrimônio”, define o patrimônio histórico como uma expressão dualizada pela própria natureza de sua construção, ou seja, está diretamente associada à memória e ao elemento construído:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, "patrimônio histórico" tornou-se uma das palavras-chaves da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2001, p.11).

Os exemplares arquitetônicos alvos adotados para este trabalho foram os edifícios tombados pelo patrimônio histórico municipal de Uruguaiiana, que somam de uma total de 65 bens, entre residências e edifícios públicos e



privados, além de jazigos do cemitério. Todos foram tombados pela lei municipal de nº 1877, aprovada em 1987, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município, por seu valor histórico e cultural para uma Uruguaiana que vivenciara uma época de riqueza e ostentação estética. A lei acarretou na criação do Livro do Tombo, formado e confiado aos cuidados da Secretaria de Educação e Cultura, cujo Conselho tem a atribuição de realizar o levantamento dos bens a serem preservados e sua devida fiscalização.

O critério utilizado para o tombamento dos bens imóveis foi sua classificação como edifícios que exemplificam o que há de mais rico na cultura de Uruguaiana: a História. Segundo a carta de Burra (1980), este significado cultural, “designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes e futuras”.

A significação cultural histórica, abordada por Argan considera que “história da arte é, sim, história da cultura, mas de uma cultura *sui generis*, estruturada e dirigida pelo empenho operativo de um trabalho a ser executado de maneira a ter um valor exemplar”, (ARGAN, 1998, p. 67). Neste sentido, introduziremos a palavra “valor”, como “personagem” protagonista deste conceito de patrimônio cultural.

A Conferência de Nara, realizada em novembro de 1994, considerou que “o patrimônio cultural de cada um é o patrimônio cultural de todos” (In: CURY, 2000), e preconizou a conservação do patrimônio cultural fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. Patrimônio cultural e valor estão intrinsecamente ligados a informação passada pelos colaboradores e criadores da forma, quase autônoma, de instituir seus bens patrimoniais. Assim podemos entender que o patrimônio cultural será um agente propagador dos valores a ele atribuído, quer por seus habitantes, sua tradição, identidades, formas e significados, constituindo-se como o bem comum desta multiplicidade de culturas.



Na definição de significação cultural, o valor perpetua entre as gerações, delineando o que podemos chamar de construção do patrimônio cultural, o termo significação cultural, segundo a carta de Burra (1980), designa o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras, ou seja, as culturas e suas contribuições vão construindo ao longo do tempo e das gerações, identidades e valores capazes de distinguir e definir o seu patrimônio, sendo este um legado presente em todas as futuras civilizações. Pontuamos aqui o tempo em interseção com o espaço desenhado por suas civilizações culturais.

O espaço cultural desenhado pela cidade de Uruguaiana está “limitado” fisicamente pelos edifícios centrados numa área comercial, onde se destacam os edifícios públicos que abrigam órgãos municipais como a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Centro de Cultura, dispostos em torno de uma praça. Seu entorno relembram o tempo comercial do século XIX com pequenas lojas e residências adaptadas, construções modernas casando com suas ruas largas e históricas. O patrimônio cultural é uma construção histórica, uma retórica da qual a cidade não mais vivencia, é uma “fivela” que atou o passado para exibir aos seus habitantes o cunho histórico neles impregnados, permitindo que se “afrouxe” o espaço circundado para que a abrangência histórica viva o cotidiano no desenvolvimento de sua civilização. “Trata-se de uma noção que legitima como cultura todo o vivido e na qual cada experiência passada é uma virtualidade aberta”, (ARGAN, 1998, p. 67). O patrimônio cultural é a construção desta experiência, ou seja, da cultura formada pela arte e pelo pensamento.

O patrimônio cultural se constitui de elementos fundamentais da civilização e da cultura dos povos, os quais são considerados de grande importância para formação de sua identidade. As obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico exprimem o conteúdo mais intrínseco de sua cultura.



O patrimônio cultural está presente na consciência de seus habitantes, na percepção de seus próprios valores. As edificações tombadas como patrimônio histórico e cultural da cidade de Uruguaiana estão amplamente diagnosticadas no consciente coletivo de seus habitantes, os valores que lhes são atribuídos convergem para história, para o tempo, para uma época que a cultura ganhou forma, portas e janelas.

Apesar da maioria das edificações tombadas como patrimônio histórico e cultural da cidade serem exemplares de uma sociedade abastada, burguesa, do século XIX, realidade distante considerando que mais da metade de seus habitantes, atualmente ocupam o setor financeiro mais baixo das camadas sociais. Mesmo para estes, a importância histórica destes edifícios é uma expurgação do orgulho gaúcho construído à fronteira oeste do Rio Grande do Sul. É mais do que uma marca histórica é o seu patrimônio cultural ao alcance de seus olhos para o desenvolvimento de uma política de preservação e conservação, é a transcendência dos fatos para a realidade presente na vida e na educação de seus habitantes.

O verdadeiro significado de patrimônio cultural é a sua realidade física, considerada como um passado vivo, conforme a explicação sobre os monumentos do passado Giulio Carlo Argan:

Não como memórias ou marcas do passado, e sim como um passado que permaneceu presente, uma história feita espaço ou ambiente concreto da vida. Não apenas lembravam as *res gestae* do passado, mas magnificavam os atos da vida cotidiana da comunidade urbana, assim como o cenário engrandece e magnifica os gestos do ator. (ARGAN, 1998, p.43).

A definição de patrimônio sofre considerações momentâneas tornando-se um fator temporal, cuja qualificação depende de fatos consubstanciais ao período vivenciado, como explica Sérgio Lira (1999):



A utilização da palavra Patrimônio para definir aquilo que consideramos herança cultural (normalmente traduzida em bens materiais representativos de obras, valores, pessoas, etc.) tem sofrido ao longo do tempo alterações significativas de sentido: o que era considerado patrimônio ontem poderá não o ser hoje ou deixar de vir a ser amanhã, tal como o que ontem não era tido nesse conceito pode hoje nele estar incluído ou vir a sê-lo no futuro. (LIRA, 1999).

Lira nos indica um caminho um tanto contraditório em sua definição de patrimônio. Considerando sua formação e a transcrição deste parágrafo sobre política museológica, talvez pudéssemos nos familiarizar com suas idéias, sem contrariar os aspectos contínuos da produção cultural e da valorização e perpetuação dos bens culturais.

A mobilização do patrimônio cultural das diversas regiões brasileiras, segundo Nestor Goulart Reis Filho, é o ponto de partida para as criações do presente, sendo este, fundamental para a “incorporação das atividades criadoras – intelectuais e sensíveis – na vida dos dias atuais” (REIS FILHO, 2002, p.191). Segundo o mesmo autor, o patrimônio cultural brasileiro tem sido considerado como documentos da vida cultural de outras épocas, cujo poder público tenta conservar através de uma legislação de proteção.

O patrimônio cultural tem reconhecimento jurídico e recebe devida proteção por lei. No Brasil, o Decreto Lei N°25 de 1937, do Governo Federal, em seu primeiro artigo, considera que “o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelos bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação é de interesse público, seja por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A Constituição estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural; que os sítios arqueológicos e pré-históricos estão arrolados entre os bens da União; e estipula a competência e a responsabilidade dos Municípios na proteção aos patrimônios histórico-culturais locais. No art. 216, ao tratar dos aspectos culturais (Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, sob o título - Da Ordem Social), amplia o conceito e a definição de patrimônio cultural:



Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Apesar da amplitude do conceito de patrimônio cultural destacado na constituição transcrito acima, a diferença entre fatos políticos e culturais deve ser explícita para se distinguir e classificar o patrimônio cultural. Segundo Erika Bechara (2002) alguns fatos históricos não constituem patrimônio cultural e devem se resumir em apenas fatos descritos pela História:

Tudo quanto tenha ocorrido no passado, desde manifestações artísticas até atrocidades como as guerras e a escravidão, deve ser registrado, lembrado e repassado para as presentes e futuras gerações para possibilitar o conhecimento de nossas origens e compreensão de nossa formação e de nossas tradições. Mas nem tudo quanto tenha ocorrido no passado deve continuar ocorrendo no presente. Ou seja, alguns fatos devem ser mantidos única e tão somente em livros, objetos de museu e em nossa memória, nada mais. Não podemos, por exemplo, rever o nazismo (que no Brasil tem sido "revivido" por alguns grupos intolerantes à diversidade), a farras do boi (que, a despeito das argumentações de seus praticantes de que se tratava de manifestação cultural, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal por submeter os animais à crueldade), a legítima defesa "da honra" ou continuar assistindo a repulsiva mutilação genital feminina. (BECHARA, 2005)

Da legislação e do reconhecimento do patrimônio cultural, desenvolve-se a política de preservação, que preocupada em conservar as manifestações do nosso patrimônio de artístico e histórico, no enriquecimento da vida cultural de nossa população, visando angariar recursos para desenvolver programas que atuem diretamente na conservação deste patrimônio. Segundo Reis Filho, esta



política ‘criteriosa’, seleciona nos diversos estados, algumas obras notáveis por seu significado artístico ou histórico, para despender os recursos disponíveis. Esta política acaba por classificar o patrimônio cultural, do mais ao menos importante, devido à carência de meios financeiros para a prática de preservação, concentrando seus esforços em conjuntos históricos com maior volume de obras notáveis. Em conseqüência, um número expressivo de edifícios históricos e obras artísticas, reconhecidamente como patrimônio de cultura ‘regional’, ou seja, fora dos núcleos urbanos mais populosos, são condenadas ao completo anonimato, desconhecimento e destruição.

Segundo Evelyn Furquim Werneck Lima, em seu artigo: “Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro”,, qualquer manifestação cultural da identidade de um grupo social pode ser apresentado de modo simples, apesar da multiplicidade de sentidos atribuídos a palavra patrimônio cultural:

O patrimônio cultural de um povo não se constitui só dos bens móveis ou imóveis independentemente de serem públicos ou privados, porém de toda manifestação que se origine de conceitos históricos, ambientais, paisagísticos, arquivísticos, etnográficos, que em alguma época possam ter contribuído para a consolidação da identidade de um grupo social. (LIMA, 2005)

O patrimônio cultural quer nacional ou regional, pertence a uma cultura. Quer dizer, é um bem que representa um valor estético, histórico, científico ou social das gerações passadas para presentes e futuras. É o reconhecimento coletivo da população; a percepção de seus valores, sua tradição, identidades, formas e significados. O patrimônio cultural representa o bem comum desta multiplicidade de culturas.

“Todo povo tem seu patrimônio de cultura, que deve aprender a conhecer e a utilizar” (REIS FILHO, 2002, p. 200).



Fig. 31 - Edifícios históricos no início do séc. XX, patrimônio histórico e cultural de Uruguaiiana.
Fonte: www.portaluruguaiiana.com.br



2.2 - Centro Histórico – definição e conceitos

Considerando que o termo centro histórico remete a uma qualificação de caráter expressivo de determinada área em seu curso histórico e que, a definição destes espaços na política de preservação e conservação dos bens tombados pelo patrimônio histórico e cultural de uma cidade, reconhecemos a importância do enquadramento do termo na limitação da área enfocada nesta pesquisa.

Como explicado anteriormente, a cidade de Uruguaiana não é uma área reconhecida pelo centro histórico. Embora seus edifícios tombados pelo patrimônio histórico municipal disponham-se em uma determinada área com situação de fácil limitação. A maior parte das edificações concentra-se no centro comercial e financeiro da cidade, em torno de uma praça também tombada pelo patrimônio. Sobre este elemento urbano, Ramon Gutierrez descreve a influência da praça no cotidiano da vida da cidade nos centros históricos da América Latina. É através da praça central que as expressões da vida social e cultural da cidade transcendem. Sobre este aspecto a definição de “centro” é descrita por Gutierrez (1989) como “núcleos geradores cuja expansão se acelerou aos poucos e cujos limites se definem pelos padrões de uso e pelo caráter residual das renovações municipais”. Assim observa-se o caráter do uso destinado às praças, como uma função influente da delimitação e caracterização do espaço.

As diferentes definições do termo, assim como as várias formas de enquadramento do espaço referido, convergem para um mesmo ponto: o patrimônio histórico e cultural a ser preservado e o seu entorno imediato. Diante desta constatação, adiciona-se o reconhecimento da comunidade que lhe confere uma identidade própria e distinta. Neste aspecto Gutierrez (1989), descreve os centros urbanos antigos ou centros históricos como áreas de características homogêneas que revelam os valores e a identidade de seus habitantes, dando o devido reconhecimento de sua comunidade. A identidade surge como objeto de relação direta da caracterização do bairro antigo ou



centro histórico, atua como agente ativo da história, seus costumes e seu “modus vivendi”. O conceito histórico ganha amplitude e os testemunhos da formação cultural se enriquecem através do tempo, como descreve Gutierrez:

Histórico é, portanto, um componente do aspecto cultural, pois os critérios de valorização de uma área que deve ser preservada não se reduzem a termos estritamente históricos, mas se aproximam dos valores artísticos e estéticos, com as condições da paisagem urbana, a qualidade de vida que oferece aos seus ocupantes ou aos usos que lhe conferem seu caráter específico. (GUTIERREZ, 1989, p. 136)

Gutierrez (1989), também explica que “o valor decisivo na qualificação de uma área que merece ser preservada é sua expressão cultural, uma das coordenadas essenciais que definem a identidade de uma cidade”. O uso do termo centro histórico se identifica à cidade de Uruguaiana quando qualifica seus bens imóveis como forma expressa da cultura de seus habitantes, os valores culturais revelam o sentido da identidade da sua população. O histórico é concentrado neste espaço da cidade de Uruguaiana como parte da história do Rio Grande do Sul, caracterizada pela cultura e identidade próprias de seus habitantes.

Podemos identificar como componentes históricos de Uruguaiana a qualidade de vida e os aspectos estéticos que integram sua paisagem urbana Estes expressam o caráter peculiar de seus habitantes, segundo os ensinamentos de Argan (1998) quando sublinha que “a história é sempre a história de homens”. Assim a caracterização dos espaços se define através dos valores que seus habitantes lhe impregnam, bem como toda sua expressão artística, histórica e estética, formando assim um complexo contínuo de gerações em defesa de sua identidade. Não só o antigo, mas também o novo, são o desenvolvimento de uma realidade instrumentalmente útil em função de uma área histórica.



Como na carta de Washington (1987) que as cidades, grandes ou pequenas, centros ou bairros históricos, com seus entornos naturais ou construídos, além de suas condições de documentos históricos, expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais, observando a importância da formação dos valores e da identidade de seus habitantes, conferindo a devida importância aos seus bens patrimoniais, dispostos num centro ou bairro histórico.

Ou mesmo nas recomendações de Nairóbi (1976), que define centro histórico:

(...) conjunto histórico o grupamento de construções e de espaços, incluindo sítios arqueológicos e paleontológicos que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano como no meio rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, estético ou sociocultural. (CURY, 2000, p.219)

Steven Tielsdell, Taner Oc e Tim Heath (1996), ao definirem *historic urban quarters*, como lugares que possuem um significativo número de edifícios históricos concentrados numa pequena área, e, este espaço conferindo ao lugar uma identidade histórica e cultural de seus habitantes, nos aproxima da classificação que se reconhece aos edifícios históricos de Uruguaiana, considerando os “lugares” dos mesmos.

Apesar do desenvolvimento da dinâmica urbana, Uruguaiana reteve numa pequena área, edifícios que guardaram o “senso do lugar”. Os espaços e usos do lugar pertencem ao cotidiano peculiar de seus habitantes. Esta área foi limitada pela apropriação e vivência natural cotidiana da comunidade, pela qual há um profundo respeito pelas edificações, cuja arquitetura parece emoldurar uma cena típica do século XIX com personagens do nosso século.



Delimitação similar foi também atribuída por Pier Luigi Cervellati para seu projeto de conservação da cidade de Bolonha, onde afirma que para se delimitar e localizar uma área histórica é necessário uma investigação, uma codificação da forma urbana existente na passagem da cidade a organismo urbano além de uma leitura comparativa dos registros ocorridos dos séculos passados ao atual. A partir desses procedimentos poderemos então delimitar a área em histórica ou contemporânea de Uruguaiana, estruturando seu centro histórico por suas tipologias agrupadas em espécie. A classe tipológica dos edifícios históricos de Uruguaiana conforma um conjunto arquitetônico de estética proeminente eclética.

Já, na Carta de Restauro Italiana (1972) são considerados centros históricos os antigos centros urbanos tradicionalmente entendidos, ou seja, segundo a cronologia, todos os assentamentos humanos cujas estruturas unitárias ou não, mesmo que tenham se transformado ao longo do tempo, mas que foram construídas no passado e que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou por características urbanísticas ou arquitetônicas particulares.

Na Carta de Petrópolis (1987), considera-se como centro histórico, o espaço que concentre testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Essa Carta ainda ressalta, que toda cidade é um organismo histórico e que este espaço denominado seja parte integrante de um contexto amplo que comporte a paisagem natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes, onde os valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, sejam entendidos na dimensão dos testemunhos ambientais em formação. Nesse sentido entendemos que todo espaço edificado é resultado de um processo de produção social.

A convenção de Paris sobre o Patrimônio Mundial (1972), define conjuntos e sítios históricos:



CONJUNTOS: grupos de construções isoladas ou reunidas que em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

SÍTIOS: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal, excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (CURY, 2000. pp. 178-179)

A Convenção de Paris ilustra a variação e a dimensão do termo centro histórico. Bairros antigos, bairros históricos, grupos de edificações históricas, sítios, entre outros similares são alguns dos termos em que podemos encontrar o conceito e a significação necessários para compreensão e a devida importância para a produção, proteção e conservação destes bens. Esta noção é indispensável para que estes espaços ganhem devida representatividade, emergindo do histórico passado para o histórico em curso. Atribuir significação e distinção destas áreas deve ser uma ferramenta para a educação e desenvolvimento das atuais e futuras civilizações. Como ressalta Argan:

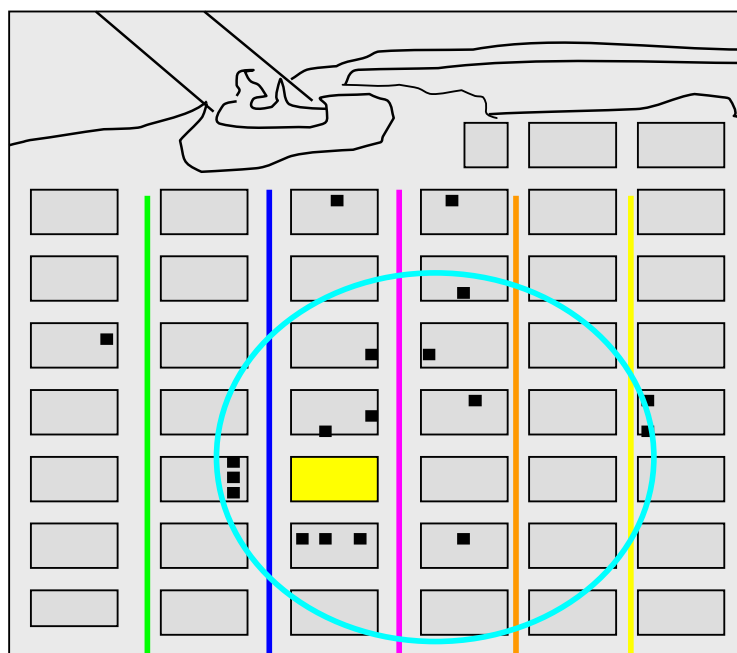
O conceito de “centro histórico” é instrumentalmente útil porque permite reduzir, quando não bloquear, a invasão das zonas antigas por parte de organismos administrativos ou de funções residenciais novas que fatalmente conduziriam, mais cedo ou mais tarde, à sua destruição. (ARGAN, 1998, pp. 78-79).

Argan adverte justamente sobre os cuidados na re-qualificação de centros históricos, pois determinados usos, por seu próprio funcionamento, estimulariam a destruição do mesmo. O antigo não pode ser considerado um fóssil, tão pouco objeto de consumação. Para Argan o tratamento da re-qualificação da parte histórica da cidade, difere conceitualmente daquele para a



parte quantitativa não-histórica da cidade, o que justamente desenha a tensão entre o moderno e o antigo.

Há tempo que este conceito nos ressalta a reflexão para considerar a importância dos centros históricos ou áreas afins, a fim de que estes espaços não adquiram estática designação. O antigo não pode ser considerado um fóssil, mas uma realidade. Este conceito foi também considerado por Argan (1998) como absurdo, visto que a qualificação destes espaços, da parte histórica da cidade, difere da parte quantitativa não-histórica da cidade. Com isso se desenha uma tensão entre o moderno e o antigo.



LEGENDA








-  Praça Barão do Rio Branco
-  Edifícios históricos – Patrimônio histórico de Uruguaiiana
-  Rua XV de Novembro
-  Rua Duque de Caxias
-  Rua Treze de Maio
-  Rua Domingos de Almeida
-  Centro da cidade

Fig. 32 – Mapa de localização dos edifícios históricos de Uruguaiiana – Núcleo histórico
Fonte: Desenho da autora - 2006



2.3 – Centros Históricos – formação e gestão

Os centros históricos da América Latina em geral expressam características peculiares que os identifica e os aproxima, constituindo-se por isso no objeto de análise do presente capítulo.

Estes foram, de modo geral, ocupados pelas civilizações espanholas, no entanto cada solo foi se caracterizando por sua geografia diferenciada, referente às conquistas espanholas na formação dos centros urbanos da América Latina, como explica Gutierrez (1989):

Milhares de centros urbanos, construídos de acordo com um padrão morfológico unitário, vieram a expressar a marca de um país que se projetava para além das limitações de sua realidade territorial, indicando também o potencial criado por sua própria conquista interna. (GUTIERREZ, 1989, p. 117).

Este padrão morfológico ao qual Gutierrez se refere também pode ser comparado e assemelhado, aos que foram desenvolvidos pelos portugueses no Brasil. Os indígenas e os colonizadores formavam uma síntese cultural que mesclava hábitos, culturas, crenças e tecnologias diferenciadas. Apesar dos indígenas terem sido, em alguns casos, praticamente disseminados, seus traços se perpetuaram nas civilizações procedentes. Junto a esta integração cultural a cidade surgia formando um centro comercial em torno de um espaço público, onde, posteriormente se desenvolveu um elemento característico dos centros históricos: a praça. A praça surge além de uma limitação física, subjetivamente unifica, segundo Gutierrez (1989) “duas vertentes da conquista: a política e a missionária”.

Uma das características mais importantes para entendermos melhor a formação dos centros históricos da América Latina, assim como aconteceu com



a cidade de Uruguaiana, foi a urbanização ocorrida durante o final do século XIX e início do século XX.

Com a estabilidade política, o processo de urbanização ganha impulso fazendo com que grande parte da população rural fosse para a cidade. As imigrações internas e externas encontram-se numa mesma área passando então a compartilhar hábitos e culturas. Este processo fez com que a cidade deixasse de servir exclusivamente às populações rurais, modificando a relação dos sistemas sócio-econômicos.

Os centros destas cidades constituem testemunhos históricos de nosso desenvolvimento. Na arquitetura este testemunho foi edificado como se fosse um retrato que desse sentido ao passado e ao presente, como um organismo que passa do passado à realidade presente. Estes centros representam os valores, os modos de vida e o desenvolvimento urbano de uma cidade, conforme explicação de Leonardo Benevolo:

O valor singular de alguns centros históricos latino-americanos, não só como documentos do que foi a vida dessas cidades no passado, mas essencialmente como testemunhos de uma escala de relações sociais e culturais que outros segmentos da cidade já haviam perdido no processo de massificação despersonalizante. (BENEVOLO, 1977 apud GUTIERREZ, 1998, p. 127)

Este processo constata que as áreas históricas urbanas passaram por uma sensível transformação espacial que lhe conferiu impactos comuns, como o movimento interno e externo da população, uma legislação própria deficiente de proteção das mesmas devido a uma visão ainda limitada dos próprios códigos edilícios existentes e pela falta de uma integração interdisciplinar em todas as esferas de ação para o desenvolvimento do espaço histórico. Estes fatores fizeram com que os centros das cidades, posteriormente classificados



como históricos fossem adquirindo pouco a pouco na América Latina características singulares.

Alguns países desse continente não possuem centros históricos totalmente consolidados, a maioria devido à sobreposição de processos morfológicos e funcionais como, por exemplo, os das cidades argentinas.

A qualificação de uma área como centro histórico se define pela extensão da sua expressão cultural, a identidade da cidade. No entanto alguns centros, segundo Gutierrez (1989) não devem ser chamados de centro mas povoados históricos, devido à redução de seu núcleo, limitado pela política preservacionista, como explica o próprio autor:

A diferença é que o “centro histórico” confere identidade a toda uma cidade, enquanto os bairros – mesmo os que definimos como áreas históricas e culturais – só podem dar identidade a seus próprios habitantes ou aos bairros mais próximos. (GUTIERREZ, 1989, p. 136).

Para este autor estes centros constituem o testemunho da trajetória da cidade por isso requerem uma política própria, individualizada, de gestão para seu desenvolvimento e para proteção de seu patrimônio, de sua identidade, da sua história.

As tentativas de se instituir uma política coerente de valorização destas áreas reduziam-se a planos e projetos que impuseram linhas tradicionalistas de estilos de modo a uniformizar estas áreas urbanas. Algumas destas interferências modificaram quase que integralmente o espaço existente, facultando a apenas uma pequena parte, a qualificação histórica adequada, utilizando-se, inclusive, de demolição e destruição dos conjuntos que destoavam da nova homogeneidade imposta.



Outras áreas da América Latina desenvolveram seus centros históricos em torno de monumentos isolados, diante da destruição maciça de seus outros elementos urbanos: a paisagem e a arquitetura.

A lógica do desenvolvimento e da urbanização sem precedentes fez com que muitos exemplares coloniais fossem transfigurados, descaracterizados ou mesmo substituídos, abrindo espaço para a especulação imobiliária que incrementava à completa deformação da paisagem urbana.

Somente nas últimas décadas do século XX uma política de valorização destes espaços começou a se desenvolver. Uma política de preservação atreladas organizações comunitárias e governo considerando todos os organismos urbanos dos centros das cidades, originando outra dinâmica de construção e funcionamento do centro histórico. Esta política tem obtido êxito em alguns centros históricos da América Latina, embora outros ainda necessitem além da organização política, da educação cultural.

Alguns povoados ou regiões, pequenos, grandes, distantes ou não de suas respectivas capitais, possuem 'centros' históricos que representam o que houve de mais importante em suas culturas, mas a deficiência de profissionais ou mesmo da consciência política patrimonial da própria sociedade local para afastar seus exemplares da realidade de total abandono fatídico e do descompromisso público com sua própria história e cultura. Apesar de todos os esforços em busca de uma consolidação de meios e técnicas de preservação dos centros históricos, a ignorância social do valor cultural dos mesmos é o maior problema nesses locais.

Assim como muitas outras cidades latino-americanas, em Uruguaiana não existe um centro histórico consolidado nos moldes teóricos estudados, devido principalmente à sobreposição de processos morfológicos e funcionais sucessivamente realizados. Entretanto, a discriminação destes processos permite uma organização espacial onde a paisagem urbana e natural constituem um processo de qualificação e consolidação dos níveis de desenvolvimento de uma política de conservação. Algumas cidades argentinas



conservaram os centros históricos em torno de monumentos isolados devido ao desaparecimento referencial de sua paisagem urbana, como foi o caso da cidade de Córdoba.

Enquanto outras cidades tiveram seus centros tomados por uma invasão comercial, alterando o uso do solo e a concentração urbana, como exemplo a cidade de Salta. Mas que, pouco a pouco, vem desenvolvendo uma política de controle e refuncionalização para valorização desta área. Ao contrário de Corrientes, distrito vizinho da região oeste do Rio Grande do Sul, que teve sua paisagem urbana formada já no final do século XIX. Com isso, sofreu menos impacto do desenvolvimento comercial, já que este se deslocou em relação ao centro histórico, o que não aconteceu na cidade de Uruguaiana que teve seu 'centro histórico' diluído com a área comercial. Em ambas cidades, Corrientes e Uruguaiana, a paisagem urbana teve seu perfil alterado ou mesmo parcialmente destruído devido à especulação imobiliária e à falta de política preservacionista por parte de suas autoridades. Já em outros centros históricos, a paisagem urbana não sofreu significativas alterações e mantiveram-se homogêneas como explica Gutierrez:

“Em alguns centros históricos latino-americanos de escala intermediária (Sucre na Bolívia, Ayacucho no Peru, Popayan na Colômbia, San Miguel de Allende no México, etc.), a continuidade do uso do solo e o crescimento demográfico moderado contribuíram para manter uma paisagem urbana homogênea”. (GUTIERREZ, 1989, p. 130).

O centro histórico de São Luís, Maranhão, como muitos outros centros históricos do Brasil, desenvolveu-se em torno de uma área central, núcleo primitivo da cidade iniciado no século XVIII, cuja expansão urbana prosseguiu até início do século XX. Atualmente os limites do centro histórico de São Luís inscreve-se num quadrilátero com apenas 2 x 2 Km de extensão. Essa



delimitação do centro histórico de São Luís se deu a partir do reconhecimento do estilo colonial português como valor arquitetônico

Inscrita desde 1997 como patrimônio mundial, São Luis apresentam exemplares marcantes da arquitetura civil das moradias urbanas, edificadas com materiais construtivos adequados ao clima local. Com isso o centro histórico de São Luis manteve sua paisagem urbana homogênea, apesar das interferências ocorridas durante seu desenvolvimento, como a ocupação francesa e holandesa, tendo esta última, assim como ocorrera na invasão paraguaia em Uruguaiana, deixado um rastro de destruição e abandono.

Já a cidade de Belém por ser menos desenvolvida economicamente, conseguiu fazer com que este fato influenciasse positivamente na preservação de alguns de seus edifícios históricos. No entanto, o empobrecimento dos seus habitantes e a favelização das moradias, um problema comum aos centros históricos latino-americanos, fizeram do centro histórico uma 'cidade ideal' deslocada da, 'cidade real' como a desenvolvida em torno deste cenário visivelmente segregado, como descreve Cardoso e Nassar:

A ausência de ação concreta no sentido de impedir a redução do uso habitacional na área histórica ou de evitar a obsolescência das instalações prediais e urbanas existentes tornou o centro histórico vulnerável a uma estratégia populista de alívio da pobreza, a ocupação de suas ruas pelo comércio informal e de seus edifícios pela habitação informal. (CARDOSO; NASSAR, 2003)

No centro histórico de Caracas, este tipo de ocupação popular causou a deterioração do antigo traçado urbano e a perda quase definitiva deste espaço cultural. Este predominante tipo de uso é característica marcante da perda de identidade do centro histórico como ocorreu nas cidades de Miraflores e San Isidro em Lima (GUTIERREZ, 1989), no Brasil podemos citar o Pelourinho na



Bahia, motivo de discussões acaloradas entre profissionais de preservação e políticos com seus projetos de “desenvolvimento social”.

A recuperação destas áreas, invadida pela informalização e pelo esvaziamento de seus antigos habitantes para áreas periféricas, é um processo relativamente lento e complexo, que necessita ser resolvida tanto na esfera da política social como nas consideradas históricas, como escreve Gutierrez:

Em todos os casos de favelização da área histórica é necessário recuperá-la não só no plano físico, mas também no social, garantindo usos diversificados para região e evitando a expulsão dos moradores. Certas políticas, como desenvolvimento turístico, já demonstraram ter efeito de expulsar os habitantes (Cuzco). (GUTIERREZ, 1989, p.112).

Os problemas relacionados à gestão dos centros históricos exigem uma política atuante conjunta à participação organizada de sua própria população.





CAPÍTULO 3

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO DE URUGUAIANA (ELENCO DOS BENS IMÓVEIS)

Neste capítulo identificamos o patrimônio cultural de Uruguaiana, em especial os edifícios históricos tombados pelo patrimônio municipal, esboçando assim o seu 'centro histórico'. Os bens imóveis arrolados e como estudo de caso foram a praça Barão do Rio Branco, os edifícios da prefeitura e do Centro Cultural e a catedral de Santana, analisados segundo sua concepção física arquitetônica e histórica como patrimônio cultural, segundo a análise de sua importância no desenvolvimento cultural da cidade.

Adotando o "valor" como um conceito submetido a um julgamento crítico que qualifica os edifícios históricos, reconhecemos sua importância para a compreensão, consistência e reconhecimento da qualidade do edifício, bem patrimonial da cidade de Uruguaiana.

O valor atribuído a um edifício como histórico, traduz a experiência da cultura que o produziu, e a consciência de seus significados que estão definidos num passado que permanece vivo no consciente de seus habitantes. Esta qualificação através do juízo de valor materializa o que houve de mais relevante nos fatos históricos da formação de uma civilização, de uma sociedade que deseja manter viva a história traduzida nestas edificações, como sua cultura realizando assim, para sua própria perpetuação, um quadro patrimonial onde as gerações futuras e presentes podem vivenciar fatos não contemporâneos de suas próprias vidas.

O patrimônio histórico e cultural, através de leis de proteção e preservação, vem através dos tempos, exemplificando uma série de projetos e políticas distintas para sua própria sobrevivência. Analisar as políticas de preservação tanto para os edifícios históricos pertencentes a um centro histórico ou isoladamente, como no caso da cidade de Uruguaiana, é importante no entendimento do processo de desenvolvimento de seu patrimônio.



Entender a gênese à consolidação de um patrimônio é garantir através de mecanismos de proteção sua perpetuação e entender a sua própria história.



3.1 – Os valores

As cidades antigas são valorizadas na consciência contemporânea por seu valor de antiguidade (ARGAN, 1998). Essa concepção de valor, que restringe ao objeto antigo a valorização, quer dizer, o passado, o antigo por sua própria condição temporal, separado das produções contemporâneas, é valorizado.

Na mesma linha de conceituação, Alois Riegl (1987), descreve que os valores que designam um objeto seja um monumento ou não, estão ligados a sua evolução histórica e por isso constituem-se de um valor artístico e um valor histórico, sendo este último mais amplo, considerando que histórico é o que já existiu e não mais existe.

Partindo do suposto de que se algo existiu e não mais existe, está formada a cadeia evolutiva da concepção de valor, cujo valor histórico é peça fundamental. Segundo Riegl (1987), toda atividade humana que se tenha conservado como testemunho de um fato passado, tem direito a reclamar para si um valor histórico. Este valor histórico será representativo quando destacar etapas importantes da evolução de uma determinada atividade humana, apesar de imprescindíveis cada um dos acontecimentos históricos, naturalmente não poderemos nos deter em todos eles, o que nos leva a qualificar ou destacar os que se sobressaem no curso histórico. Os acontecimentos históricos são, indubitavelmente, algo que ocorreu no passado, com isso o valor histórico já possui seu devido reconhecimento.

. Não se pode negar a atenção da humanidade sobre obras do passado, porém a este valor integra-se o valor artístico, sendo este considerado relativo diante do histórico, apesar de individualizar-se se considerarmos que diante da concepção de uma obra, a forma, a cor, entre outras, caracterizam elementos de valor puramente artísticos, o que é um valor subjetivo, já que a contemplação destes elementos seguirá um curso evolutivo, de acordo com cada sociedade e suas diversas temporalidades históricas.



O valor relacionado a um patrimônio arquitetônico, quer monumento ou não, se classifica, segundo Riegl (1987), em três categorias de culto 'rememorativo': o valor de antiguidade, o valor histórico e o valor 'rememorativo intencionado'.

O valor de antiguidade se dá por sua aparência, oposta ao presente; as marcas do tempo e o estado deteriorado são, visivelmente, os elementos que caracterizam o estado cultuado no valor de antiguidade. Este valor é a raiz científica do valor histórico.

O valor histórico é considerado maior quanto menor for a alteração ocorrida em seu estado original, demonstrando que é a aparência antiga a que qualifica um edifício em seu valor de antiguidade, e o que menos o qualifica em seu valor histórico. O valor histórico é parte essencial na obtenção de um documento o verossímil para uma investigação histórico-artística, possibilitando aos historiadores e pesquisadores desvendar e preencher as lacunas que a influência da própria natureza produziu em sua forma original. Observa-se que o valor histórico descrito por Riegl é estritamente ligado a intervenção humana para que sua manutenção próxima ao estado original o transforme em um documento vivo no curso da evolução histórica. Assim o valor histórico pode ser sintetizado como documental.

O valor 'rememorativo intencionado' se expressa na permanente busca pelo estado de gênese do edifício ou obra de arte, aspira-se sua imortalidade. Neste aspecto seu postulado seria a restauração e os instrumentos legais de proteção.

Ainda em seu estudo sobre o culto aos monumentos, Riegl ainda classifica os valores relacionados à contemporaneidade como valor instrumental e artístico. A maior parte dos monumentos expressam as necessidades materiais e espirituais do homem, neste sentido, o culto de contemporaneidade aos monumentos representa a exigência de que estes monumentos sejam considerados, em qualquer época evolutiva, como obras recém criadas.



Em se considerando que um monumento se realiza a partir de uma necessidade material, o valor de contemporaneidade então adquire caráter instrumental, quer dizer, o edifício mantém sua utilização prática e deste modo a valorização instrumental é absolutamente indiferente ao tratamento dado aos monumentos, importando essencialmente sua existência física e o acondicionamento ideal para o abrigo do homem.

O valor artístico está ligado a sua natureza específica, sua concepção, forma e cor, e corresponde às exigências da modernidade, seja a obra antiga ou recém criada, ambas devem manter e respeitar o seu valor de novidade, o momento original de sua criação, evitando sua deterioração, adquirindo um caráter fechado.

Segundo Choay (2001), o valor atribuído a um patrimônio histórico, é concebido da nossa própria racionalidade em gerar questionamentos e entendimentos:

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais que a simples aprovação. Ele requer um questionamento porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra. (CHOAY, 2001, p.12).

O que reitera a relevância da noção da atribuição de valor aos monumentos na compreensão da própria qualificação dos edifícios históricos. Guardadas as devidas proporções, as características de valor atribuídas por Riegl, podem ser compreendidas na seleção dos edifícios tombados pelo patrimônio histórico da cidade de Uruguaiana, cujo reconhecimento de seu significado patrimonial consubstancia em sua representação pela comunidade, o que seria, segundo Getz (2001), justamente a comprovação de sua autenticidade:



Se um grupo valoriza um edifício, o local, uma tradição ou evento, pode-se dizer que ele terá um significado cultural autêntico: isso é o que somos e em que acreditamos. (...) Ter uma 'experiência cultural autêntica' não é, portanto, uma utilidade negociada entre visitante e comunidade, mas a compreensão do visitante de que a experiência reflete realmente valores locais. (GETZ, 2001, p.440).



3.2. Centro histórico e Uruguaiana

3.2.1. Características do urbanismo espanhol e do urbanismo português na formação da cidade de Uruguaiana.

Como descrito no primeiro capítulo desta pesquisa, a região onde foi fundada a cidade de Uruguaiana foi inicialmente formada pela redução missioneira, cujo desenvolvimento arquitetônico desenvolveu-se adaptado aos padrões europeus. Segundo Cústodio, (2000) Portugal e Espanha ocuparam esta região e desenvolveram políticas urbanizadoras baseada nos princípios gerados pelo Renascimento, apesar das peculiaridades, suas políticas se diferenciaram devido ao contexto cultural local de suas ocupações. Os princípios portugueses de planejamento aplicados às cidades reais e no programa de construção de Vilas do séc. XVII consolidou os traçados reguladores portugueses. As vilas, segundo Pessoa, “surgem da iniciativa privada dentro do sistema das capitanias hereditárias. São parte de um empreendimento comercial; servem para estabelecer a base da conquista e desfrute dos territórios recebidos.” (PESSOA, 2000, p.75).

As teorias das cidades reais do Renascimento sofreram adaptações portuguesas e espanholas em suas colonizações. Cidades ortogonalmente traçadas e suas diretrizes para planejamento e implantação foram aplicadas preferencialmente pelos espanhóis. Segundo Delson,

a pedra angular deste programa foi assentado em 1680, quando portugueses fundaram a colônia do Sacramento na margem oriental (esquerda) do rio da Prata, no seu estuário, exatamente do lado oposto da cidade espanhola de Buenos Aires. (DELSON, 1997, p.14).

a colônia do Sacramento, como descrito no capítulo 1, era parte das terras onde hoje se encontra o município de Uruguaiana.



O urbanismo espanhol se estruturou na proposta de regularidade fazendo com que a estreita ligação destas terras (oeste sul do Brasil) recebesse influência direta deste modelo regulador.

A escolha do sítio era o ponto principal para fundação de uma povoação. Eram escolhidos geralmente lugares altos e arejados, dotados de uma natural estrutura física. A igreja e a casa paroquial ocupavam o centro do espaço dividido simetricamente o terreno em volta da praça. A igreja ressaltava sua maior importância. Nesta praça realizavam-se os importantes eventos da cidade e para ela direcionada ficava a rua denominada principal. A pecuária fez surgir estâncias e vacarias, famosas no sul do Brasil, como a de Yapeyú, estância onde hoje se situa o município de Uruguaiana. Estas estâncias, como explica Custódio (2000), “[...] geralmente têm um partido arquitetônico semelhante ao do conjunto principal das reduções: Uma igreja tendo ao lado a residência do padre, disposta ao redor de um ou dois pátios. As residências dos padres podem ser de dois pavimentos”.

O sistema reducional missioneiro não teve continuidade com os colonos europeus e no final do século XIX era praticamente inexistente. As transformações do espaço urbano observados neste período, ligaram-se principalmente a formação de quarteirões com um espaço vazio central. Essa regularidade foi à mesma adotada pelo urbanismo português também desenvolvido na região, através de processos de planejamento, que em todas as épocas moldavam-se ao território. Os traçados urbanos reguladores era o princípio para a fundação de novas cidades.

A racionalidade do urbanismo português no Brasil é estruturada a partir do século XVIII, cujo modelo mais difundido relacionava o desenvolvimento à estrutura do território. Os principais edifícios da cidade localizavam-se em locais topograficamente dominantes e a centralidade das praças urbanas atraía para si todas as outras ruas da cidade, ocasionando um sistema de traçados urbanos com uma malha ortogonal.



As praças eram construídas em função de uma igreja matriz e posteriormente ladeadas de edifícios institucionais e de importância funcional. Estes edifícios notáveis juntamente com a praça formavam os elementos centrais e geradores de todo traçado da malha urbana, como afirma Manoel Teixeira:

“A relação da estrutura urbana com a arquitetura estabelecia-se de diferentes formas. A localização de edifícios institucionais, civis ou religiosos, em locais topograficamente dominantes, e que passavam desta forma a constituir elementos de referência fundamentais na estruturação da malha urbana, correspondia também a um maior investimento arquitetônico nestes edifícios.”(TEIXEIRA, 200)

A privilegiada localização dos edifícios tornou a arquitetura mais elaborada, destacando-se como referência na estrutura da cidade, como explica José Pessoa:

[...] os monumentos têm um papel primordial na estruturação dos assentamentos urbanos no Brasil. E quais são os monumentos de nossas cidades coloniais?

As igrejas e conventos, as casas de câmara e cadeia, os portos e os fortes geradores de nossas praças-adsros, ruas direita, ruas nova. Serão os caminhos de acesso a estas edificações que se tornaram ruas e configuraram o traçado destas cidades. (PESSOA, 2000, p.79)

A estrutura de quarteirão foi amplamente difundida neste modelo reticulado de urbanismo, resultando em lotes que podem ser divididos em três diferentes tipos: a) o estreito e comprido com duas frentes, uma principal e outra de fundos em cada um deles; b) o quadrado, lotes dispostos de costas com costas, definindo as ruas como de frente e transversal; c) o retangular, lotes voltados para as quatro faces. Como explica Teixeira:



Independentemente do período histórico ou do tipo de quarteirão, em muitas cidades de origem portuguesa a largura de frente do lote tende a ser a mesma, entre 25 ou 30 palmos de frente. [...] Esta estrutura de loteamento deu origem a uma tipologia de fachada que se repete em cada lote, com frentes, cérceas e proporções idênticas, e com três filas de vãos nas fachadas, também com dimensões idênticas. (TEIXEIRA, 2000).

Neste modelo de urbanismo as praças têm destacado papel, e podem ser geradas pela estrutura física do território ou por planejamento, adotando forma ortogonal. A partir do século XVI as praças adquirem o papel de sede do poder. Do ponto de vista funcional a praça está associada ao mercado, militar e/ou política administrativa. A partir do século XVIII as praças se tornam elemento estruturante do traçado geométrico da cidade, face a importância advinha dos edifícios e funções que nela se localizavam.

Na maior parte das cidades brasileiras, o ponto topograficamente dominante do território era ocupado por edificações relacionadas à defesa e a primeira via estruturante se desenvolve ao longo de uma cota mais baixa. Os pontos extremos desta via eram geralmente marcados por capelas que surgiram provavelmente na sua ocupação. Estas capelas possuíam um pátio ou um átrio - espaço aberto, que segundo Teixeira (2000), “[...] em tempo se irão estruturando formalmente como praças”. E no contorno deste espaço surgem justamente os primeiros lotes e casas.

Ao longo do processo de urbanização, o espaço associado à capela foi ganhando função urbana e edifícios de notáveis valores arquitetônicos, civis ou religiosos, passaram a dominar o local, geralmente em torno de uma praça, tornando-se pontos significativos dentro da malha urbana. As ruas que se dirigem a este local são geralmente perpendiculares ao eixo original, de onde outras ruas paralelas se desenvolveram. De modo geral duas grandes vias se estruturam como principais cruzando em ângulo reto, e a praça, marco de seu cruzamento.



A praça então representa o elemento estruturador e gerador da malha urbana, e em seu entorno imediato estão os edifícios civis e religiosos de valor significativos.



3.2.2. O Núcleo histórico de Uruguaiana

Como observamos, a praça ganha relevância na formação da malha urbana da cidade e, através dela os edifícios significativos civis e religiosos se desenvolveram e notoriamente serviu-se de maior valor arquitetônico.

Segundo Hardoy:

Os centros históricos da América Latina coincidem quase sempre, total ou parcialmente, com os distritos centrais de cidades fundadas e projetadas durante o período colonial. Constituem, com suas variantes arquitetônicas e urbanísticas incorporadas ao longo dos séculos, os exemplos mais antigos de habitats urbanos no continente. [...] Do habitat colonial ficam o traçado original das calçadas, as dimensões de muitas praças e a localização de edifícios religiosos e civis, em geral determinados no momento da fundação da cidade. (HARDOY, 1986, p. 129).

Portanto estes espaços como os núcleos mais antigos da cidade que ainda preservam total ou parcialmente o traçado original de suas ruas ou seus edifícios, adquirem, reiterando Hardoy, o status histórico no momento em que são valorizados por sua própria sociedade e de sua própria história.

No início o povoamento se deu nas proximidades do rio Uruguai, e desde sua fundação a área foi demarcada e planejada, como na ocasião do aniversário de Uruguaiana profere Raul Pont:

Viera para demarcar a nova povoação o engenheiro José Maria Pereira de Campos, que teria demarcado o local e feito os estaqueamentos e arruamentos necessários. A povoação que se encontrava acampada na Coxilha da Invernada da Tapera, foi avisada e convidada à que viessem tomar posse de seus respectivos terrenos, já demarcados.

Os primeiros moradores receberam lotes, onde deveriam sob compromisso edificar suas casas, mas sob regime de foro ou leudêmio, pagando uma certa taxa diminuta, mas que lhes assegurassem o título de proprietários. Tem-se a idéia de que os terrenos aforados, foram tão somente aqueles constantes no célebre



mapa da Rendição de Uruguaiiana, pois haviam decorridos apenas vinte anos de sua criação, até o levantamento do mapa da Vila, feito pelo agrimensor Feliz Alexandre Grivot. (PONT, 1948, p. 15/16).

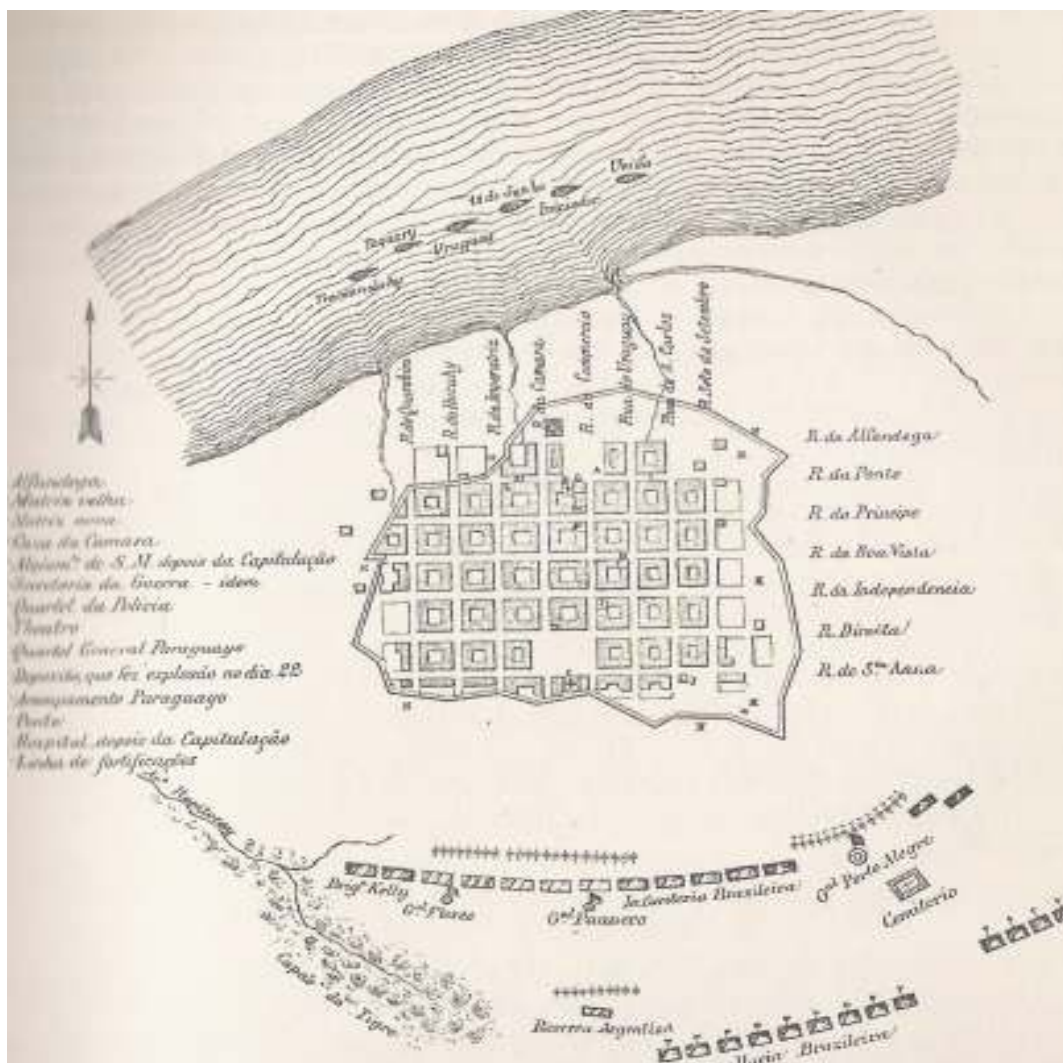


Fig. 33 – Mapa da Rendição de Uruguaiiana
Fonte: DUARTE, 1982 – p.77.



O núcleo histórico da cidade de Uruguaiana compreendia uma praça rodeada por edifícios. A partir do final do século XIX até meados do século XX suas características arquitetônicas e edilícias carregaram informações sobre a construção do espaço, conforme escreveu Grumbach (1996, p. 74) “[...] a história e a representação das formas urbanas constituem o instrumento principal de análise da cidade”. E esta cultura a qual Grumbach se refere é ideológica e não única, pois: “[...] a cidade, um lugar onde coexistem peças e pedaços [...]” (GRUMBACH, 1996, p. 75). Neste sentido podemos compreender a cidade e seu núcleo histórico como heterogêneo, numa constante dinâmica de produção, sem que isso interfira no desenvolvimento e na preservação destes núcleos e seus edifícios históricos.

O processo de urbanização de Uruguaiana não se diferenciou das demais cidades brasileiras. Sua ocupação missioneira e seu desenvolvimento econômico formaram inicialmente uma área próxima ao rio Uruguai, fato bastante comum em cidades que se desenvolveram justamente próximas ao rio ou ao mar. Num local mais elevado topograficamente e protegido das intempéries foi erguida uma capela onde atualmente permanece o prédio da secretaria arquiocesana, construído anexo à capela, em seu local construiu-se a igreja Nossa Senhora do Carmo, patrimônio histórico da cidade.

Pendendo para o rio Uruguai, a meia encosta, o ponto inicial da fundação da cidade desenvolveram-se suas primeiras edificações, como explica Daniel Fanti:

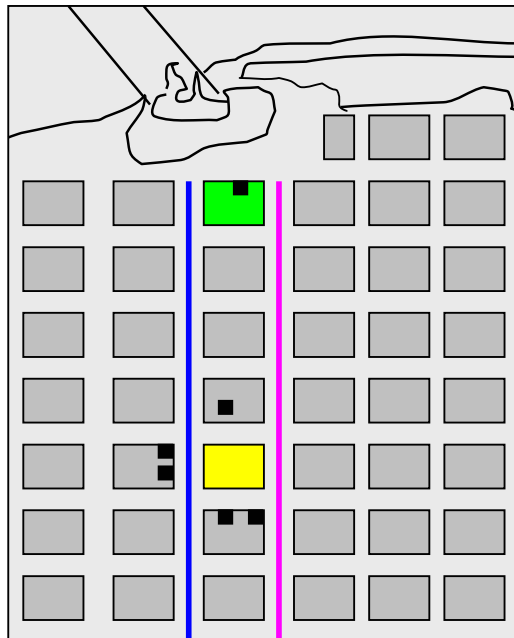
Na povoação de Uruguaiana, sabe-se que a princípio, depois de ser demarcadas as quadras e confeccionada uma planta, a população aglomerou-se e construiu seus prédios, junto ao rio Uruguai e próximo ao porto, por conveniência da água e dos transportes via navegação de mercadorias e passageiros que vinham do Alto Uruguai e do Estado Oriental. Ali, constituiu-se uma pequena capela, suficiente até então, para os poucos habitantes da vila, a Capela Nossa Senhora da Conceição. Nas proximidades existiu também a antiga Alfândega e um quartel. Eram as primeiras quadras povoadas, local hoje da Ponte Internacional, abrangendo a rua Conde de Porto Alegre, a primeira rua partindo da praia do rio Uruguai, seguindo pela rua Quinze de Novembro em direção Sul, até a rua Monte Caceros, dali dobrando



pela rua Domingos de Almeida, seguindo-a em direção Norte até encontrar-se com a rua Conde de Porto Alegre, formando um quadrilátero de umas 20 quadras de cidade, o restante eram quadras vazias, com algumas chácaras. (FANTI, 2002, p. 115 - 116).

O núcleo central histórico se desenvolveu a aproximadamente menos de 1km deste local onde se situava a capela, posteriormente denominada de Capela de Nossa Senhora da Conceição. Neste espaço o terreno central destinava-se à praça matriz, atual praça Barão do Rio Branco, no qual os edifícios como o da câmara municipal, o da igreja matriz, entre outros, implantaram-se ao redor. Este local e em seu entorno imediato reúnem-se todos os edifícios tombados pelo patrimônio histórico da cidade. Constituindo-se no seu núcleo histórico. cuja praça da matriz é explicada por Carlos Fonttes:

Os logradouros públicos de uma cidade, quase sempre são demarcados com fatos e encontros da própria história, quando então ficam constituídos no credo popular o nome singular desses locais que, com o tempo permanecem para a posteridade. (FONTTES, 2000, p. 60)



LEGENDA:






-  Área de fundação da cidade – Atual local da Igreja Nossa Senhora do Carmo
-  Praça Barão do Rio Branco
-  Edifícios históricos – Patrimônio histórico de Uruguaiana
-  Rua XV de Novembro
-  Rua Duque de Caxias

Fig. 34 – Mapa de localização de Uruguaiana – Local de sua fundação e o atual centro da cidade.

Fonte: Desenho da autora – 2006.

Embora a origem de Uruguaiana se atrele ao século XIX, seu patrimônio arquitetônico foi historicamente edificado no século XX, por diferentes períodos de guerra e revoluções. Sua estrutura urbana exhibe a influencia dos modelos português e espanhol em seu traçado em tabuleiro de xadrez ou em retícula;



preferencialmente adotado no século XVI no traçado das cidades da América Central e Meridional, que nesta zona fronteira do Rio Grande do Sul foi largamente ampliado.

A área central mais antiga de Uruguaiiana foi inteiramente dividida reticuladamente e as edificações construídas no limite do lote conformando um continuum edificado semelhante ao do centro histórico de Barcelona de Idelfonso Cerda. A área em expansão desenvolvida ao redor deste centro foi estruturada como as “superquadras” com as edificações construídas no centro do lote, isoladas de suas divisas. O centro ou zona central compõe-se de múltiplas funções como a comercial e a residencial.

A conformação urbana de Uruguaiiana foi analisada criticamente na obra “Uruguaiiana: seu passado e seu futuro”, de 1969 pelo historiador Otavio Lago:

O traçado em tabuleiro xadrez de suas ruas, em cidades movimentadas, dificulta o tráfego de veículos; já passou o tempo em que o homem se movimenta lentamente, a demarcação primitiva de seus quarteirões, a monotonia de suas ruas padronizadas numa só direção não correspondem ao conceito moderno de urbanismo, suas quadras de um só tamanho, formando ângulos retos dificultam a movimentação do tráfico além das áreas perdidas no centro, pois que foram demarcadas por um processo rígido de 132 x 132 metros, divididos em 22 terrenos com as dimensões de 13,20 e 22,60 metros, respectivamente N. S. e L.O. dando fundo para os primeiros 22 metros e para os segundo de 66, resultando daí uma área no fundo de cada terreno na frente N.S., inaproveitada [...]
(LAGO, 1969, p. 67-68)

Prosseguindo suas críticas Octávio Lago prescreve as modificações necessárias na malha urbana, principalmente em relação ao traçado de suas ruas retas. Este aspecto foi considerado pelo mesmo historiador como aquele que dificultava o tráfego, defendendo um projeto elaborado para justamente quebrar a “melancolia” retilínea com a avenida perimetral ligando a Estação Ferroviária e o Porto, conforme sua própria explicação:



A avenida perimetral imaginada pelo autor do plano poderia ser iniciada; põe ela em ligação dois elementos funcionais para uma cidade, mais importantes: estação de viação férrea e o porto, ao mesmo tempo que articula o centro urbano com estes elementos.

É ela ornada pelo alargamento de partes da rua Aquidabam, hoje Flores da Cunha e Monte Caceros, ruas ainda de edificação rarefeita e de pouco valor, irá ela limitar o centro principal, que com nova divisão de quarteirões e ruas bem orientadas, para futuros lotes residenciais.

(LAGO, 1969, p. 70)



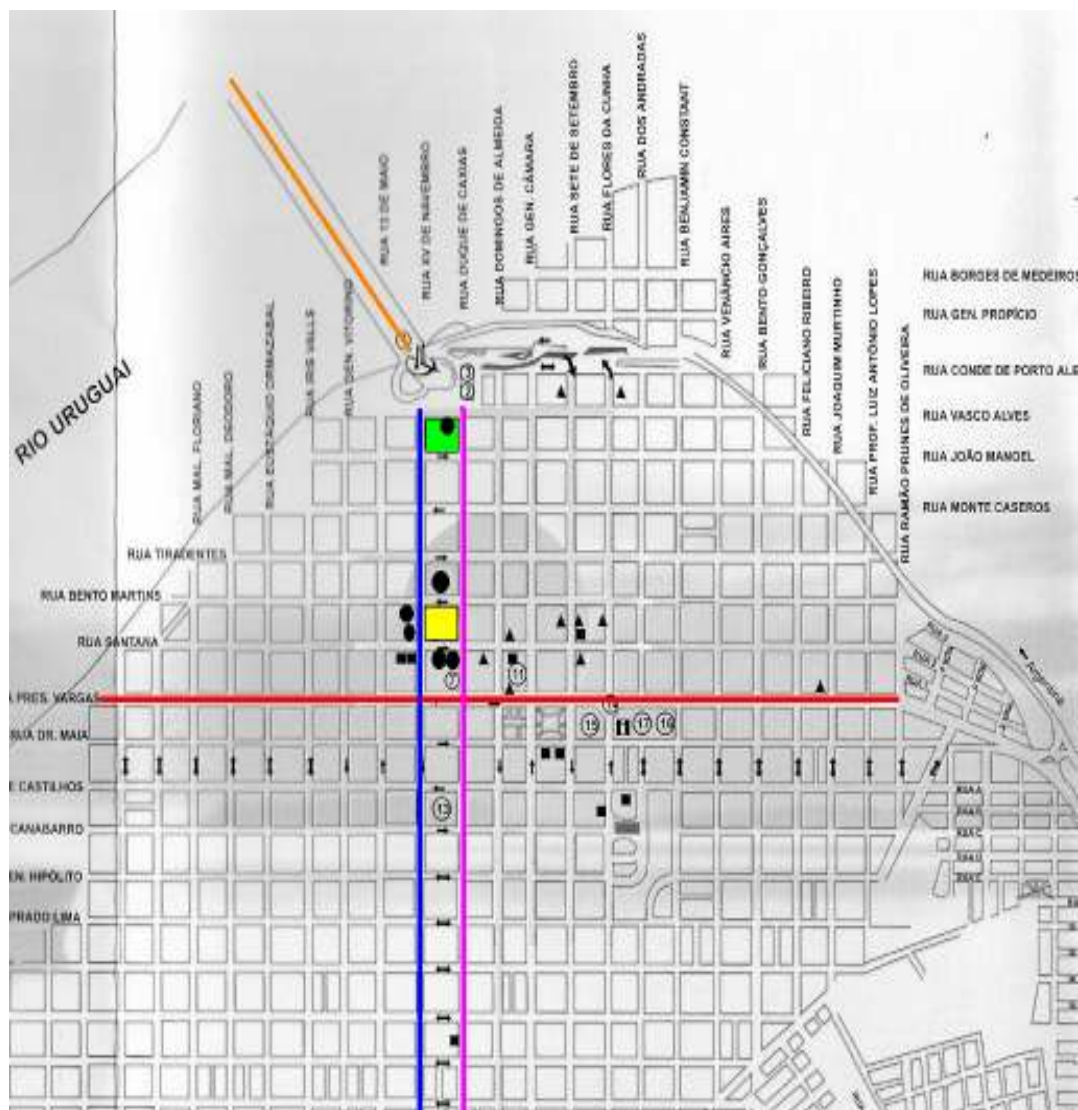
Fig. 35 - Primeira Estação Ferroviária de Uruguaiiana – sem data
Fonte: Acervo da sala Raul Pont – Centro Cultural

O plano apontado por Octávio Lago previa a substituição das ruas retilíneas originais pelas curvilíneas, as quais não considerava ultrapassada. Este plano não foi executado e a cidade permanece com seu traçado original como apresentado no mapa da rendição da cidade (fig.38).

Assim a permanência da estrutura urbana de Uruguaiiana permitiu-nos constatar que o centro estabeleceu-se e consolidou-se numa área densa e ativa, um verdadeiro espaço de sociabilidade no qual convivem e trocam suas experiências, diferentes gerações; razão pela qual define-se como histórico. Seu elemento principal é a praça, regular, quadrada, imprimindo o rigor geométrico do urbanismo português do século XVII, em torno do qual se



espraiou toda malha urbana, que em seu desenvolvimento foi revelando as diferentes idades da cidade.



LEGENDA:








-  Ponte Internacional
-  Via Principal de acesso
-  Via principal secundária – mão única do centro para interior
-  Via principal secundária – mão única do interior para o centro
-  Área de fundação da cidade – Atual local da Igreja Nossa Senhora do Carmo
-  Praça Barão do Rio Branco
-  Edifícios históricos – Patrimônio histórico de Uruguaiana

Fig. 36 - Mapa de localização da cidade de Uruguaiana
Fonte: Prefeitura Municipal – Gestão 2001/2004 – Desenho sobrescrito e legenda da autora.



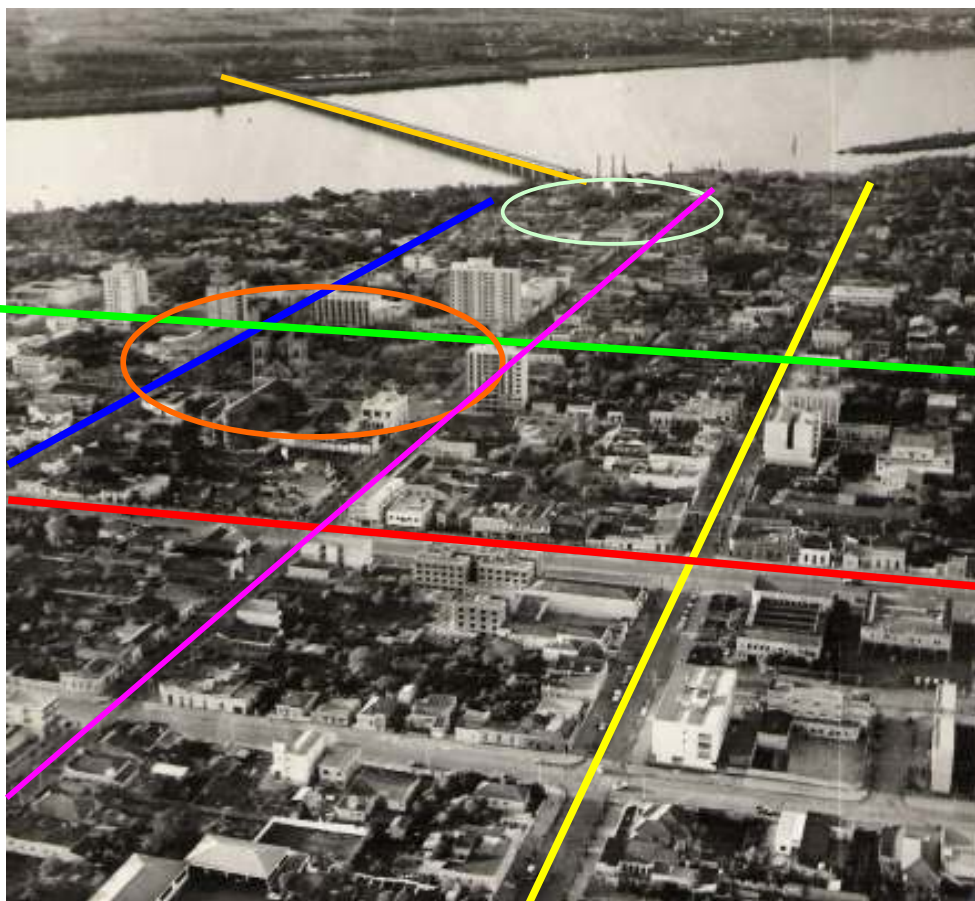
Fig. 37 - Foto aérea da cidade de Uruguaiana – sem data
Fonte: Acervo da sala Raul Pont – Centro Cultural

O núcleo histórico de Uruguaiana corresponde ao centro comercial, político, econômico e social da cidade. Os edifícios tombados pelo patrimônio histórico municipal marcam a paisagem do centro com sua exuberância arquitetônica. Os edifícios suntuosos do Clube Comercial e da Catedral de Sant'Ana, cujas torres de sua arquitetura podem ser vista das terras internacionais vizinha, emolduram a praça Barão do Rio Branco. Este núcleo representa a concentração da herança cultural histórica da cidade, testemunho de um modo de vida de seus habitantes, espaço de atividades e serviços que integram o



passado a contemporaneidade, uma dinâmica de passagem representada pelos mais importantes exemplares arquitetônicos da cidade.

Os edifícios históricos que compõem um cenário no qual seus personagens contemplam e participam da criação desse histórico vivo.



LEGENDA










-  Ponte Internacional interligando os municípios de Uruguaiiana e Passo de Los Libres (Argentina)
-  Rua XV de Novembro
-  Rua Duque de Caxias.
-  Rua Domingos de Almeida.
-  Rua Bento Martins.
-  Rua Santana.
-  Avenida Presidente Vargas.
-  Local da fundação da cidade.
-  Núcleo Histórico.

Fig. 38 - Mapa de localização do núcleo histórico de Uruguaiiana
Fonte: Foto: Acervo da sala Raul Pont – Centro Cultural (sem data) – Desenho: da autora – 2006.



3.3. Os imóveis tombados

Uruguaiana possui 65 bens imóveis tombados pelo patrimônio histórico municipal. O tombamento, sendo um ato administrativo realizado pelo município de Uruguaiana, através de legislação específica, foi promulgado em 1987, diante da necessidade de proteção de seus bens, considerados exemplares de valor arquitetônico, histórico, cultural e afetivo para sua população, para que os mesmos não sejam destruídos ou descaracterizados. Estes bens, segundo a legislação municipal, podem ser vendidos, alugados e herdados, não existe impedimento legal, apenas é considerado como patrimônio cultural da cidade e, portanto de seus habitantes, devendo ser preservados e conservados.

Qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar o tombamento de bens que julguem possuir valor histórico, arquitetônico, cultural ou afetivo. Ao município compete mediar as questões e assegurar e garantir através de leis a sua representatividade. A manutenção, conservação, restauração e outros meios de intervenção direta no bem tombado ficam a cargo do proprietário ou do usuário.

No município, o poder público disponibiliza a isenção tributária que recaem sobre os imóveis. Não dispondo de uma equipe especializada para a investigação, arrolamento, classificação entre outros recursos, para manutenção destes bens, o proprietário é o único responsável pela sua existência.

Infelizmente, devida carência de mão de obra especializada, estes exemplares, apesar de constituírem a consolidação da identidade cultural da cidade, não recebem o devido tratamento para sua conservação. Entretanto, a proximidade e a convivência da sociedade com estes bens, os tornam de certo modo, intransponíveis quanto à sua destruição, considerando que os mesmos são ‘adotados’ como propriedade individual pela comunidade. Contudo, apesar de não sofrerem com o descaso de seus moradores, os agentes naturais não os deixam imunes, imprimindo a sua devida impressão, evitada muitas vezes de forma inadequada.



LEGENDA









-  Praça Barão do Rio Branco
-  Edifícios históricos – Patrimônio histórico de Uruguaiiana
-  Rua XV de Novembro
-  Rua Duque de Caxias
-  Rua Treze de Maio
-  Rua Domingos de Almeida
-  Rua General Câmara
-  Centro da cidade

Fig. 39 Mapa de localização dos edifícios históricos de Uruguaiiana
Fonte: Desenho da autora – 2006.



Fig. 40 - Clube Comercial
Fonte: Foto da autora – Ago/2005



Fig. 41 - Prédio Rua Santana, nº 2588 esquina com a Rua XV de Novembro (Casarão)
Fonte: Foto da autora – Ago/2005



Fig. 42 - Edifício da Câmara Municipal
Fonte: Foto da autora – Ago/2005



Fig. 43 - Residência da Família Barbará, localizada à Rua Vasco Alves, 2756. Atual Solar –
Casa de Festas
Fonte: Foto da autora – Ago/2005



Fig. 44 - Clube Caixerai
Fonte: Foto da autora – Ago/2005



Fig. 45 - Residência Vila Dolores, atual sede do Consulado Argentino
Fonte: Foto da autora – Ago/2005

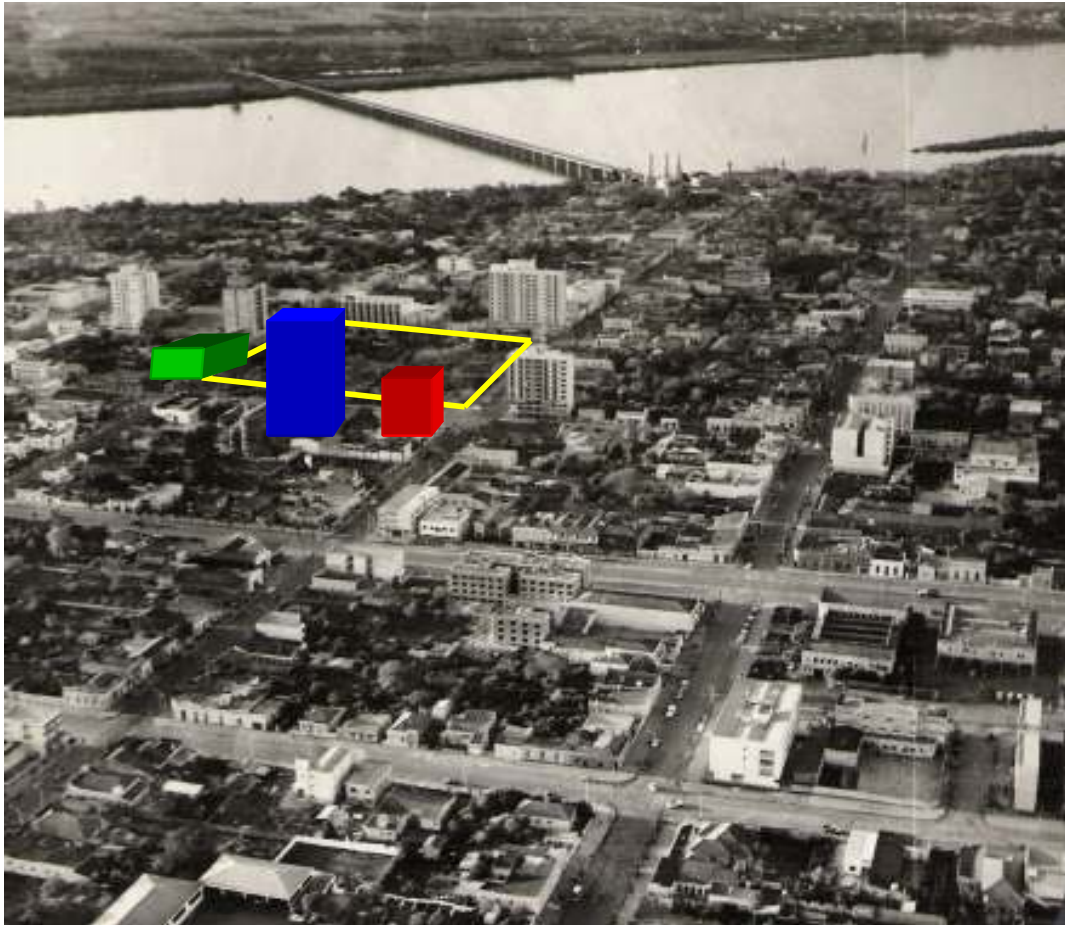


3.3.1 A praça, a prefeitura, o centro cultural e catedral exemplificando o patrimônio arquitetônico histórico de Uruguaiana.

Os imóveis que serão analisados como estudo de caso desta pesquisa estão agrupados em torno da praça Barão do Rio Branco, são: o Prédio do Centro Cultural Dr. Pedro Marini; a Catedral de Santana e o prédio da Prefeitura Municipal, todos tombados pelo mesmo decreto (Anexo 1).

Estes edifícios se destacam entre os demais edifícios tombados pelo patrimônio histórico, principalmente pela intensa e estreita relação com os moradores da cidade. O edifício sede da prefeitura, o primeiro edifício público da cidade, possui em seu interior várias repartições de atendimento ao público, recebendo desta forma um volume intenso de usuários. A Catedral de Santana com suas imponentes torres verticalizadas, além de ser a sede de um templo religioso, recebe visitas de turistas e pesquisadores, bem como o Centro cultural Dr. Pedro Marini que como o nome mesmo o identifica, é onde se realizam todos os eventos culturais da cidade. Juntos eles formam uma síntese do patrimônio histórico da cidade, representando com clareza a expressão de sua cultura definindo o núcleo da sua história.

Individualmente o desenvolvimento destes edifícios descreve uma história particular que instigam o questionamento e o conhecimento dos fatos, através dos quais chega-se ao entendimento da dinâmica de passagem da valorização do deste patrimônio.



LEGENDA





-  Edifício da prefeitura
-  Catedral de Santana
-  Centro Cultural Dr. Pedro Marini
-  Praça Barão do Rio Branco

Fig. 46 - Mapa de localização dos edifícios históricos de Uruguiana (estudo de caso)
Fonte: Desenho da autora – 2006.



A Praça Barão do Rio Branco

A praça Barão do Rio Branco, em homenagem ao diplomata que reconquistou territórios importantes do país. Como inicialmente descrito, era um imenso quadrado descampado, segundo Carlos Fonttes (2000, p. 53) “Também, as praças daquela época, denominavam-se “Praça da Matriz”, por serem a principal do lugarejo”, com lotes destinados a construção de edifícios públicos segundo determinava a lei municipal. A partir deste espaço surgiu o principal centro comercial, histórico e cultural da cidade.



Fig. 47 - Praça da Rendição, ainda sem edificações, com vista ao rio Uruguai – sem data.
Fonte: Acervo da sala Raul Pont – Centro Cultural

O conselho Municipal em 1871 resolve transformar este descampado em um espaço de convívio social resolvendo plantar no local, mudas de diferentes espécies para amenizar o calor que assolava o local no verão, e proporcionar espaço com sombreamento para maior permanência da população no local para as tradicionais ‘mateadas’.



Fig. 48 - Praça da Rendição, atual Barão do Rio Branco, já arborizada – vértice entre as ruas Santana e Duque de Caxias– sem data.

Fonte: Acervo da sala Raul Pont – Centro Cultural

Após a Rendição Paraguaia, o Major Estigarribia, então comandante das tropas paraguaias, entrega sua espada ao imperador D. Pedro II como sinal de rendição. O local deste fato é hoje o vértice do quadrado da praça Barão do Rio Branco, entre as ruas Santana e Duque de Caxias, o mesmo que batizou a praça de “Praça da Rendição”, até 13 de fevereiro de 1912, com a assinatura do decreto N° 3 de autoria do intendente interino Pedro de Souza Passos, denominando de Barão do Rio Branco a praça. O que desagradou a historiadores e moradores da cidade, como nos relata Carlos Fontes:

Que a “**Praça da Rendição**”, que por um ato personalista foi menosprezada por inteiro, sendo seu nome riscado da nossa história, que o próprio povo a conquistou, possa retornar ao seu nome de origem.

Não podemos nos desinteressar pelo valor dos acontecimentos e pela importância que eles representam para a alma popular. Com tal interesse não estaríamos, de maneira nenhuma, ferindo suscetibilidade de ninguém. A História não pode ser esquecida. A “**Praça da Rendição**” evoca a lembrança de um fato grandioso, da



rendição dos paraguaios. Por que deveriam envergonhar-se da retomada de sua vila?

A história de um povo deve ser escrita e lembrada tal como é, para, principalmente, cimentar o futuro de nossas gerações.

Eis que em síntese, senhores tradicionalistas, minha proposição. Que se faça justiça com a nossa história: com o retorno do nome daquela praça e que seja erigido um marco no lugar onde realmente houvera a capitulação dessa tão sangrenta guerra.

(Proposição apresentada e aprovada no 95º Encontro de Tradicionalistas da 4ª RT/Alegrete – 95. Publicação: jornal “Tradição”, jan/1995). (FONTTES, 2000, p. 71-72).



Fig. 49 - Praça da Rendição – sem data.
Fonte: Acervo da sala Raul Pont – Centro Cultural

A praça é o maior ponto de referência da cidade como os seus edifícios de que a envolvem. Nesta praça se mantém viva a tradição das rodas de ‘mateada’, onde várias gerações convivem com sua cultura e a sua história edificada. Este espaço é o que talvez melhor represente a cultura e o tradicionalismo gaúcho, e aquele onde se rememora o fato histórico da retomada da cidade durante a Guerra do Paraguai.



Fig. 50 - Praça da Rendição – vista do vértice das ruas XV de Novembro e Santana, com a Igreja Matriz – sem data
Fonte: Acervo da sala Raul Pont – Centro Cultural



Fig. 51 - Coreto da Praça Barão do Rio Branco, com vista para o suntuoso edifício do clube comercial – sem data
Fonte: Acervo da sala Raul Pont – Centro Cultural



A Catedral de Santana

A igreja matriz Catedral de Santana na praça Barão do Rio Branco foi construída em várias etapas e foi praticamente destruída num incêndio durante a ocupação na guerra paraguaia. Os primeiros relatos sobre sua edificação encontram-se nos Livro de Registro de Correspondências da Câmara Municipal de 1849 a 1861. A obra foi iniciada em 1845 por iniciativa da associação de moradores e teve sua obra suspensa por falta de recursos. A Câmara então solicita ao presidente da Província em 1849, o envio de recursos para sua conclusão. Sua planta foi extraviada após a obra iniciada e, ao concluí-la o Barão de Caçapava pelo mau nivelamento das paredes, ordenou sua demolição. No ano seguinte o governo Provincial liberou verba para o prosseguimento da construção da igreja matriz, que por possuir uma testada reduzida do espaço, necessitava além de mais terreno maiores recursos. Estes foram concedidos em 1862, quando a obra ficou praticamente pronta. A exceção de suas torres. E, em 1865 as missas já se realizavam no local. Entretanto em 1905 a igreja matriz já restaurada recebeu de um morador da cidade, Luiz Bettinelli , a doação de um relógio público.

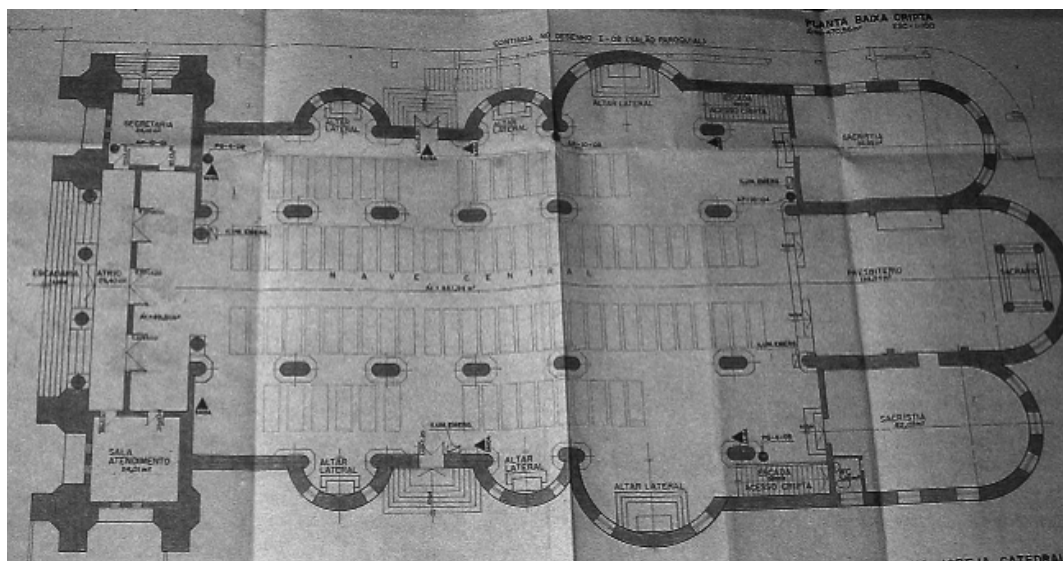


Fig. 52 - Planta da Catedral de Santana

Fonte: Foto da autora – Dez/2005 – Arquivo do corpo de Bombeiros de Uruguaiiana



Fig. 53 - Primeira Igreja Matriz de Uruguaiana – sem data
Fonte: Arquivo Histórico de Uruguaiana – Centro Cultural

Porém em 1906 um incêndio destruiu parcialmente a construção, mas em 1912 a igreja já estava inteiramente reformada, sua fachada modificada e mais simples.



Fig. 54 - Igreja Matriz de Uruguaiana após o incêndio – sem data
Fonte: Arquivo Histórico de Uruguaiana – Centro Cultural



Fig. 55 - Igreja Matriz de Uruguaiana, após incêndio, vista da rua XV de Novembro – sem data.
Fonte: Acervo da Sala Raul Pont – Centro Cultural



Apesar dos esforços de restauração em 1926 o edifício é demolido para a construção da Catedral, cuja designação atrela-se ao fato do bispo ter ali um sólio³¹ pontifical, o que a eleva a principal igreja de uma diocese.



Fig. 56 - Construção da Catedral de Santana – sem data
Fonte: Arquivo Histórico de Uruguaiiana – Centro Cultural

31 Sólio – Cadeira Pontifícia – Aurélio Buarque de. Mini Aurélio. O minidicionário da língua portuguesa, século XXI, escolar. Editora Nova Fronteira 2000.RJ, p. 644.



Fig. 57 - Término da construção da Catedral de Santana – sem data
Fonte: Arquivo Histórico de Uruguaiana – Centro Cultural

Tanto o projeto como a construção da Catedral de Santana, foram designados ao arquiteto diocesano João Lapitz, o que levou 33 anos para sua conclusão, e suas torres metálicas inseridas em 1858. O jornal local “Jornal Brasil”, número 172, de 04/11/1944, noticiava o andamento das obras da Catedral:

A comissão de obras, compenetrada do alto idealismo da hierarquia eclesiástica e apoiada pela sábia orientação de Dom José Newton já



recomeçou os trabalhos e encontrou, como está encontrando, a máxima cooperação de todos os uruguaienses.

O Sr. João Lapitz, o arquiteto diocesano, com seu proverbial desprendimento pecuniário, deixou de lado seus trabalhos em outras cidades para, dirigir pessoalmente, a termo feliz as obras da nossa majestosa Catedral [...]. (Jornal Brasil – 04/11/1944 – Acervo histórico da sala Raul Pont – Centro Cultural)



Fig. 58 - Catedral de Santana – sem data
Fonte: Arquivo Histórico de Uruguaiana – Centro Cultural

Sua característica arquitetônica neo-clássica, com suas duas torres verticalizadas podem ser vistas em quase toda cidade e até mesmo da cidade argentina Passos de los Libres. A Catedral possui em seu interior um



considerável acervo de obras de arte, entre elas uma imagem de Sant'Ana, padroeira da cidade, com vitrais que atraem a turistas e estudantes bem como as pinturas murais. A catedral de Santana sem dúvida é um ícone histórico e arquitetônico do patrimônio histórico e cultural da sociedade uruguaiianaense.



Fig. 59 – Catedral de Santana
Fonte: Foto da autora – Ago/2004



Fig. 60 – Interior da Catedral de Santana
Fonte: Foto da autora – Dez/2005



Fig. 61 – Detalhe das colunas e vitrais do interior da Catedral de Santana
Fonte: Foto da autora – Dez/2005

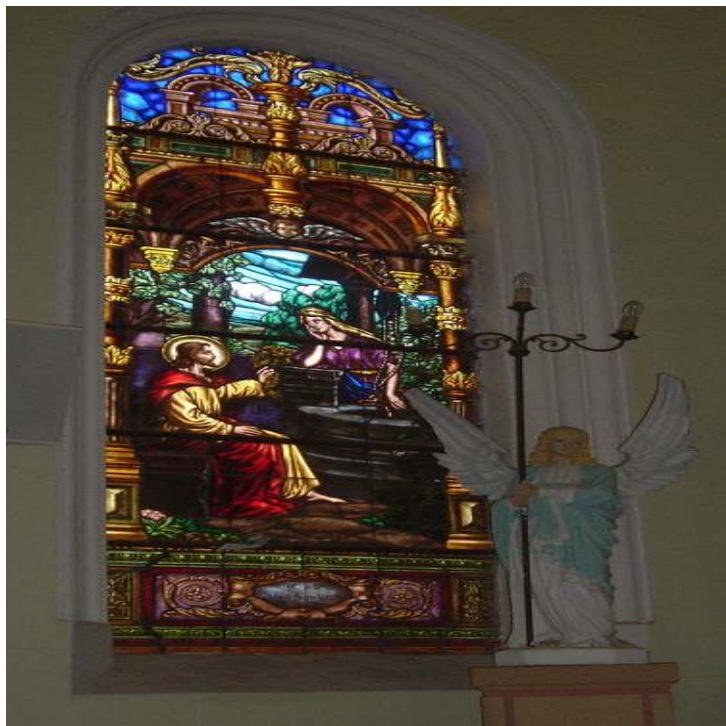


Fig. 62 – Detalhe do vitral no interior da Catedral de Santana
Fonte: Foto da autora – Dez/2005



Fig. 63 – Detalhe da pintura mural no interior da Catedral de Santana
Fonte: Foto da autora – Dez/2005



O edifício da Prefeitura Municipal

Após ser elevada a categoria de Vila, Uruguaiana instala em 1847 sua Câmara Municipal, supõe-se que as atividades iniciais eram realizadas em casas locadas próximas ao porto. Atualmente o edifício da Câmara localiza-se na rua Bento Martins, em frente à praça Barão do Rio Branco, mas este órgão funcionou no edifício que hoje abriga a prefeitura.

A praça Barão do Rio Branco nesta época, 1847, era um grande terreno vazio, uma casa de propriedade particular, localizada em frente a este terreno foi locada para as atividades da Câmara que logo em seguida se mobilizou para a construção do primeiro edifício público da cidade. Diante da dificuldade de se obter uma concorrência para definir a construtora e os materiais de construção, a obra foi administrada pelos próprios vereadores e a planta remetida pelo governo provincial. Segundo normas do governo, os edifícios públicos deveriam situar-se em frente à praça principal da cidade, conforme explica Daniel Fanti:

A Praça da Matriz, ainda era um descampado, sem a igreja principal, e em redor da praça existiam algumas casas esparsas: uma delas seria a casa que ocuparia a Câmara, que falava o vereador Francisco José Coelho, a qual deveria ficar no Centro da vila". (FANTI, 2002, p. 116).

Segundo esta norma governamental, nesta praça matriz existiam muitos terrenos que deste o seu loteamento foram destinados às construções de edifícios públicos.

O arquiteto Luis de Giorgi, provavelmente o único residente em Uruguaiana na época, propôs a construção do prédio da Câmara, hoje o edifício pertence a prefeitura. Sua proposta foi inicialmente rejeitada, após algumas modificações foi executada por uma construtora, como descreve Daniel Fanti:



O edifício seria repartido de conformidade com plano, aproveitando-se o edifício da Escola Municipal, como segue: na frente haveria uma sala de 8,70 m de conformidade com o edifício existente. O edifício formaria dobrado corpo, sendo um quarto de 8,70 m em continuação do corredor de 3,00 m e três quartos mais com 17,40 m de comprimento, tendo 5,0 m de luz. (FANTI, 2002, p. 118).

Esta proposta, após várias alterações foi aceita pelos vereadores, conforme o memorial descritivo enviado pelo arquiteto também descrito por Daniel Fanti no anexo 2.



Fig.64 - Edifício da Intendência Municipal – sem data.
Fonte: Acervo da Sala Raul Pont – Centro Cultural

Apesar de aceita a proposta do arquiteto Luis de Giorgi, o edifício foi construído por Antonio Pargas e inaugurado a 1º de janeiro de 1891. Construído na atual rua 15 de novembro, em frente à atual praça Barão do Rio Branco, em estilo neo-romano, o edifício foi modificado e ampliado e hoje é a Prefeitura Municipal ou o Palácio Barão do Rio Branco. Geminado ao edifício da antiga escola municipal, atualmente Colégio Romanguera Corrêa, apresentam ambos fachada e estrutura idênticas.



Fig. 65 - Prédio da Prefeitura Municipal – sem data.
Fonte: Acervo da Sala Raul Pont – Centro Cultural

O edifício inicialmente construído para abrigar as atividades da Câmara que atualmente é sede da prefeitura municipal foi tombado pelo decreto nº 147/87 em 17/06/87, da lei municipal 1877/87, por suas características arquitetônicas e por seu valor histórico como bem imóvel da cidade.

Atualmente o edifício em reforma, adequa suas características arquitetônicas internas face a exigência de expansão e ampliação das salas departamentais. Aproveitando as transformações atualmente a planta da edificação consta do arquivo da Brigada dos bombeiros para realização de um plano preventivo contra incêndios.

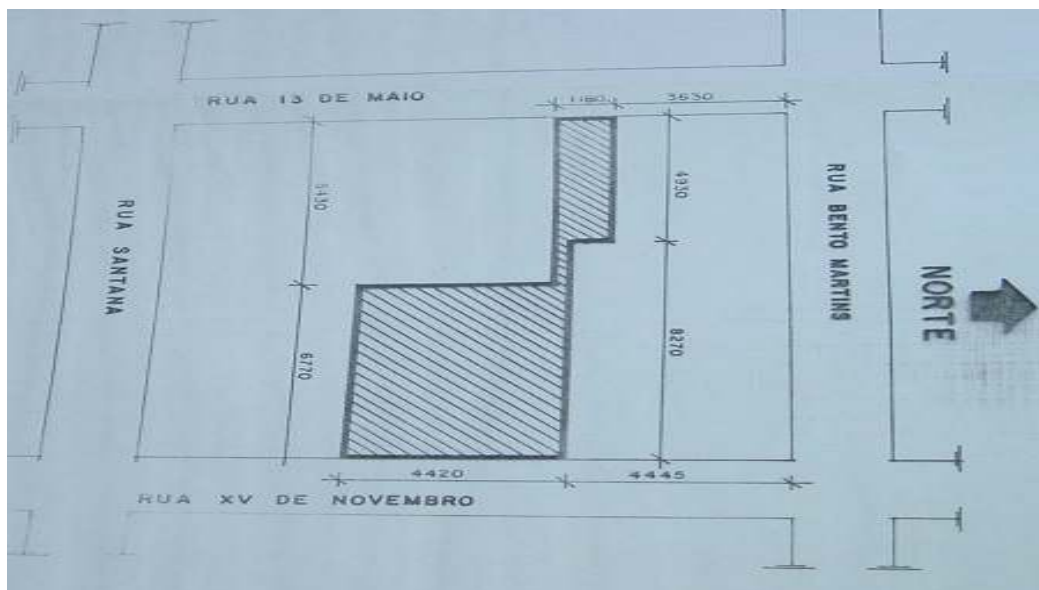


Fig. 66 - Planta de situação do Prédio da Prefeitura Municipal
Fonte: Plano de prevenção de incêndio – Corpo de Bombeiros de Uruguaiana – 2005



Fig. 67 - Prédio da Prefeitura Municipal
Fonte: Foto da autora – Ago/2005



O Centro Cultural Dr. Pedro Marini

O Centro Cultural Dr. Pedro Marini, foi um edifício residencial que pertencia à família do argentino Baldomero Barbará que residia na cidade no início do século XX.



Fig. 68 – Centro Cultural Dr. Pedro Marini – sem data
Fonte: Acervo da Sala Raul Pont – Centro Cultural



Fig. 69 – Centro Cultural Dr. Pedro Marini
Fonte: Foto da autora – Ago/2004

Baldomero Barbará e seu irmão Miguel Barbará eram industrialistas e criadores de gado que muito contribuíram para o progresso da cidade de Uruguaiiana, como a fundação da usina elétrica. Baldomero possuía também uma companhia de navegação e fundou uma siderúrgica para fundição de tubos de aço em Minas Gerais, depois transferida para Barra Mansa no Rio de Janeiro.

Baldomero Bárbara, vice-cônsul Argentino em 1913 manda construir este edifício como residência de sua família. Projetado pelo arquiteto argentino Francisco Rioso, o edifício com dois pavimentos possui o primeiro sistema de calefação interna, e o primeiro elevador da cidade, e a maior parte do seu material construtivo foi importado da Itália.

Baldomero Barbará e sua família mudaram-se para o Rio de Janeiro em 1930 e venderam o edifício ao Ministério do Exército que instalou no local o Quartel General da Brigada de Cavalaria Mecanizada.



Em 1978 o Exército transfere-se para o antigo quartel de Fuzileiros Navais, às margens do Rio Uruguai e sedem, em regime de comodato, as dependências do edifício à Prefeitura Municipal. Esta o transformou no Centro Cultural de Uruguaiana, inaugurado a 14 de maio de 1978 pelo general João Batista de Oliveira Figueiredo e pelo prefeito Antônio Brasil Cárus. O Centro Cultural então recebe o nome do médico, musicólogo e humanista Pedro Marini.

Vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, tem como objetivo promover o desenvolvimento histórico, artístico, literário e científico, e de manter viva a história do tradicionalismo rio-grandense. O Centro Cultural Dr. Pedro Marini possui um acervo com mais de 11 mil livros. As bibliotecas funcionam no segundo pavimento, com salas de leitura e pesquisa. Ali também funciona o acervo dos jornais de Uruguaiana, um auditório para palestras e apresentação de vídeos, uma sala para exposições, os Museus Zequinha Guimarães e o histórico municipal. Nesse está exposta a espada do Imperador Dom Pedro II, presenteada ao General Bento Martins, em 1866, quando o imperador esteve em Uruguaiana para, ao lado dos presidentes do Uruguai e Argentina, receber a rendição das tropas do Exército Paraguaio. Em seu subsolo funciona o museu crioulo com o acervo da tradição gaúcha.

Em 1997 foi encaminhado a Prefeitura de Uruguaiana um pedido formal de verbas para recuperação estrutural e restauração do edifício, que apresentava várias infiltrações, princípios de incêndio e tinha seus banheiros interditados para uso. Como a prefeitura não dispunha de verba suficiente para as obras no edifício, foi encaminhado um ofício ao Ministério da Cultura, com o projeto titulado “Restauração do Prédio do Centro Cultural Pedro Marini”, a fim de formar uma parceria para execução da restauração. Esse projeto objetivava preservar as características arquitetônicas do edifício, resgatando parte da história do município, mas também de melhorar as condições físicas do prédio que abriga a principal entidade cultural da cidade e da região, promotora da história, arte e cultura de Uruguaiana. O projeto priorizava a execução da restauração, pela importância histórica arquitetônica do edifício, que por problemas em sua cobertura, telhas e calhas, foi alagado danificando todo o



acervo nele abrigado. Ressaltava também os problemas internos causados pela infiltração descolando pedaços do gesso do teto, danificando a composição artística e perigo aos visitantes, como a infestação de cupins na madeira do piso do primeiro pavimento.

O Centro Cultural além de ser um ponto de referência para cultura de Uruguaiiana, é também um ponto turístico da cidade que por sua arquitetura ímpar, com vitrau superior, cúpula de bronze, mezanino e elementos decorativos, recebe muitas visitas. Sua restauração foi portanto concluída em 1998.



Fig. 70 - Interior do Centro Cultural –
Detalhe do vão do salão principal
Fonte: Foto da autora. Ago/2004



Fig. 71 – Detalhe da decoração do
teto e janelas - Centro Cultural.
Fonte: Foto da autora – Ago/2004.

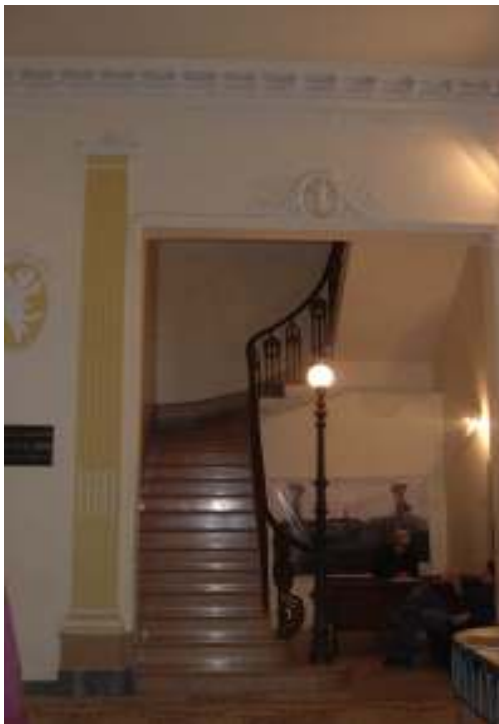


Fig. 72 – Escada em mármore com gradil em bronze - Centro Cultural.
Fonte: Foto da autora – Ago/2004.



Fig. 73 – Entrada principal vista interna - Centro Cultural.
Fonte: Foto da autora – Ago/2004.



Fig. 74 – Detalhe da pintura na parede do hall de entrada - Centro Cultural.
Fonte: Foto da autora – Ago/2004.

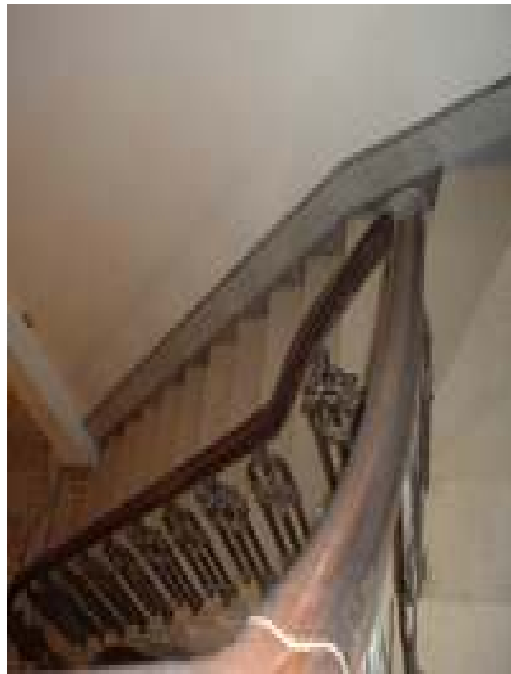


Fig. 75 – Detalhe da Escada - Centro Cultural.
Fonte: Foto da autora – Ago/2004.



Fig. 76 – Mezanino com grade em bronze – Centro Cultural
Fonte: foto da autora – Ago/2004



Fig. 77 - Detalhe do piso, ladrilho hidráulico importado da Itália — Centro Cultural
Fonte: foto da autora – Ago/2004



Fig. 78 – Vitral na base da cúpula, vista interna – Centro Cultural
Fonte: Foto da autora – Ago/2004



Fig. 79 – Fachada lateral – Centro Cultural
Fonte: Foto da autora – Ago/2004



Fig. 80 – Detalhe dos elementos decorativos da fachada e cúpula em bronze
Fonte: Foto da autora – Ago/2004



CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os problemas encontrados na preservação dos núcleos históricos da América Latina são questões amplamente debatidas em todas as ramificações institucionais de proteção e conservação. Apesar disso, em Uruguaiana é ainda inexistente uma política de preservação, seus bens tombados pelo poder público municipal baseiam-se apenas em interesses individuais ou de pequenos grupos, de que eles continuem a fazer parte da história edificada da cidade. No entanto, a carência de recursos, meios, profissionais especializados, eficiência na fiscalização e proteção, política de preservação e educação para conservação, transforma essa região num cenário de abandono e descaso de sua própria história. Esse descaso, entretanto, se repete em muitas cidades, pequenas, médias, grandes ou metrópoles brasileiras pela imaturidade teórico-cultural que o país ainda se encontra.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da história da fundação, formação e desenvolvimento da cidade de Uruguaiana, foi possível perceber a importância dos fatos históricos ocorridos.

Como demonstramos, a cidade de Uruguaiana foi construída e projetada nos moldes do urbanismo espanhol e português, adquirindo ao longo do tempo características de modernidade, acompanhando o desenvolvimento que ocorria nas grandes cidades do país.

Devido à sua localização, fronteira com Argentina e Uruguai, Uruguaiana sempre manteve relações comerciais diretas com estes países. A cidade argentina de Passos de Los Libres, recebe diariamente os moradores da cidade, que dividem restaurantes, lojas e supermercados, formando uma cultura diversificada. A proximidade que muito influenciava na entrada do urbanismo espanhol das cidades vizinhas em Uruguaiana.

Os edifícios mais valorizados da cidade construídos no início do século XX buscavam referências europeias, especialmente da França e Itália, por grandes empreendedores da pecuária e do plantio do arroz que impulsionaram o desenvolvimento arquitetônico com suas suntuosas construções residenciais. O mesmo ritmo empreendido nos edifícios públicos edificados ao redor da praça matriz, o centro comercial, financeiro e cultural da cidade.

Entretanto, as transformações ocorridas nos padrões arquitetônicos, enfatizada pela incessante busca dos padrões modernos, provocou o desinteresse e abandono das construções do passado da cidade. E a paulatina construção dos novos e altos edifícios sufocava os antigos espaços e suas arquiteturas ecléticas.

A desenfreada busca pela modernização para igualar a cidade aos padrões das grandes metrópoles, ressaltou a necessidade de constituição de instrumentos de proteção dos bens da cidade, o que propiciou a promulgação,



na década de oitenta, da lei que após classificação tombaria os edifícios de destacado valor arquitetônico. Primeiramente o tombamento recaiu sobre todos aqueles que contornavam a Praça Barão do Rio Branco, a principal praça da cidade e marco gerador da malha urbana, como demonstramos.

Portanto em um curto espaço de tempo foi possível observar todos os edifícios emoldurando a principal área da cidade, cuja riqueza e a beleza da arquitetura, lhes conferiu justamente o valor histórico reforçando sua presença na memória de seus moradores, como de visitantes e admiradores.

O entendimento do espaço construído possibilita o desenvolvimento de ações concretas para a salvaguarda de seu patrimônio arquitetônico e da própria história da cidade. Em se estabelecendo instrumentos legais específicos à conservação destes edifícios não somente se mantém vivo o passado à fruição, mas também transforma, conforme os ensinamentos do historiador Marc Bloch (1965), em fonte para própria compreensão do presente e do futuro.



***“Comece fazendo o possível e de repente
estará fazendo o impossível”.***

São Francisco de Assis





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio C. **História da Arte como História da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. 4ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

BASTOS, Augusto Roa & RICCI, Franco Maria. **Cândido Lopez – Imagens da guerra do Paraguai com textos de Augusto Roa Bastos e Franco Maria Ricci**, Rio de Janeiro: Parma, confraria dos Amigos do Livro, 1977.

BECHARA. Manifestações “*culturais*” não pertencentes ao meio ambiente cultural: banimento urgente. *In Direito ambiental*. 19 fevereiro de 2005. Revista eletrônica empório do saber. www.emporiodosaber.com.br . Acessado em abril de 2005.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Trad. Beatriz Mugayar Kühl, São Paulo: Ateliê editorial, 2004.

Câmara Municipal de Uruguaiana, coletânea. **História de Uruguaiana imagem viva da terra gaúcha**. Uruguaiana: Gráfica Comercial Sul Ltda., 1982.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte & NASSAR, Flávio Sidrim. Pobreza Urbana e o Centro Histórico de Belém. *In Landi e o século XVIII na Amazônia – Centro Histórico de Belém e a informalidade*. 2003. Disponível em www.landi.inf.br .Capturado em maio de 2005.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade e UNESP, 2001.

CURY, Isabelle, (org). **Cartas Patrimoniais**, Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.



CUSTÓDIO, Luis Antonio Bolcato. A Arquitetura e o Urbanismo das Missões Jesuíticas dos Guaranis. *In* **A construção do Brasil urbano**. Setembro de 2000. Revista eletrônica do Arquivo Virtual de Cartografia Urbana. www.urban.istec.pt. Acessado em: 06/04/2005.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas e cidades para o Brasil colônia – Planejamento Espacial e Social no Século XVII**. Brasília: Ed. Alvaciord, 1997.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982, vol.2.

DUARTE E FONTTES, Ricardo P. e Carlos. **As estâncias contam a história**. Santa Maria: 2002.

FANTI, Daniel. **No tempo das diligências e dos lampiões de rua – A formação do município de Uruguaiana século XIX e início do século XX**. Uruguaiana: Editora Gráfica Universitária, 2002, volumes 1 e 2.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 5a ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

GETZ, Donald. **O evento turístico e o dilema da autenticidade**. In: THEOBALD, William. Turismo Global. São Paulo: Senac, 2001. p. 423-440.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitetura Latino-Americana – Textos para reflexão e polêmica**. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Nobel, 1989.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Mini Aurélio. O minidicionário da língua portuguesa, século XXI, escolar**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira 2000.



LAGO, Octávio. **Uruguaiana: seu passado e seu futuro**. Canoas: Editora La Salle, 1969.

LIMA, Evelyn Furquim Wernek. Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro. *In* **Grandes Cidades N°2**. Nov/Dez de 2005. Revista eletrônica do IPHAN. www.revista.iphan.gov.br . Acessado em: 11/12/2004.

LIRA, Sérgio. Políticas museológicas e definição do conceito de Patrimônio: Da norma legislativa à prática de museus. *In* **Edições UFP Antropológicas N° 7**. Abril de 1999. Águas Santas. www.ceaa.ufp.pt . Acessado em: 23/05/2005.

Ministério da Educação e Cultura. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

NOGUEIRA, Sônia Aparecida. **Memória e planejamento urbano: um estudo sobre o centro histórico do rio de Janeiro no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2000.

Organisation des Villes du Patrimoine Mondial (1991). Management Guide, Québec: OVPM. (Compilação por Julio Sampaio, 2004)

PEREIRA, Sônia. **Arte e Arquiteturas Brasileiras do século XIX: Conceitos**. Cadernos da Pós-Graduação – EBA – UFRJ

PESSOA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. *In* Oceanos. **A construção do Brasil urbano**. Lisboa: Comissão Nacional para Estudos dos Descobrimentos Portugueses, jan/mar 2000, n° 41 p. 70-81.



PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Uruguaiana**. _____.

PONT, Raul. **Campos Realengos: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Renascença, 1983, vol. 2.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen**. Madrid, Visor, 1987 (La Balsa de la Medusa).

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da cidade**. Trad. Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Lúcia Silva e. **Uruguaiana e os coronéis**. Porto Alegre: L.S.S. Evangraf, 2001.

SOARES, Manoel Adolpho. **Uruguaiana, um século de História**. Porto Alegre: Globo, 1943.

TEIXEIRA, Manuel C. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. *In* **Urbanismo de Origem Portuguesa** 3. Abril de 2001. Revista eletrônica do Arquivo Virtual de Cartografia Urbana. www.urban.istec.pt. Acessado em: 06/04/2005.

TIELSLDELL, Steven, OC, Taner, & HEATH, Tim. **Revitalizing Historic Urban Quarters**. Oxford: Architectural Press, 1996.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis – Memória Urbana**. Florianópolis: IPUF, 1990.



_____. Centenário da fundação da cidade de Uruguaiana. In: Revista Reportagem, n.3, dedicado a 2ª Exposição internacional de animais e derivados, Uruguaiana, 1948.

Acervos pesquisados:

Arquivo Público Municipal de Uruguaiana

Biblioteca Pública Municipal de Uruguaiana

Biblioteca da PUC-RS/CAMPUS II

Acervo da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura de Uruguaiana

Arquivos pesquisados:

DECRETO N° 147/87 – LEI MUNICIPAL 1877/87, DE 17/06/87;

DECRETO N° 289/88 – LEI MUNICIPAL 1877/87, DE 17/06/87;

DECRETO N° 224/91 – LEI MUNICIPAL 1877/87 DE 17/06/87.

Sítes pesquisados:

www.portaluruguaiana.com.br (09/07/2004)

www.uruguaiana.rs.gov.br (09/07/2004)

www.revista.iphan.gov.br (07/08/2004)

www.icomos.org.br (11/12/2004)

www.iphan.gov.br (11/12/2004)

www.urban.iscte.pt (06/04/2005)

www.emporiodosaber.com.br (abril/2005)

www.ceaa.ufp.pt (23/05/2005)

www.landi.inf.br (15/07/2005)

www.pesquisa.pcc.usp.br (26/11/2005)



ANEXO 1

RELAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL DE URUGUAIANA

DECRETO N° 147/87 – LEI MUNICIPAL 1877/87, DE 17/06/87:

Praça Barão do Rio Branco;
Edifício da Câmara Municipal;
Prédio do Centro Cultural Dr. Pedro Marini; Catedral de Sant'Ana;
Prédio Rua Santana, n° 2588 esquina com a Rua XV de Novembro (Casarão);
Edifício da Prefeitura Municipal;
Clube Comercial.

Pelo DECRETO N° 289/88 – LEI MUNICIPAL 1877/87, DE 17/06/87:

Residência da Família Marsiaj, localizada à Av. Duque de Caxias, 1567, quarteirão 45;
Residência da Família Fagundes, localizada à Rua Tiradentes, 280, quarteirão 45;
Residência da Família Barbará, localizada à Rua Vasco Alves, 2756, quarteirão 25;
Residência da Família Fagundes, localizada à Rua Gal. Câmara, 2068, quarteirão 74;
Residência da Família Tellechea, localizada à Rua Gal. Câmara, 2054, quarteirão 74;
Exatoria Estadual de Uruguaiana, localizada à Av. Duque de Caxias, 1700, quarteirão 53;
Clube Caixeiral, localizado à Rua Santana, 2838, quarteirão 74.

Pelo DECRETO N° 224/91 – LEI MUNICIPAL 1877/87 DE 17/06/87:

Residência denominada Vila Dolores;



Ala central – denominada rua principal do cemitério público municipal, constituída de jazigos e túmulos de valor histórico, artístico e arquitetônicos, assim identificados: Propriedades de jazigos de: Íris Ferrari Valls; Família. João Rossi; Dr. Adir Mascia; Luiz e Maria Canaparro; Dr. José Vicente de Maia; Família Valls Repiso; Família Aramburu; Família Guglielmone; Simplício Antônio de Moraes; Milton Palma Garcia; Prado Lima e Prado Lisboa; Gen. Bento Martins de Menezes; Barão de Ijuhy; Cel. Gabriel Rodrigues Portugal - 1º Intendente do Município; Família Lara; Família Pedro de Oliveira; Celina Borges; Gabriel Martinez de Menezes; Lisbella Soares Paz; Família. Valente; Anaurelino Pereira; Família Girali; Família Majó e Però; Família Codorniz; José Zaccaro; João Barbarão; César Cunha; Família Francisco Martins de Carvalho; Família Riccicirdi; João Paulino Ribeiro; Antônio Aracy Meus; Adão Falleiro; Feliciano Francisco de Oliveira; Marici Geni da Silva Pibernat; Família Franco da Silveira; Famílias Luis Fabrício; Antônio Martins de Oliveira; Felinto da Costa e Silva; Família Dias Primos; Antônio Maria Ulrich; Família Zacarias Fernandes; Famílias Soares Leães; Túmulo antigo sem denominação, ao lado direito do jazigo da Família Beheregaray; Família de Francisco Beheregaray; Família Canabarro; Família Pedroso e Albuquerque; Petra R. Pansardi.



ANEXO 2

MEMORIAL DESCRITIVO

Os alicerces serão de pedra e argamassa de cal e areia, da largura de meio tijolo mais que a parede respectiva. A parede da frente de um meio tijolo, mais as meias colunas salientes tendo a mesma ordem da parede existente. A parede do centro, a do fundo e as laterais serão também de um e meio tijolo.

As paredes do corredor e as divisórias dos três quartos serão de tijolo. Todas as ditas paredes serão construídas e rebocadas de ambas as partes com argamassa, cal e areia.

A fachada será rebocada com todas as regras da arte, formando os recortes nas cornijas figurando frente de suteia e colocando adornos correspondentes, como sejam capitéis, courienteus e modilhões. O teto de todo edifício será de duas águas, com telhas francesas e tijolos. O madeiramento será de lei com braçadeiras de ferro. O forro de todo edifício com as correspondentes cornijas poderá ser de cedro ou pinho branco.

Os pavimentos das salas e quartos serão de pinho de téa, com tirantes de lei com os correspondentes guardapés. O pavimento do corredor será de beldosas floridas, com correspondentes degraus de mármore branco, na parte exterior do fundo se fará uma calçada lavrada do país, de 1,70 m de largura por todo o comprimento do edifício.

As aberturas da frente terão nove janelas de vidraça com postigos dobrados de 1,40 m por 2,30 m. Um portão de almofada para o corredor de 2,00 m por 3,30 m. As ditas aberturas portaladas e folhas de madeira de lei com ventiladores de ferro com vidro. As portas interiores terão sete almofadas ou vidraças, portaladas e folhas de madeira de lei, de 1,40 m por 2,70 m. As aberturas que dão ao pátio serão uma porta de almofada ventiladores de ferro para o corredor, quatro janelas e duas portas de vidraça com postigos dobrados, portaladas e folhas de madeira de lei por 1,40 m por 2,30 m.

As janelas de 1,40 m e por 2,80 m as portas. As portas interiores levarão contramarca de madeira do lado dos salões e no corredor de argamassa. Forro, portas, janelas e ventiladores serão pintados com tinta preparada de óleo e colocados os correspondentes vidros e boas ferragens. O material e o edifício existente serão a benefício do empreiteiro. Tudo concluído e caiado, entregando o empreiteiro a chave, com os canos correspondentes por, 22:300\$000 contos de réis, que serão pagos do seguinte modo: 5:000\$000 contos de réis no ato de firmar o contrato; 3:000\$000 contos de réis aos 3 meses e mais 3:000\$000 réis aos 6 meses.

Os 11:300\$000 contos de réis restantes serão pagos: 5:650\$000 réis em 30 de setembro e 5:650\$000 réis em 21 de dezembro de 1883.

Uruguaiana, 12 de agosto de 1882.

Assina: Luis de Giorgi

Nota do proponente: Abonando-me 1:200\$000 contos de réis a mais, obrigo-me a fazer o pavimento do corredor de pedra mármore branca e preta, a



barra da fachada e a parte exterior das soleiras das janelas e fachadas também de mármore.

A comissão é de parecer que devem ser determinadas as proporções de cal e areia ou deixar sob inspeção da comissão, sujeitando-se o contratante ao arbítrio razoável da mesma comissão e outras considerações sobre os materiais e a madeira usada.

Assina: Dr. Baldoíno Athanásio do Nascimento

Affonso José de Carvalho

Pedro de Oliveira